



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Maria Eduarda Albuquerque Queiroz

O espaço público urbano da Praça da Independência: uma caracterização a partir do
contexto urbanístico e das dinâmicas cotidianas de interação social

Recife

2020

Maria Eduarda Albuquerque Queiroz

O espaço público urbano da Praça da Independência: uma caracterização a partir do contexto urbanístico e das dinâmicas cotidianas de interação social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Professora Doutora Julieta Maria de Vasconcelos Leite.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

Q3e Queiroz, Maria Eduarda Albuquerque
O espaço público urbano da Praça da Independência: uma caracterização a partir do contexto urbanístico e das dinâmicas cotidianas de interação social / Maria Eduarda Albuquerque Queiroz. – Recife, 2020. 131p.: il.

Orientadora: Julieta Maria de Vasconcelos Leite.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2020.

Inclui referências e apêndice.

1. Espaço público urbano. 2. Interação social. 3. Cotidiano. I. Leite, Julieta Maria de Vasconcelos (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2021-109)

Maria Eduarda Albuquerque Queiroz

O espaço público urbano da Praça da Independência: uma caracterização a partir do contexto urbanístico e das dinâmicas cotidianas de interação social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 05/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Julieta Maria de Vasconcelos Leite (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Lúcia Leitão (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Cristina Pereira de Araujo (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor Francisco Sá Barreto (Examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Julieta Leite, pela contribuição essencial na construção desta pesquisa e da minha formação acadêmica. Agradeço também pela disponibilidade, atenção e confiança.

Aos meus colegas de turma, pelo dividido em sala de aula e nos trabalhos produzidos. Agradeço especialmente à Lígia pelas contribuições na construção do trabalho e pela força nos momentos de dúvida e desabafo.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Urbano, pelo compartilhamento de conhecimento, experiências, leituras e discussões. A todos os colegas e funcionários do MDU, que permitiram, direta ou indiretamente, o desenvolvimento desta dissertação. À banca avaliadora, pela disponibilidade e interesse em participar deste processo. À Lúcia e a Chico, agradeço pelas contribuições desde a defesa do projeto de dissertação.

Ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - pelo auxílio financeiro durante os dois primeiros anos de realização desta dissertação de mestrado.

A todos os colegas da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural. A Lorena e Cecília, pela confiança e apoio, muito importantes para a conclusão deste trabalho. A Ciçília, Fernando, Geysa, Irene, Larissa, Lindó, Lua, Rafa e Renata pela convivência e apoio diário.

Agradeço especialmente à minha família - pelo amor e apoio incondicional - Patrícia, Fred, Ana, Tiago, Alfeu e Ugo. Em nome de Bia, Gabi, Lívia, Guilherme e Elvis, agradeço a todas as amigas e amigos pelo carinho de sempre. À amiga Paula, agradeço também pela ajuda na tradução.

RESUMO

Este trabalho parte do pressuposto de que existe um distanciamento entre o conceito de espaço público urbano e sua realidade cotidiana, nas cidades contemporâneas brasileiras, cuja manutenção contribui para uma visão distorcida desses espaços. O conceito de espaço público urbano é, muitas vezes, associado à experiência da metrópole moderna ocidental dos séculos XIX e XX, modelo de cidade eminentemente europeu, com expoente na reforma Haussmaniana de Paris. O modelo referencial de cidade moderna ocidental, atrelado ao distanciamento das classes média e alta do espaço público urbano, enfatizam a visão de esvaziamento e culminam na “invisibilização” das pessoas que usam esses espaços. A fim de refutar esta visão distanciada do espaço público urbano, pretende-se abordá-lo através de uma visão antropológica da cidade, ao deslocar, tomando emprestada a ideia de Agier (2011), o ponto de vista do objeto para os sujeitos e descentrar a problemática da questão “o que é a cidade?” para a questão “o que *faz* a cidade?”. Desta forma, a interação social foi escolhida como categoria para abordar as pessoas que *fazem* o espaço público urbano. Assim, pretende-se uma aproximação do *fazer* cotidiano da Praça da Independência, localizada no bairro de Santo Antônio, Recife-PE, com o objetivo de caracterizar o espaço público urbano contemporâneo da praça a partir do seu contexto urbanístico e das suas dinâmicas cotidianas de interação social. Através das análises feitas, buscou-se contribuir com a discussão teórica e empírica sobre a realidade cotidiana do espaço público urbano brasileiro.

Palavras-chave: Espaço público urbano. Interação social. Cotidiano.

RESUMEN

Este trabajo parte de la suposición de que la distancia entre el concepto de espacio público urbano formal y la realidad cotidiana en las ciudades brasileñas contemporáneas contribuye para la percepción distorsionada de estos espacios. El concepto de espacio público urbano comúnmente está asociado a la experiencia de modernidad metropolitana de los siglos XIX y XX, basada en el modelo de ciudad eminentemente europeo, con exponente en la Reforma Haussmaniana de París. El modelo de ciudad moderna referencial está vinculado al alejamiento de las clases media y alta del espacio público urbano y propicia la percepción de vaciamiento e “invisibilización” de las personas que ocupan estos espacios cotidianamente. Con el objetivo de rechazar esta percepción del espacio urbano, se busca abordarlo a través de una visión antropológica de la ciudad y, adoptando la idea de Agier (2011), trasladar el punto de vista del objeto para los sujetos, cambiando de centralidad la problemática de la cuestión “¿Qué *es* la ciudad?” para “¿Qué *hace* la ciudad?”. La categoría de análisis elegida para el abordaje de las personas que *hacen* el espacio público urbano ha sido la interacción social. Así, la investigación pretende acercarse del *hacer* cotidiano de la Plaza de Independencia, ubicada en el barrio de Santo Antonio, Recife-PE, con el objetivo de caracterizar el espacio público urbano contemporáneo de la plaza a partir de la relación entre su contexto urbanístico y sus dinámicas cotidianas de interacción social. Se buscó en los análisis propiciar reflexiones que, sumándose a otras investigaciones acerca de otros contextos, contribuyan para la discusión teórica y empírica sobre la realidad cotidiana del espacio público urbano brasileño contemporáneo.

Palabras-clave: Espacio público urbano. Interacción social. Cotidiano.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização do bairro de Santo Antônio.....	18
Figura 2 –	Mapa holandês de 1639.....	32
Figura 3 –	Santo Antônio e São José em trecho do Plano de Pieter Post.....	33
Figura 4 –	Construções religiosas em Santo Antônio e São José. No entorno imediato da Praça da Independência: 05- Igreja do Rosário dos Homens Pretos (1660/1777); 03- Igreja do Paraíso (1654/1686); 14- Matriz de Santo Antônio (1765).....	35
Figura 5 –	Ocupação MTST, no Edf. Independência, na Praça da Independência. Nome em homenagem à Marielle Franco.....	36
Figura 6 –	Ato em homenagem à Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, assassinada em março de 2018.....	36
Figura 7 –	Edifício sede do Diário de Pernambuco, década de 1940.....	39
Figura 8 –	Rua Nova, década de 1920.....	39
Figura 9 –	Plano de Domingos Ferreira para Santo Antônio (1927) sobre traçado de 1932.....	40
Figura 10 –	Traçado de Santo Antônio em 1932.....	40
Figura 11 –	Plano de Nestor Figueiredo para Santo Antônio (1934).....	42
Figura 12 –	Traçado de Santo Antônio em 1932.....	42
Figura 13 –	Plano da Comissão da Cidade para Santo Antônio, de 1938.....	44
Figura 14 –	Sugestões de Ulhôa Cintra.....	45
Figura 15 –	Degraus da Matriz de Santo Antônio.....	46
Figura 16 –	Cartão postal da década de 1940 - Avenida Guararapes.....	47

Figura 17 –	Mapa com demolições (amarelo) para a abertura da Av. Guararapes e trecho da Av. Dantas Barreto.....	48
Figura 18 –	Mapa com as intervenções executadas para a abertura da Av. Guararapes e trecho da Av. Dantas Barreto.....	48
Figura 19 –	Plano da Gabaritos de 1965.....	49
Figura 20 –	Mapa com as demolições, (amarelo) para a abertura da continuação da Av. Dantas Barreto e Av. N. Sra. do Carmo.....	50
Figura 21 –	Mapa com as intervenções executadas para a abertura da continuação da Av. Dantas Barreto e Av. N. Sra. do Carmo.....	50
Figura 22 –	Mapa com áreas de intervenção do projeto de 1977.....	54
Figura 23 –	Mapa com uso por imóvel no entorno da Praça da Independência, em levantamento feito em 2018.....	55
Figura 24 –	Esquema com corredores de transporte de BRT.....	57
Figura 25 –	Esquema das situações descritas por Michel Agier.....	74
Figura 26 –	Mapa com localização do recorte empírico da pesquisa.....	83
Figura 27 –	Localização dos comerciantes da praça (8h-18h).....	86
Figura 28 –	Localização dos aposentados da praça (8h-18h).....	87
Figura 29 –	Localização das trabalhadoras sexuais da praça (8h-18h).....	88
Figura 30 –	Localização das pessoas em situação de rua da praça (8h-00h). A partir de 00h, se deslocam para as ruas do entorno, como a Rua Diário de Pernambuco e Rua do Imperador.....	89
Figura 31 –	Localização dos usuários de drogas da praça (sem restrição de horários).....	90

Figura 32 –	Localização dos voluntários da praça (05h-08h e 18h-00h). Domingos à tarde.....	91
Figura 33 –	Localização dos policiais da praça (sem restrição de horário).....	92
Figura 34 –	Localização dos trabalhadores do entorno da praça (08h-18h).....	93
Figura 35 –	Fluxo de transeuntes no entorno da praça (08h-18h).....	94
Figura 36 –	Localização dos usuários da praça (horários variados).....	95
Figura 37 –	Aposentados jogando.....	99
Figura 38 –	Aposentados conversando.....	99
Figura 39 –	Trailer com delegacia móvel.....	101
Figura 40 –	Trailer com delegacia móvel.....	101
Figura 41 –	Ocupação canteiro no fim de tarde.....	103
Figura 42 –	Ocupação degraus da Matriz de Santo Antônio.....	103
Figura 43 –	Ocupação dos canteiros da praça no fim de tarde.....	104
Figura 44 –	Fila para receber sopa, em ação comunitária na praça, por volta das 19h.....	108
Figura 45 –	População em situação de rua com comida doada pela ação comunitária....	108
Figura 46 –	Ocupação dos canteiros por usuários de drogas.....	112
Figura 47 –	Fluxo de transeuntes passando pela praça.....	113
Figura 48 –	Ponto de ônibus (Av. Dantas Barreto) próximo à Matriz de Santo Antônio	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das abordagens de espaço público x interações sociais.....	30
Quadro 2 – Atributos de caracterização do contexto urbanístico da Praça da Independência.....	60
Quadro 3 – Síntese das categorias de interação social abordadas por Simmel.....	68
Quadro 4 – Síntese das categorias de interação social abordadas	76
Quadro 5 – Formas de interação identificadas na Praça da Independência.....	119

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO.....	13
1.2	OBJETIVOS.....	20
2	O ESPAÇO PÚBLICO URBANO.....	21
2.1	O CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO URBANO.....	21
2.2	AS TRANSFORMAÇÕES DO PENSAMENTO URBANÍSTICO A PARTIR DO SÉCULO XX.....	25
3	O ESPAÇO PÚBLICO URBANO NO RECIFE: O CASO DA PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA.....	32
3.1	FORMAÇÃO URBANÍSTICA E CONSOLIDAÇÃO DA CENTRALIDADE DA PRAÇA.....	32
3.2	REMODELAÇÃO DOS BAIRROS DE SANTO ANTÔNIO E SÃO JOSÉ.....	39
3.2.1	Plano de Domingos Ferreira (1927).....	40
3.2.2	Plano de Nestor Figueiredo (1934).....	41
3.2.3	Plano de Atilio Correia Lima (1936) e Comissão do Plano da Cidade (1938)....	43
3.2.4	Sugestões de Ulhôa Cintra (1943).....	44
3.2.5	Reações às reformas e propostas de legislação urbanística.....	45
3.3	O PROCESSO DE PERDA DE CENTRALIDADE.....	52
3.4	O CONTEXTO URBANÍSTICO DA PRAÇA.....	59
4	A INTERAÇÃO SOCIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO.....	64
4.1	AS FORMAS DE INTERAÇÃO EM SIMMEL.....	65
4.2	DESDOBRAMENTOS DO ESTUDO DAS FORMAS DE INTERAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO.....	69
4.3	A ETNOGRAFIA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DAS DINÂMICAS COTIDIANAS DE INTERAÇÃO.....	77
5	AS DINÂMICAS DE INTERAÇÃO SOCIAL DA PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA.....	80
5.1	METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO.....	80

5.2	IDENTIFICANDO OS SUJEITOS DA PRAÇA.....	82
5.2.1	Comerciantes.....	85
5.2.2	Aposentados.....	86
5.2.3	Trabalhadoras sexuais.....	87
5.2.4	Pessoas em situação de rua.....	88
5.2.5	Usuários de drogas.....	89
5.2.6	Voluntários.....	90
5.2.7	Policiais.....	91
5.2.8	Trabalhadores do entorno.....	92
5.2.9	Transeuntes.....	93
5.3	IDENTIFICANDO AS SITUAÇÕES SOCIAIS DA PRAÇA.....	94
5.3.1	Situação 01.....	95
5.3.2	Situação 02.....	102
5.3.3	Situação 03.....	107
5.3.4	Situação 04.....	112
5.4	AS INTERAÇÕES SOCIAIS DA PRAÇA.....	115
6	O ESPAÇO PÚBLICO URBANO DA PRAÇA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO URBANÍSTICO E DAS INTERAÇÕES SOCIAIS.....	120
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS.....	127
	APÊNDICE A - GUIA PARA ENTREVISTAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

O espaço público urbano contemporâneo brasileiro é fruto de várias transformações da organização social e espacial das cidades, muitas das quais ocorridas ao longo do século XX. Especialmente a partir da década de 1980, os processos de segregação espacial tornaram-se mais complexos, sendo produto de uma combinação de diversos contextos e influenciando diretamente as dinâmicas de interação social dos espaços públicos urbanos. Segundo Teresa Caldeira (1997), a partir desse período, a materialização da segregação social através da proliferação dos *enclaves fortificados*, termo definido pela autora como “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho” (CALDEIRA, 1997, p. 155), potencializou o afastamento das classes alta e média dos espaços públicos urbanos. Desta forma, houve uma diminuição da heterogeneidade social nesses espaços, que passaram a ser predominantemente frequentados por população pobre e marginalizada.

A invisibilidade social da população que majoritariamente usa os espaços públicos urbanos - como é o caso da Praça da Independência, Recife-PE, objeto de análise desta pesquisa - pode ser considerado um fator de contribuição para o discurso, já bastante disseminado, da diminuição das interações sociais e consequente morte dos espaços públicos na cidade contemporânea. É necessário, no entanto, levar em conta o panorama teórico mais amplo relacionado ao tema dos espaços públicos urbanos, tendo em vista que houve uma transposição do conceito, ligado à esfera política e da comunicação, para o campo urbanístico.

Sérgio Luís Abrahão, no livro “Espaço público: do urbano ao político” (2009), aborda a transposição de ideias sobre o espaço público político (com atributos advindos da filosofia, ciências sociais e políticas) para o espaço público urbano. Segundo o autor, esse processo se deu sem mediação ou sistematização de uma teoria urbana. Essa transposição do conceito de espaço público para o campo urbanístico acontece, no Brasil, a partir da década de 1980, mesmo período em que passa-se a sentir as consequências da fragmentação socioespacial no espaço público urbano das cidades brasileiras.

Se, como destaca Abrahão (2009), não houve a sistematização de uma teoria urbana na abordagem do conceito de espaço público urbano no Brasil, tão pouco houve uma

adequação do conceito ao contexto brasileiro. A transposição de ideias do espaço público político para o espaço público urbano está associada à experiência da metrópole moderna ocidental do século XIX e XX, atrelada a um modelo de cidade eminentemente europeu, com expoente na reforma Haussmaniana de Paris, cujas intervenções urbanísticas buscaram tanto modernizar a cidade, quanto forjar a experiência de liberdade e igualdade universal nos seus espaços públicos urbanos. Pode-se falar, então, em um modelo de cidade moderna ocidental (imposto principalmente a partir da experiência de cidades europeias), ao passo que “as imagens de abertura, liberdade e possibilidade de incorporação que constituem a modernidade nunca foram totalmente concretizados, mas também nunca perderam totalmente seu papel referencial” (CALDEIRA, 1997, p.165).

Quando transposto à realidade brasileira, esse referencial se mostra especialmente problemático, tendo em vista que sua implantação se deu tanto sobre um contexto social e político ainda ligados às lógicas coloniais, como sobre um tecido urbano colonial consolidado. No caso da cidade de Recife-PE, foram executadas algumas reformas, ao longo do século XX, com vistas a modernizar o centro histórico da cidade, onde a Praça da Independência, objeto empírico de análise desta pesquisa, está localizada. Pode-se considerar que tais reformas usaram a expulsão da população local como ferramenta de modernização e negação das características coloniais do centro histórico, culminando na substituição quase total do uso residencial por comércio e serviço, desvalorização social e econômica, entre outras questões que serão tratadas no **capítulo 3**, sobre o contexto urbanístico da praça.

A falta de correspondência entre o ideal moderno de espaço público (que busca a representação da ideia de igualdade universal nas praças, ruas e jardins da cidade) e a realidade tanto urbanística quanto social e política das cidades é evidenciada pela teoria pós-moderna, onde, segundo Leite (2009), o caráter fragmentário e dinâmico do sujeito contemporâneo é associado ao debate sobre o esvaziamento dos espaços públicos urbanos por autores como Francois Lyotard (*La condition postmoderne*, 1979) e David Harvey (*The condition of postmodernity*, 1989), a partir do final do século XX.

Essa visão multifacetada também se revelou fortemente no campo dos estudos urbanos, onde, em meados do século XX, o movimento pós-moderno despertou o interesse não apenas para o espaço da arquitetura, mas para o contexto onde esta se inseria: o espaço da

cidade. Essa corrente de pensamento urbanístico passa a criticar o movimento modernista¹, levantando outras visões e formas de lidar com questões como a fragmentação e desarticulação socioespacial nas cidades contemporâneas.

Segundo Secchi (2015 [2000]), o movimento de transição entre cidade moderna e contemporânea foi iniciado nas últimas décadas do século XIX e perdurou até as últimas décadas do século XX. No entanto, segundo o autor, ainda que haja uma grande ruptura, é difícil delinear e separar cidade moderna e contemporânea. Mesmo assim, ele enfatiza que “cidade moderna e cidade contemporânea, urbanismo moderno e urbanismo contemporâneo, parecem-me campos diferentes, ainda que profundamente interligados” (SECCHI, 2015 [2000], p. 87).

Tanto o movimento modernista, quanto os urbanistas do pós-modernismo enfrentaram o problema da transição entre cidade moderna e contemporânea. No entanto, no pós-modernismo, a heterogeneidade e fragmentação, características da cidade contemporânea, não são negadas e a busca por soluções urbanísticas passa a considerar o contexto local. Essa tendência, contudo, levou alguns autores a levantar a questão da diminuição das interações sociais no contexto urbano e a conseqüente morte do espaço público. Richard Sennet (1988), um dos primeiros a expor essa visão, fala das tiranias da intimidade e da decadência dos espaços públicos em uma sociedade de indivíduos egoístas e desinteressados nas questões coletivas e políticas.

Vários outros autores continuaram a crítica à individualidade exacerbada do sujeito pós-moderno e suas conseqüências sobre o esvaziamento do espaço público. Nesta pesquisa, no entanto, considera-se que as dinâmicas cotidianas de interação social não apenas continuam a acontecer, como são uma importante chave de análise dos espaços públicos urbanos da cidade contemporânea - em particular, a brasileira. Essas dinâmicas, porém,

¹ O urbanismo do movimento modernista, surgido na primeira metade do século XX, ainda estava ligado aos ideais do pensamento moderno, característica evidenciada pela Carta de Atenas, documento sistematizado após o IV CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ocorrido em Atenas em 1933). O manifesto defende a ideia de cidade funcional, onde grande parte dos problemas urbanos poderia ser resolvida através da setorização da malha urbana em áreas residenciais, comerciais, de lazer, cívicas, etc. Atrelada a esse preceito, estava a construção de edifícios em altura, com o objetivo de diminuir a densidade de construções e liberar áreas verdes, que abrigariam equipamentos de lazer, ao passo que ajudariam no conforto ambiental.

acontecem sob outras lógicas, onde a diferença e a multiplicidade de atores sociais reivindicam outra forma de olhar para esses espaços.

Tanto no contexto da cidade brasileira, quanto nos contextos europeu e estadunidense, a transição entre cidade moderna e pós-moderna, bem como a falta de correspondência entre o ideal moderno de espaço público urbano e sua realidade contemporânea são abordadas por autores como Otilia Arantes (1993), Rogério Proença Leite (2009) e Sérgio Luís Abrahão (2008). Se essa divergência já era evidente na cidade moderna, ela se tornou objeto central de questionamento de autores que buscaram superar as lógicas da cidade da modernidade durante a transição para a cidade contemporânea.

Não se pretende aqui focar nas polêmicas da oposição modernidade x pós-modernidade, no que diz respeito à relação indivíduo-espaço-sociedade. No entanto, entende-se que a crítica à modernidade, feita por autores que se identificam ou são identificados como pós-modernos, despertou o interesse pela visão de uma realidade multifacetada da cidade contemporânea. Tal crítica, apesar do pessimismo inicial que levou às denúncias do fim do espaço público urbano - questão hoje já bastante discutida - funcionou como ponto de partida para o questionamento de modelos conceituais de espaço público urbano que são alheios à realidade atual ou não auxiliam a sua compreensão.

O modelo referencial de cidade moderna ocidental, atrelado ao mais recente movimento de distanciamento das classes média e alta do espaço público urbano, enfatizam a visão de esvaziamento desses espaços. No entanto, ao buscar caracterizar o espaço público urbano da Praça da Independência através das suas interações sociais cotidianas, esta pesquisa busca mostrar que estas formam complexas dinâmicas sociais que auxiliam a compreensão das lógicas de organização do espaço público urbano da cidade de Recife.

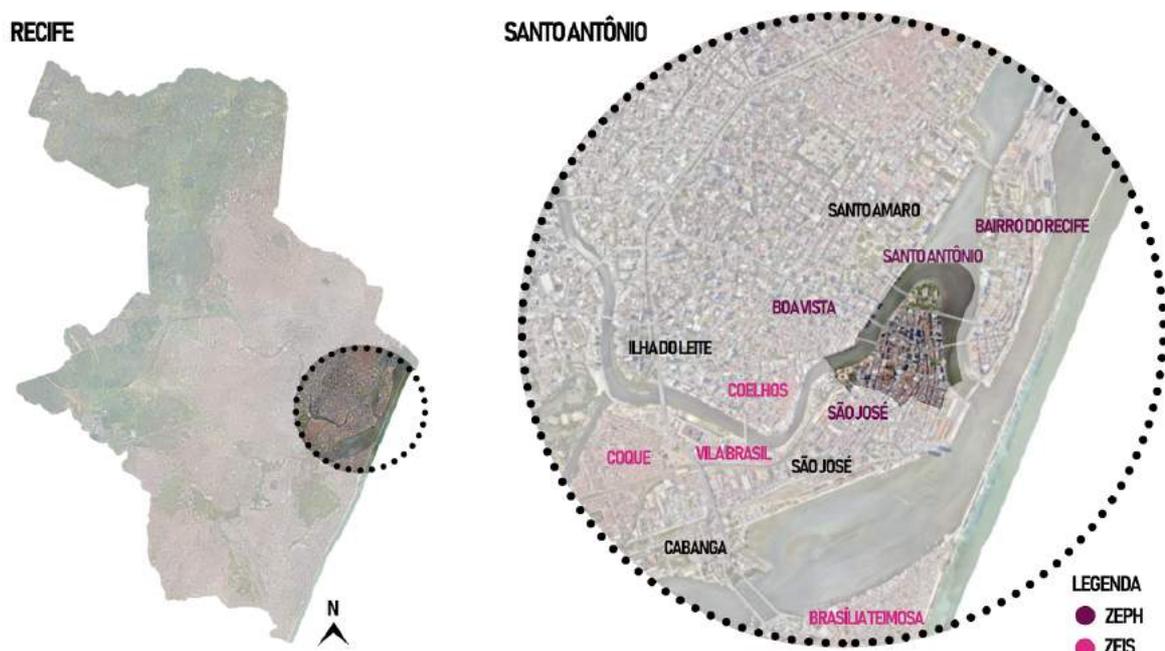
Para tanto, é necessário explorar o conceito de espaço público urbano e a categoria de análise que será usada para estudá-lo: a interação social. Ao abordar o espaço público urbano através das suas dinâmicas cotidianas de interação social, busca-se uma aproximação da forma de conhecimento antropológico da cidade, proposta por Michel Agier, no livro “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (2011). O autor propõe tanto o deslocamento do ponto de vista da cidade para os cidadãos, quando a transferência da

problemática do objeto para o sujeito, considerando a cidade como processo humano, e descentrando a problemática da questão “o que *é* a cidade?” para a questão “o que *faz* a cidade?”. Desta forma, pretende-se uma aproximação do *fazer* cotidiano do espaço público urbano do Recife a fim de compreender a multiplicidade de significados com que o tema do espaço público é tratado. Para tal, a pesquisa terá como eixo metodológico a visão antropológica da cidade.

Para compreender melhor a multiplicidade de significados do conceito de espaço público urbano, serão discutidos alguns autores seminais no **capítulo 2**, e suas contribuições para o tema, como as ideias de ação e pluralidade no espaço público, em Hannah Arendt e a questão da supervalorização da esfera privada em Richard Sennett. No entanto, ao tratar do espaço público contemporâneo brasileiro, é necessário o esforço de buscar referências que dialoguem com essa realidade. Assim, autores como Antônio Arantes, Carlos Nelson Ferreira, Heitor Frúgoli Jr., Otília Arantes, Rogério Proença Leite e Sérgio Abrahão auxiliarão na discussão de um olhar contemporâneo sobre o espaço público urbano brasileiro, tomando como contexto empírico uma praça no centro da cidade do Recife.

Como já mencionado, o contexto empírico desta pesquisa é a Praça da Independência, localizada no bairro de Santo Antônio, no Centro Histórico do Recife. Santo Antônio é cercado por bairros históricos, classificados como Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural - ZEPH, bem como por bairros com presença de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, segundo a legislação municipal (figura 1). O espaço público urbano da Praça da Independência existe desde a primeira metade do século XVII, tendo sofrido várias modificações na sua forma urbana, mas permanecendo como espaço de representação política, centro comercial e de serviços até os dias atuais. Apesar da permanência do papel de centralidade, o status do espaço público sofreu várias transformações, passando a atrair públicos diversos, ao longo do século XX e XXI, e sendo um espaço estigmatizado atualmente, mesmo por seus usuários.

Figura 1 – Localização do bairro de Santo Antônio



Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em: <https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

Com o déficit habitacional ocorrido nos bairros de Santo Antônio e São José desde o início do século XX² e com grande incremento nos dias atuais, decorrentes, dentre outras razões, da manutenção da função de centro administrativo, de serviços e cultural, para a qual a praça foi projetada, o espaço convive com grande quantidade de usuários durante o dia e um relativo esvaziamento durante a noite. Além disso, a ocupação por população “socialmente invisível” (moradores de rua, trabalhadoras sexuais, moradores de ocupações, aposentados, etc) contribuem para uma imagem negativa da praça, que é vista como local perigoso e violento. No **capítulo 3**, serão abordadas as transformações urbanísticas da praça e seu entorno, bem como o contexto urbanístico em que ela se insere atualmente, com vistas a relacioná-los com suas dinâmicas de interação social cotidianas.

² Em meados da década de 1910, é registrado um crescimento negativo de 1,9% da população residente no centro, enquanto nas demais localidades da cidade, houve crescimento médio de 11,5%, segundo Reynaldo ([1998] 2017, p. 130). Já segundo Ludermir e Lacerda (2015, p. 67) “nos bairros do Recife e de Santo Antônio, a quantidade de domicílios, segundo dados do IBGE, diminuiu (24,54% e 21,40%, respectivamente) no período de 1991 a 2010, revelando a substituição do uso habitacional pelos comércio e serviços.”

No **capítulo 4**, para discutir a categoria interação social, pretende-se fazer um panorama das ideias de Georg Simmel e seus desdobramentos na atualidade, decorrente, em grande parte, da difusão e reinterpretação das suas ideias pela da Escola de Chicago, entre início e meados do século XX. Também serão abordados os estudos de autores da Escola de Manchester e a noção de situação social trabalhada por eles. Esse referencial teórico seminal será relacionado com a abordagem da interação social contemporânea, onde é tratada com grande diversidade de enfoques e pode ser associada às dinâmicas cotidianas do espaço público urbano, sendo, essa abordagem, fruto do resgate e adaptação ao contexto contemporâneo por diversos autores como Heitor Frúgoli Jr., Michel Agier, Isaac Joseph e José Guilherme Cantor Magnani.

Ainda no **capítulo 4**, será tratado o método de abordagem das interações sociais utilizado por esta pesquisa no contexto empírico da Praça da Independência. Para analisar as dinâmicas de interação social cotidiana dos espaços públicos urbanos contemporâneos, a etnografia se mostra uma ferramenta capaz de auxiliar na apreensão das dinâmicas locais, sem perder de vista o contexto mais amplo em que a área de estudo escolhida está inserida. Magnani (2002), no texto “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” explora algumas abordagens teóricas sobre a cidade, classificadas como *de fora e de longe*, que muitas vezes enfatizam o caos urbano e a diminuição das interações sociais no espaço público. A essas abordagens, é contraposta uma visão etnográfica, denominada pelo autor como *de perto e de dentro*, que permite enxergar não apenas que as dinâmicas de interação social continuam a existir com grande diversidade e complexidade no cotidiano urbano, mas também a criação de categorias de análise que auxiliam o estudo do tema no contexto contemporâneo. Longe de ignorar a importância de uma visão global da cidade contemporânea, o autor sinaliza a importância “de um olhar distanciado, indispensável para ampliar o horizonte da análise e complementar a perspectiva de perto e de dentro defendida ao longo do artigo.” (MAGNANI, 2002, p. 11-12).

No **capítulo 5**, será exposta a metodologia da pesquisa de campo e os dados coletados, que consistem em um panorama geral sobre os grupos sociais identificados e a descrição de 04 situações sociais, as quais servirão de base para a análise das formas de interação social observadas e suas relações com o contexto urbanístico da praça. A partir da delimitação de 04 situações sociais, apreendidas através da etnografia e baseadas no conceito de situação -

introduzido por autores da Escola de Manchester (GLUCKMAN, 1958; MITCHEL, 1955) e abordado contemporaneamente por Agier (2011) - serão identificadas formas de interação que caracterizam o cotidiano do espaço público urbano da Praça da Independência que, por sua vez, serão analisadas em relação aos contextos urbanísticos da praça no **capítulo 6**.

Esta pesquisa busca, portanto, lançar sobre a Praça da Independência um olhar “de perto e de dentro”, buscando caracterizá-la através do seu contexto urbanístico e suas formas de interação cotidianas. Pode-se dizer que, num primeiro olhar, o conflito é uma das formas de interação predominante na praça, no entanto, pretende-se observar que outras formas de interação regem as relações sociais do lugar e como elas se relacionam com o contexto urbanístico da praça. Desta forma, a partir da caracterização de um espaço público urbano da cidade do Recife, busca-se gerar reflexões que possam complementar a análise de outros contextos, teóricos e empíricos, a fim de contribuir com o enfoque antropológico de compreensão do espaço público urbano contemporâneo brasileiro.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é caracterizar o espaço público urbano contemporâneo da Praça da Independência, localizada no bairro de Santo Antônio, Recife-PE, a partir do seu contexto urbanístico e das suas dinâmicas cotidianas de interação social. Para tal, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos:

- Contextualizar o conceito de espaço público urbano e relacioná-lo ao contexto teórico do pensamento urbanístico, a partir do século XX, com vistas a caracterizar o contexto urbanístico da Praça da Independência;
- Abordar a categoria interação social como chave de análise do espaço público urbano, com vistas a caracterizar as dinâmicas cotidianas de interação social da Praça da Independência;
- Relacionar o contexto urbanístico e as dinâmicas cotidianas de interação social da Praça da Independência.

2 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO

2.1 O CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Se, apesar do alto nível de complexidade e diversidade de concepções, o conceito de espaço público atinge certo grau de coesão dentro de campos teóricos como o filosófico, político e do direito, ele ainda permanece ambíguo na teoria urbana. De modo geral, essa ambiguidade se apresenta principalmente entre as esferas material e sociopolítica. A transdisciplinaridade com a qual o tema é tratado é de extrema importância para sua compreensão, no entanto gera falta de clareza sobre o conceito de espaço público e quais seus atributos no campo urbanístico. Assim, é essencial recorrer a outras áreas de conhecimento afora arquitetura e urbanismo - como a sociologia, antropologia e filosofia, tendo em vista, como ressalta Abrahão (2009), a grande transposição de ideias, sobre o conceito de espaço público, advindas de outros campos teóricos para o urbanismo.

A partir da década de 1960, vários urbanistas, principalmente nos Estados Unidos e Europa, passam a estudar o espaço público da cidade contemporânea, a fim de buscar soluções às críticas feitas à cidade modernista. No Brasil, essa tendência se deu de forma mais contundente a partir da década de 1980, sendo relacionada por Abrahão (2009) à abertura política dos últimos anos de ditadura militar, mas também, como reflexo do contexto mais amplo que vinha sendo desenhado desde as décadas de 1950 e 1960, quando as teorias urbanísticas pós-modernas passam a criticar o modelo de cidade modernista.

Nos dois contextos, no entanto, passou-se a associar o espaço público urbano a teorias políticas e filosóficas relacionadas às ideias de democracia e esfera pública, a partir das ideias de autores com influência internacional, que contribuíram para uma abordagem multidisciplinar do tema. Hannah Arendt, Jurgen Habermas e Richard Sennet produziram estudos seminais, nesse contexto, e influenciaram o conceito de espaço público no campo do urbanismo.

Essa transposição de ideias, segundo Abrahão (2009), foi feita sem uma sistematização pelo campo urbanístico especialmente no contexto brasileiro, gerando confusão em relação ao conceito de espaço público urbano. Desta forma, para construir a

abordagem do conceito que será adotada nesta pesquisa, foi feita uma breve revisão das teorias que deram origem ao uso do termo no campo urbanístico.

Para Hannah Arendt, a condição humana supõe três atividades essenciais: o trabalho (relacionado a questões de necessidade e sobrevivência); a obra (correspondente aos objetos artificiais criados pelo ser humano); a ação (fundamental para a existência humana e ligada à comunicação e ação política). Esta última, segundo a autora, evidencia a pluralidade dos indivíduos, que se formam através da comunicação com os outros, ou seja, no processo de socialização, já que “os homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem neste mundo, só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos” (ARENDR, 2017 [1958], p.05)

No livro “A condição humana”, Arendt (2017 [1958]), buscando o sentido desse espaço no seu tempo, faz uma genealogia do espaço público desde a antiguidade clássica, a partir de uma teoria política, relacionando-o com os conceitos de liberdade, pluralidade e ação. A autora caracteriza o espaço público como lócus dessa pluralidade, onde as diferenças entre os indivíduos são confrontadas, a partir de uma situação de igualdade. Pode-se concluir, a partir dessa ideia, que o espaço público seria caracterizado como lugar de alteridade: onde convivem as diferenças entre a multiplicidade de sujeitos da cidade, sendo necessário exercer a liberdade individual e distinguir-se com respeito ao outro.

Para Arendt, o ato de distinguir-se tem a ver com a atividade genuinamente humana da ação. Através da ação e do discurso, os indivíduos tornam-se singulares, mas não a partir de uma identidade anterior à socialização, e sim por meio da própria troca com o outro. Por isso a ideia de que a singularidade (identidade) humana se constrói na pluralidade do espaço público.

Segundo a autora, na antiguidade greco-romana, as esferas privada e pública eram bem delimitadas: a primeira estava ligada às atividades do trabalho e da obra; já a esfera pública estava relacionada à política, onde se tem visibilidade e se conecta ao mundo externo, através do discurso e da ação. Assim, a esfera privada se materializa no espaço privado, em oposição ao espaço público, onde se exerce a liberdade e são tomadas decisões políticas considerando-se a diferença, de forma democrática. Vale ressaltar que, no período em questão,

tal liberdade e democracia, no entanto, só atingiam uma minoria da população: os cidadãos (mulheres, idosos, crianças e escravos eram excluídos).

Mesmo com as condições de hierarquia e restrição do número de cidadãos, a pólis grega marcou um período de politização desde o qual a esfera pública viria perdendo importância para a esfera privada, resultando na supervalorização do individualismo e da intimidade, num processo que a autora denominou “desmundanização”. Isso significa dizer que, desde a antiguidade greco-romana até a modernidade, houve um processo de sobreposição entre as esferas pública e privada, cujo resultado foi a ascensão da esfera social e a despolitização (desmundanização) do indivíduo.

O aparecimento da sociedade – a ascensão da administração do lar, de suas atividades, seus problemas e dispositivos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas turvou a antiga fronteira entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis. Hoje, não apenas não concordaríamos com os gregos que uma vida vivida na privacidade do que é “próprio do indivíduo” (idion), fora do mundo do que é comum, é “idiota” por definição, mas tampouco concordaríamos com os romanos, para os quais a privacidade oferecia um refúgio apenas temporário dos assuntos da res publica. O que hoje chamamos de privado é uma esfera da intimidade cujos primórdios podemos remeter aos últimos períodos da civilização romana, embora dificilmente a qualquer período da Antiguidade grega, mas cujas peculiares multiplicidade e variedade eram certamente desconhecidas de qualquer período anterior à era moderna. (ARENDETT, 2017 [1958], p. 46)

O deslocamento das esferas pública e privada para uma esfera social, nos séculos XVII e XVIII, valorizou a liberdade e interesses individuais, sendo os assuntos de interesse privado levados e tratados na esfera pública, onde “a vida privada e as liberdades individuais adquirem prioridade e, por isso, devem ser protegidas pela instância política, a qual ampara formas de sociabilidade voltada aos interesses privados, estimulando a instrumentalização da cidadania, mero mecanismo de defesa destes interesses” (RAMOS, 2010, p. 277).

Para Habermas (2013 [1962]), a esfera pública é uma categoria histórica situada nos séculos XVIII e XIX, a partir da qual a burguesia criticava o estado, participando das decisões políticas. No entanto, na esfera pública política burguesa, as discussões aconteciam entre iguais: eram os proprietários (burgueses) que faziam reivindicações de interesse “geral”, com intuito de defender suas propriedades privadas frente ao estado. A noção de esfera pública política para Habermas, então, estaria ligada ao agir comunicacional, onde estado e burguesia se comunicavam.

Segundo Habermas, ela originou-se na esfera pública literária, ainda na idade média, onde, através da crítica da arte, era comunicada a posição da nobreza. A ideia de democracia, atrelada à esfera pública política de Habermas, se baseia no fato de que, com a ascensão da burguesia, nos séculos XVIII e XIX, a esfera pública passou a mediar relações entre diferentes (burguesia e estado), proporcionando um espaço para reivindicações dos interesses burgueses (relacionados à propriedade privada e de cunho econômico). A noção de diferença e democracia aí assumem contornos de exclusão, já que os interesses defendidos diziam respeito a uma classe social homogênea, onde esferas pública e privada se confundiam, enquanto na Grécia e Roma Antiga, apesar de limitada aos cidadãos, a democracia tratava de interesses que eram relativos à cidade-estado como um todo.

Pode-se dizer, desta forma, que a esfera pública política de Habermas surge a partir da sobreposição, da qual falava Hannah Arendt, das esferas pública e privada, visto que os interesses privados são defendidos de forma pública, através do agir comunicacional da classe burguesa frente ao estado. Para a autora, isso resulta na ascensão da esfera social, onde muitas vezes a política torna-se uma ferramenta para viabilizar interesses econômicos e a liberdade, que antes era exercida num processo de interação social democrática, passa a ser exercida no âmbito da vida privada.

Essa crítica é de grande importância no debate sobre o espaço público e foi interpretada por Richard Sennet para tratar do tema na sociedade contemporânea. No livro “O Declínio do Homem Público”, Sennett (1974), seguindo a trilha de Hannah Arendt, afirma que desde o século XIX a esfera privada superou a esfera pública e a supervalorização do individualismo e da intimidade é refletida no espaço urbano através da construção de edifícios cada vez menos integrados com o entorno e da crescente desvalorização do espaço público urbano.

Essa visão teve grande repercussão no debate pós-moderno sobre as cidades contemporâneas, na segunda metade do século XX e especialmente a partir da década de 1980, onde a ideia de fragmentação do sujeito, em contraposição ao sujeito homogêneo da modernidade, foi rebatida no espaço físico das cidades na forma de desarticulação urbana e esvaziamento dos espaços públicos. Nota-se, a partir de então, uma transposição das ideias das correntes de pensamento das ciências sociais para o espaço público urbano, como ressalta

Leite (2009), ao associar a crítica de Sennett (1974) à emergência, no final do século XX, da relação entre a visão pós-moderna de sujeito fragmentário e a crise do espaço público da cidade contemporânea:

A crítica de Sennett abriu um rasgo no debate até então em vigor na sociologia urbana e no urbanismo, justo em um momento que se iniciavam as discussões acerca da emergência de uma condição pós-moderna, cujas ressonâncias atingiriam em cheio o debate sobre a (des) construção social do espaço público. (LEITE, 2009, p.187)

O autor defende, no entanto, que as questões apontadas pelo debate pós-moderno não impossibilitam as interações sociais no espaço público, que deve ser visto a partir da complexidade da cidade contemporânea e seus diversos sujeitos. Ao lançar este olhar, que considera a cidade como construção social onde diversos sujeitos operam - e não apenas as grandes estruturas ou uma massa homogênea - se faz necessário, além de buscar novas concepções sobre o espaço público, analisar as críticas feitas ao urbanismo no passado, a fim de travar um diálogo com a realidade contemporânea e buscar entender como se deu, ao longo do tempo, a transposição das ideias de vários campos de estudo ao conceito de espaço público urbano.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DO PENSAMENTO URBANÍSTICO A PARTIR DO SÉCULO XX

No campo da arquitetura e do urbanismo, a partir do segundo pós-guerra, diversos autores propõem um olhar crítico ao modelo de cidade funcionalista defendido pelo movimento moderno. Em 1951, o VIII Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) teve como tema “o coração da cidade”, onde as ideias de Camilo Sitte (1889) são retomadas com o intuito de promover uma re-centralização das cidades, em oposição à dispersão da cidade modernista. São representantes dessa tendência autores como Kevin Lynch (1960), Gordon Cullen (1961), Aldo Rossi (1966), entre outros. A referência feita a Sitte pode ser relacionada, respeitadas as particularidades de cada contexto, à permanência de algumas ideias do urbanismo do século XIX no urbanismo do movimento moderno na primeira metade do século XX.

No final do século XIX, Camilo Sitte (1889), no livro “A construção da cidade segundo seus princípios artísticos”, faz uma crítica ao urbanismo do século XIX, cujos novos traçados urbanos conferiam “perda de sentido estético e social das praças” (ARANTES, 2000,

p. 95). Esses novos traçados eram caracterizados pelo uso da perspectiva, abertura de grandes avenidas, criação de parques e espaços públicos superdimensionados, acarretando espaços urbanos sem pontos de referência.

A fim de demonstrar que existem constantes na organização espacial urbana, Sitte compara os espaços urbanos onde ocorria a vida pública no fórum romano à vida comunitária na cidade medieval. Segundo o autor, nesses espaços, a forma das praças era decorrência da necessidade de circunscrição de um espaço próprio para a vida pública, característica perdida com as reformas urbanísticas do século XIX.

Esse processo também pode ser relacionado com a valorização da intimidade, durante a Idade Moderna, com consequências no incremento do espaço interior em detrimento do espaço exterior, bem como na transformação da relação das pessoas com o espaço urbano. Percebe-se, portanto, que a valorização da intimidade, a partir da Idade Moderna, refletiu não apenas nas formas de interação social, como ressalta Hannah Arendt (1961) e Richard Sennet (1988), mas também nas formas espaciais da cidade.

De volta a meados do século XX, como já dito, a crítica ao urbanismo do movimento moderno era feita por autores que, assim como Sitte, reivindicavam uma revalorização dos espaços públicos urbanos. As intervenções e planos modernistas, que propunham o ordenamento funcional das cidades, edifícios em altura e sem relação com a rua, bem como a criação de espaços públicos tanto superdimensionados como residuais, possuía semelhanças com as intervenções feitas nas cidades do século XIX.

No entanto, até o século XIX, o espaço interior dos edifícios ainda era valorizado. Em contraposição, na primeira metade do século XX, sob a lógica capitalista da segunda Revolução Industrial, o espaço interior também sofre uma grande racionalização e, representado pela “máquina de morar” de Le Corbusier, passa a ser um espaço indiferenciado. Desta forma, nos grandes centros urbanos, perde-se a referência tanto no espaço público urbano, como no espaço da residência e o indivíduo torna-se foco de um conflito ilustrado por vários autores pelas oposições entre interior-exterior/ público-privado/ individual-social. Essa questão perpassa pelo problema das interações sociais entre indivíduos, bem como entre indivíduo e espaço urbano e foi objeto de estudo do sociólogo Georg Simmel sobre a experiência da metrópole do início do século XX, que será visto mais à frente. O tema, no

entanto, continua pertinente quando se trata do espaço público urbano contemporâneo, onde se observa uma volta ao interesse pela relação entre as pessoas e a cidade.

Como resposta à reflexão sobre este conflito na cidade contemporânea, vários autores, na segunda metade do século XX, destacam a relação dos indivíduos com o espaço da cidade, com foco no espaço público urbano e na crítica ao urbanismo modernista. Kevin Lynch, em 1960, lança o livro “A imagem da cidade”, onde propõe uma investigação sobre a fisionomia das cidades, ou seja, como as partes das cidades são reconhecidas ou organizadas mentalmente pelos indivíduos. Desta forma, o autor investiga as relações entre indivíduo e espaço, chegando a 05 elementos que correspondem ao agrupamento do conteúdo dessas imagens espaciais: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos.

Posteriormente, na década de 1980, Kevin Lynch faz um estudo mais aprofundado das formas urbanas no livro “A boa forma da cidade” (1981), onde relaciona a forma urbana ao contexto social, mas também admite que alterações físicas possam acarretar mudanças em diversas escalas da cidade, como uma praça, por exemplo, altera o cotidiano do entorno onde está inserida. Para medir a interferência da forma urbana na qualidade de um lugar, Lynch propõe 05 dimensões básicas de execução da forma das cidades: vitalidade (o grau em que a forma espacial apoia a sobrevivência dos indivíduos, ligada às funções básicas do ser humano), sentido (o grau com o qual a forma espacial adquire sentido pelos seus residentes, através das capacidades mentais, sensoriais e culturais), adequação (o grau em que a forma espacial se adequa às atividades e comportamentos das pessoas), acesso (o grau e diversidade com que a forma espacial alcança outras pessoas, serviços, atividades, locais, etc) e controle (o grau de controle dos usuários das formas espaciais sobre seu acesso, atividades, transformações, gestão, etc).

Além dos 05 critérios existem 02 meta-critérios, que medem a *Eficiência* (equilíbrio dos ganhos/custos entre os diversos valores estabelecidos) e *Justiça* (equilíbrio dos ganhos/custos entre as pessoas). Os metacritérios estão envolvidos em cada uma das dimensões básicas citadas e, segundo o autor, servem para medir qual o custo da obtenção de qualquer uma das dimensões (*eficiência*) ou quem ganha com a obtenção de certo grau das dimensões (*justiça*). O autor ainda segue destrinchando cada uma das 05 dimensões básicas em vários elementos, a fim de detalhar e exemplificar cada um dos valores da forma urbana.

No contexto brasileiro, as críticas ao urbanismo do movimento moderno começaram a ganhar forma em meados do século XX, no entanto, a discussão sobre a valorização dos espaços públicos urbanos como forma de humanizar as cidades passou a ter maior peso a partir da década de 1980. Nesse período, o tema da rua como espaço público adquiriu bastante relevância no contexto brasileiro.

Uma das pesquisas de grande importância foi coordenada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) e exposta no livro “Quando a rua vira casa”. Na década de 1980, os pesquisadores fizeram uma análise comparativa em um bairro tradicional e um conjunto planejado do Rio de Janeiro, com foco na apropriação, por parte dos residentes, dos espaços públicos ou de uso coletivo dessas áreas. A conclusão a qual chega é de que o espaço físico depende da inter-relação de um conjunto de sistemas para gerar significado e ser apropriado pelos indivíduos: sistemas de espaços, sistemas de atividades e sistemas de valores. Na pesquisa, a rua se sobressai como principal elemento de apropriação, que é condicionada pelos usuários, atividades exercidas, divisão funcional dos espaços, interface com os espaços privados, controle e regras impostas à população, etc.

A partir das duas últimas décadas do século XX, as abordagens sobre o espaço público urbano foram ampliadas com discussões trazidas de vários campos do conhecimento, quando a dimensão sociopolítica passou a ser considerada de forma mais contundente nos estudos urbanos. Segundo Sérgio Luís Abrahão, no livro “Espaço público: do urbano ao político” (2009), defende a tese de que, no Brasil, essa transposição do espaço público político (com atributos advindos da filosofia, ciências sociais e políticas) para o espaço público urbano passou a se dar, a partir da década de 1980, sem mediação ou sistematização de uma teoria urbana.

De fato, notam-se várias contribuições para o tema, no campo da sociologia e antropologia, como já visto nos estudos de Carlos Nelson Ferreira (1981) e como é o caso dos estudos de Heitor Frúgoli Jr. (1995) sobre espaço público e interação social. O autor identifica uma cultura urbana contemporânea que valoriza os espaços privados, cujas consequências resultam tanto na racionalização dos espaços públicos da cidade (espaços de circulação e transporte), como no surgimento de espaços semi-públicos ou semi-privados - nascidos do cruzamento do público e do privado e tem como exemplos condomínios, shoppings,

empresariais, etc. Esses novos espaços implicam em novas formas de sociabilidade, que estão atreladas a essa cultura urbana. Como consequência, ocorreria uma redução da diversidade e heterogeneidade dos espaços de interação social inter-classes.

Já Antônio Arantes (2000), ao estudar a formação social do espaço público urbano, analisa esse fenômeno a partir de três eixos: a formação de territorialidades no espaço público urbano; o espaço público urbano como lugar político; a formação da noção de cidadania no espaço público urbano. O autor buscava entender como os usuários cotidianos das áreas centrais (categorias sociais invisibilizadas) se apropriavam desses espaços, projetados para impor uma ordem política, criando territorialidades e abrigando conflitos e tensões sociais. O contexto empírico das pesquisas desenvolvidas pelo autor era o centro de São Paulo, a partir do qual chegou à categoria de “espaço limiar”, exposta no ensaio “Desigualdade e diferença: cultura e cidadania em tempos de globalização”. Ao observar a complexidade social e política da Praça da Sé, que, apesar do esvaziamento físico do espaço público (edifícios abandonados e degradados, déficit habitacional etc.), abriga as principais tensões e conflitos sociais da cidade.

Percebe-se, na abordagem de Frúgoli Jr. e Arantes que as ideias que acompanharam “O Declínio do Homem Público” (1988) de Richard Sennett são reinterpretadas e se aproximam mais de uma busca por entender como acontecem as interações sociais no espaço público contemporâneo e do que decretar seu fim. Rogério Proença Leite traz grandes contribuições, nesse sentido, ao colocar que, apesar de características como fragmentação e segregação socioespacial das cidades contemporâneas, existem inúmeras redes de sociabilidade que operam no espaço público e o mantém vivo. Leite (2009) aponta para a necessidade de revisão do conceito de espaço público na sociedade atual, ao afirmar que a ideia de espaço público da modernidade é que não se adequa às lógicas da cidade contemporânea:

Repensar os parâmetros conceituais da noção de espaço público no âmbito desse debate requer, em primeiro lugar, reconhecer que aquele espaço público definido pela modernidade como um espaço cívico de encontro dos iguais – este sim – está morto. Mas de outro modo, a excessiva diferenciação que desloca a convivência com o estranho para as “comunidades destrutivas” e as “tirantias da intimidade” (Sennett, 1976) também não aniquilou, por sua vez, as sociabilidades que asseguram a formação dos espaços públicos. Ao contrário, alteraram as configurações disso que ainda podemos chamar de espaço público, exigindo uma adequação conceitual e léxica para darmos cabo da tarefa investigativa acerca da natureza desses espaços no

âmbito dos processos que aqui identificamos como pós-modernos. (LEITE, 2009, p. 197-198)

De fato, desde a segunda metade do século XX até os dias atuais, o espaço público urbano foi foco de várias análises e pesquisas, embasados pelo discurso de necessidade de revalorização do espaço público e incentivo à vida pública. Pode-se dizer que, apesar da multiplicidade de conceitos, o espaço público é tratado por diversos autores como materialização da esfera pública, fruto de uma construção social e representação das diversas transformações da sociedade que o produz. Sobre essas transformações, alguns autores destacados pontuam uma sobrepujança da individualidade sobre o coletivo, do privado sobre o público e uma diminuição das interações sociais no espaço público da cidade contemporânea. Nesta pesquisa, no entanto, a busca por entender como este espaço público urbano contemporâneo se caracteriza, através das suas dinâmicas cotidianas de interação social.

Quadro 1 – Síntese das abordagens de espaço público x interações sociais

ABORDAGEM DO EPU	INTERAÇÕES SOCIAIS NO EPU	REFERÊNCIA
Crítica ao urbanismo do século XIX (espaços públicos superdimensionados, valorização da perspectiva e dos espaços interiores); visão da praça como espaço próprio para a vida pública.	Agorafobia; valorização da intimidade; perda de referência humana; defesa do espaço circunscrito das praças, que se relacionam com a escala humana.	Camilo Sitte (1889)
Crítica ao urbanismo modernista (dispersão, ordenamento funcional, espaços públicos extensos e residuais); re-centralização das cidades; valorização da escala local e humana; valorização do espaço público.	Interesse pela relação entre as pessoas e a cidade / forma urbana e contexto social; sentido individual e coletivo da cidade; apropriação dos espaços da cidade.	Kevin Lynch (1960;1980); Gordon Cullen (1961); Aldo Rossi (1966)
Decadência dos espaços públicos	Valorização da intimidade; diminuição interações no espaço público; espaços privados segregados.	Richard Sennet (1988)
Espaço como uma inter-relação de sistemas de espaços, de atividades e de valores; rua espaço de apropriação; interface espaços privados e públicos.	Apropriação, atividades e controle dos/nos espaços públicos e coletivos.	Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981)
Valorização espaços privados; racionalização espaços públicos urbanos (espaços para circulação e transporte); cruzamento do público e do privado (condomínios, shoppings, empresariais).	Valorização dos espaços privados; interações nos espaços semi-públicos/semi-privados (condomínios, shoppings, empresariais); menos diversidade de interações no espaço público; redução das interações inter-classes.	Heitor Frúgoli Jr. (1995)

Formação social do espaço público, a partir de territorialidades, lugar político, cidadania.	Espaço público abriga tensões e conflitos sociais; interações de conflitos; territorialidades.	Antônio Arantes (2000)
Revisão do conceito de espaço público; falta de correspondência entre o ideal de espaço público e a complexidade da cidade contemporânea.	Espaço público como local da diferença; complexidade das redes de sociabilidade.	Rogério Proença Leite (2009)

Fonte: produzido pela autora.

3 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO NO RECIFE: O CASO DA PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA

Este capítulo busca abordar a formação e as transformações urbanísticas da praça e seu entorno, relacionando-as ao cenário mais amplo do pensamento urbanístico em que se inserem. Pretende-se que a análise histórico-urbanística do lugar - sem perder de foco a abordagem antropológica da cidade - auxilie na identificação de atributos que caracterizam o *contexto urbanístico* do espaço público urbano da Praça da Independência, com vistas a relacioná-lo posteriormente com as categorias de interação social identificadas a partir da pesquisa de campo. O *contexto urbanístico* será considerado como o conjunto de práticas e ideias referentes à organização espacial - com influência nos âmbitos econômico, social, simbólico, etc - que *fazem* a realidade do espaço público urbano da praça.

3.1 FORMAÇÃO URBANÍSTICA E CONSOLIDAÇÃO DA CENTRALIDADE DA PRAÇA

O primeiro levantamento cartográfico do Recife, feito pelo engenheiro Andreas Drewisch Bongensaltensis e datado de julho de 1631 (MENEZES, 1998) mostra que a Ilha de Antônio Vaz, atuais bairros de Santo Antônio e São José, possuía uma escassa ocupação, composta por armazéns e residências. Segundo (REYNALDO, 2017) o processo de ocupação e urbanização da cidade do Recife se deu efetivamente a partir das intervenções urbanísticas holandesas, entre 1634-1654. Até então, a ocupação portuguesa concentrava-se na cidade de Olinda, no centro portuário de Recife (atual Bairro do Recife) e na zona rural da cidade, onde se localizavam os engenhos de cana-de-açúcar.

Figura 2 – Mapa holandês de 1639



Fonte: Acervo Museu da Cidade do Recife. [Edição da autora]

O ano de 1630 marca o início da ocupação holandesa em Pernambuco e, em 1637, com a chegada do Conde Maurício de Nassau, a Ilha de Antônio Vaz é escolhida como território de expansão, sendo sua ocupação feita de forma planejada, a partir do Plano de Pieter Post (1639). O plano previa um eixo de ligação da ilha com o porto do Recife, através da ponte Maurício de Nassau (1644) e a divisão do território em três áreas³: residencial, serviços/comércio e institucional – resultando em espaços hierarquizados e com diferentes morfologias (REYNALDO, 2017).

A área residencial se estabeleceu na porção sul da ilha, no atual bairro de São José e possuía quadras ocupadas por sobrados estreitos e com até 01 pavimento. A área institucional localizava-se ao norte, no entorno da atual Praça da República, onde foi construída a sede do governo holandês. Já a área de comércio e serviços, foco do estudo em questão, formou-se ao longo eixo de articulação com o porto, cujo ponto nodal era a atual Praça da Independência, chamada, no período, de Praça Maurícia ou Praça do Mercado Grande.

Figura 3 – Santo Antônio e São José em trecho do mapa com o Plano de Pieter Post



Fonte: MENEZES, 1988. [Edição da autora]

A praça era circundada por 06 quadras compostas por sobrados construídos no paramento da rua e ocupados, no pavimento térreo, por estabelecimentos de comércio. Essa conformação morfotológica do seu entorno imediato reforçava a forma quadrada da praça, bem como seu papel de centro comercial.

³ Além dessas intervenções, estavam previstos, no plano de Pieter Post, e foram executadas, duas fortificações: uma ao Norte, ao redor do convento de Santo Antônio; outra ao Sul, nas proximidades do atual Forte das Cinco Pontas. Além disso, foram construídas muralhas e um sistema de canais que ligavam as duas fortificações, com o intuito de proteger a ilha de ataques pelo continente.

A denominação de Praça do Mercado Grande explicita a predominância do uso comercial e de serviços na praça e seu entorno. Desta forma, observa-se que, além do simbolismo de representar o centro da cidade Maurícia, seu cotidiano era marcado pelas interações sociais ligadas às relações comerciais. Vale ressaltar, no entanto, que o espaço urbano da cidade brasileira, como ressalta Leitão (2014 [2009]), formou-se em torno do espaço privado da casa, onde a vida familiar se voltava para o interior da edificação. A rua, por outro lado, não tinha prestígio, sendo local de circulação e depósito de rejeitos. Daí infere-se que os participantes de tais interações, ocorridas no espaço das ruas e do mercado, eram predominantemente homens negociantes, escravos e classes populares. Murilo Marx (1989) chama atenção para o desprestígio da rua no processo de colonização das cidades brasileiras:

Pela peculiaridade e pelo porte de nossos estabelecimentos coloniais pode-se fazer uma ideia da pacata vida urbana resultante da modorra que prevalecia nos espaços coletivos. Para não considerar a reclusão das mulheres em casa e, mais ainda, o costume das elites de manter uma moradia urbana apenas para determinadas ocasiões. (MARX, 1989, p. 61)

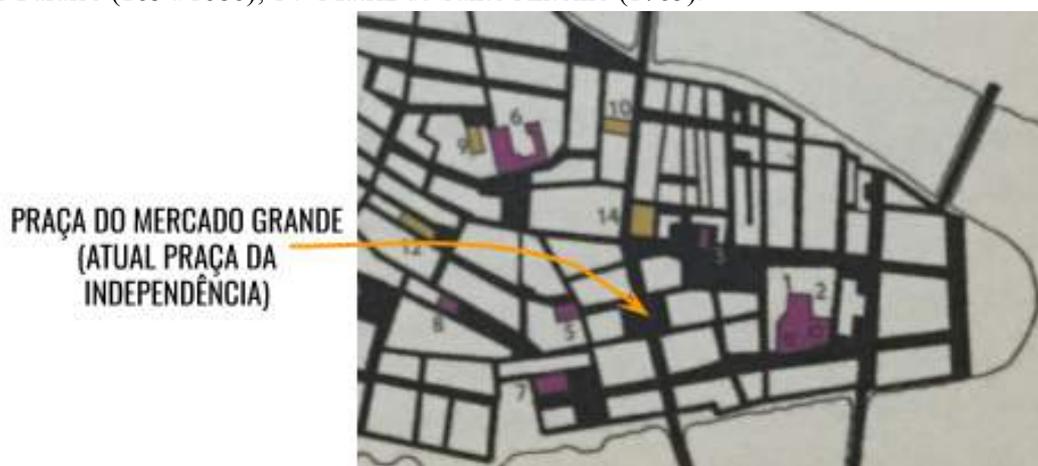
O autor, no livro “Nosso chão: do sagrado ao profano” (1989) faz uma análise da evolução dos espaços públicos urbanos brasileiros, mostrando como seu uso e prestígio estavam ligados aos ritos da Igreja Católica. No entanto, a Praça do Mercado Grande, projetada pelo governo holandês, com tradições mercantis e adepto do protestantismo, configurava um espaço público de uso laico e valorizado, tendo em vista que seu entorno correspondia ao núcleo mais densamente ocupado da ilha de Antônio Vaz, quando o governo holandês foi expulso, em 1654.

As guerras do período de expulsão dos holandeses destruíram grande parte do território urbanizado da ilha, com exceção do entorno da Praça do Mercado Grande, enquanto a reocupação dos trechos arrasados não respeitou os antigos canais e sistema fortificado construído pelos holandeses (MENEZES, 1988). Pode-se considerar, portanto, que a preservação do núcleo no entorno da atual Praça da Independência demonstra a valorização do lugar.

A participação fundamental da Igreja Católica na expulsão dos holandeses foi refletida urbanisticamente através da construção em massa de edifícios religiosos em Santo Antônio e São José, durante todo o final do século XVII e todo o século XVIII. Os edifícios religiosos,

além de marcos na paisagem da cidade, contribuíram para a formação de um sistema de espaços públicos urbanos, através dos seus pátios, intensamente usados para interações de celebrações de cunho religioso e ações das irmandades.

Figura 4 – Construções religiosas em Santo Antônio e São José. No entorno imediato da Praça da Independência: 05- Igreja do Rosário dos Homens Pretos (1660/1777); 03- Igreja do Paraíso (1654/1686); 14- Matriz de Santo Antônio (1765).



Fonte: REYNALDO, 2017, p. 68. [Edição da autora]

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1660-77) e a Igreja Matriz de Santo Antônio (1765) foram construídas nesse contexto de afirmação de poder da Igreja Católica, cuja construção em massa de edifícios religiosos interferiu diretamente nas dinâmicas de interação do lugar:

[...] o prestígio religioso, embora rigidamente estabelecido, era o único canal para manifestação popular mais espontânea. Previsto ou não no calendário litúrgico, que era movimentado com uma comemoração atrás da outra, como as datas maiores da cristandade, as 'festas reais', as dos santos padroeiros ou de maior devoção. (MARX, 1989, p. 61)

Essas duas igrejas estão localizadas no entorno imediato da Praça da Independência, interferindo até os dias atuais nas dinâmicas sociais de interação do seu cotidiano, bem como na paisagem do entorno da praça. A Matriz de Santo Antônio, no entanto, não possuía relação física direta com a praça, como acontece atualmente. A conformação da malha urbana que permitiu essa ligação foi executada posteriormente, durante as reformas urbanas de Santo Antônio e São José, no século XX, como será visto mais adiante.

Entre 1786-98, a Praça do Polé⁴ foi reconstruída pelo governo português – com a construção de edifícios que permanecem até o início do século XX - e passa a se chamar Praça da União, representando as boas relações entre Brasil e Portugal. Juntamente com as igrejas, que configuravam marcos da cidade com suas altas torres, “a maior altura das construções no entorno da Praça da Independência e ao longo da Rua Primeiro de Março e Rua Nova converteram essas [...] nas áreas mais destacadas da cidade” (REYNALDO, 2017, p. 73). A praça passa então a possuir uma maior representatividade política, que permanece até os dias atuais, quando exerce papel de foco de manifestações políticas e reunião de movimentos sociais.

Figura 5 – Ocupação MTST, no Edf. Figura 6 – Ato em homenagem à Marielle Independência, na Praça da Independência. Nome Franco, vereadora do Rio de Janeiro, assassinada em homenagem à Marielle Franco.



Fonte: GENEY, H. Folha PE, 2018. <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2018/03/20/NWS,62595,70,449,NOTICIAS,2190-FOTOS-RELIGIOSOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-HOMENAGEIAM-MARIELLE-CENTRO-RECIFE>. Acesso em 24/02/2019.

A partir de meados do século XIX, com a criação da Repartição de Obras Públicas (1835), obras para implantação de equipamentos públicos e infraestrutura urbana são executadas, fazendo com que esses elementos juntem-se às igrejas como destaques na malha urbana. Além de centro político e comercial, Santo Antônio passa a funcionar como núcleo mais amplo de mobilidade (com a implantação das estações de trem em São José), além de assumir a característica de centro cultural (com a implantação do liceu de artes e ofícios, o Teatro Santa Isabel e a biblioteca pública). Esse contexto apenas reforçou a permanência da

⁴ A denominação de Polé, cabe registrar, advém do fato de naquela praça ter funcionado um bárbaro instrumento de tortura (com o mesmo nome). Ele constava de um mastro levantado, uma roldana e uma corda, com a finalidade de supliciar indivíduos que tivessem cometido determinados crimes. Tal instrumento é colocado na Praça da Independência somente no século XVIII, vindo de Fora de Portas, perto do Pilar (VAINSENER, 2009)

centralidade de Santo Antônio, planejada desde a ocupação holandesa, reforçada pelas construções religiosas portuguesas e pelas grandes obras públicas do século XIX.

No início do século XX, outras obras de grande porte foram feitas em Recife. Entre elas, vale destacar as intervenções de saneamento de Saturnino de Brito e a remodelação do bairro do Recife, iniciadas em 1910. As referidas intervenções fazem parte de um contexto mais amplo de modernização das cidades brasileiras⁵, cujo modelo era a Paris Haussmanniana. A reforma realizada em 1910, no Bairro do Recife, foi impulsionada pela modernização do porto, mas também abrangeu a remodelação do traçado urbano da área, apresentando características sanitaristas, higienistas e seguiu a estética do urbanismo praticado na Europa do século XIX, caracterizado pelo uso da perspectiva, abertura de grandes avenidas, criação de parques e espaços públicos superdimensionados, como visto no **capítulo 2**.

Tando a remodelação do Bairro do Recife, quanto às obras de saneamento urbano vão influenciar diretamente a dinâmica urbana de Santo Antônio e São José, que, devido à insuficiência de acessibilidade entre o Bairro do Recife e as outras áreas da cidade, terão seu sistema de mobilidade sobrecarregado, acarretando em protestos, por parte da população na década de 1920.

Em 1914, quando o bonde elétrico foi implantado, o entorno da Praça da Independência já possuía um papel consolidado de eixo de mobilidade da cidade, sendo equipado com estações de bonde. Reynaldo (2017[1998]) ressalta como consequência da substituição do transporte de tração animal, a facilidade de mobilidade e a consequente migração de muitas residências para as áreas periféricas, sendo acentuada a concentração das atividades não residenciais nos bairros do Recife, Santo Antônio e São José. Em decorrência das reformas no bairro do Recife e do incremento tecnológico no transporte, este se

⁵ Um dos exemplos mais representativos foi a reforma empreendida na capital, à época. O Rio de Janeiro passou por um grande processo de reforma urbana, iniciada durante o governo de Pereira Passos (1902-1906), de cunho sanitarista e visando a modernização, tendo como principal modelo as grandes cidades europeias, notadamente Paris. O tema foi tratado por autores como Del Brenna (1985), Benchimol (1992) e Azevedo (2003).

consolidou como centro financeiro, Santo Antônio como centro administrativo e cultural e São José como bairro de residência popular.

Em meados da década de 1910, é registrado um crescimento negativo de 1,9% da população residente no centro, enquanto nas demais localidades da cidade, houve crescimento médio de 11,5%, segundo Reynaldo (2017 [1998], p. 130). Pode-se associar esse decréscimo da população residente tanto à especialização funcional dos bairros do Recife e Santo Antônio, bem como dos investimentos em infraestrutura de saneamento e transporte, que impulsionaram a expansão urbana nos bairros do Cabanga, Afogados, Boa Vista, Santo Amaro e bairros no eixo do Rio Capibaribe, como Derby, Graças, Torre e Madalena. Os bairros periféricos passaram a ter acesso mais fácil aos bairros de Santo Antônio, São José e do Recife, que se consolidaram como centro urbano da cidade.

Durante as primeiras décadas do século XX, mesmo com a expansão urbana, o centro do Recife era o lugar para onde as pessoas de várias localidades da cidade convergiam, tendo em vista que o lugar concentrava lojas, restaurantes, cafés, consultórios, jornais, teatros, cinemas - usos ligados a comércio e serviços. Segundo Costa (2013), a prática social mais recorrente, e que dava vida às ruas, era o *footing*, inspirado nas práticas de sociabilidade das cidades modernas europeias e que consistia em passear pelas ruas. Segundo a autora, “O trecho da área central mais utilizado para os passeios, então conhecido como *footing*, entre os anos 1920 e 1940, ficava entre a Rua 1º de Março e a Rua Nova, que pela Ponte da Boa Vista dava acesso à Rua da Imperatriz” (COSTA, 2013, p. 26), locais que correspondem ao entorno imediato da Praça da Independência. Vale ressaltar a instalação da sede do Jornal Diário de Pernambuco (figura 7), na Praça da Independência, em 1903, que influenciou diretamente as dinâmicas de interação do entorno e cuja representatividade para o lugar foi tão forte, que passou a ser chamada - até os dias atuais - de “Pracinha do Diário”.

Figura 7 – Edifício sede do Diário de Pernambuco, década de 1940.



Fonte: Acervo Benício Dias, Fundaj.

Figura 8 – Rua Nova, década de 1920.



Fonte: Acervo Fundaj.

As elites que frequentavam o centro, durante a década de 1920, reivindicavam melhorias à infraestrutura urbana, o que, atrelado ao discurso de modernização da cidade, dominante no pensamento político e urbanístico na época, levaram Santo Antônio e São José a serem objetos de diversos planos de remodelação, entre o final da décadas de 1920 e a década de 1950. Segundo Pontual, “entre os anos 20 e 30, presenciou-se no Recife um ambiente de efervescência cultural favorável ao modernismo” (PONTUAL, 2000, p. 90), já Piccolo chama atenção para “uma mescla de influências, oriundas do sanitarismo e do higienismo, provenientes do século XIX, e do modernismo, que começava a se irradiar com mais intensidade com os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna” (PICCOLO, 2008, p. 59). Tanto o modernismo como o sanitarismo e higienismo estavam atrelados à ideia de modernização e tinham como símbolo de progresso tanto a destruição do tecido urbano preexistente, como a construção de novos artefatos urbanos. Como visto na **introdução** e no **capítulo 02**, as semelhanças entre o pensamento urbanístico praticado na Europa no século XIX (ligado ao higienismo e sanitarismo) e o modernismo do início do século XX podem ser associadas à ideia de cidade da modernidade, que passa por um período de transição durante o século XX.

3.2 REMODELAÇÃO DOS BAIROS DE SANTO ANTÔNIO E SÃO JOSÉ

Nesse cenário do pensamento urbanístico no Recife, no início do século XX, foram elaborados diversos planos para remodelação dos bairros de Santo Antônio e São José. Dentre os planos, os que mais influenciaram as reformas executadas são os de Domingos Ferreira

(1927), Nestor de Figueiredo (1931), Atílio Correia Lima (1936) e o de Ulhôa Cintra (1943). Os citados planos urbanísticos foram analisados anteriormente em trabalhos de bastante relevância, como os de Outtes (1991), Pontual (1998), Reynaldo (2017 [1998]), Moreira (1999) e Piccolo (2008) e serão tratados nesta pesquisa com o objetivo de verificar como a Praça da Independência foi tratada e quais as permanências e transformações acarretadas pelas reformas, tanto do ponto de vista urbanístico como das dinâmicas sociais de interação da praça.

3.2.1 Plano de Domingos Ferreira (1927)

O plano proposto por Domingos Ferreira, em julho de 1927, apresenta uma intenção clara de modernização da cidade, traduzida urbanisticamente através da destruição e mudança no desenho de quadras para criação de duas largas avenidas radiais. A escala das avenidas, assim como o traçado urbano das novas quadras, rompem com a característica das pequenas vias coloniais existentes. Segundo Piccolo (2008, p.59), “a solução buscada foi bastante além da melhoria do sistema de tráfego, sendo motivada igualmente pelo desejo de transformar a imagem urbana dos séculos anteriores, em que a destruição teve um papel primordial no plano [...]”.

Figura 9 – Plano de Domingos Ferreira para Santo Antônio (1927) sobre traçado de 1932



Fonte: REYNALDO, [1998] 2017, p. 199. [Edição da autora]



Fonte: REYNALDO, [1998] 2017, p. 213. [Edição da autora]

A Praça da Independência, como pode ser observado no traçado urbano de 1932, funcionava como ponto nodal do eixo que cortava Santo Antônio transversalmente e fazia a

ligação entre o Bairro do Recife e o continente. A proposta de Domingos Ferreira desloca o eixo de ligação, com a criação da Av. 10 de Novembro e da Ponte Duarte Coelho, mas mantém a praça como ponto de convergência. A alteração no traçado existente mantém sua forma retangular, porém abre a perspectiva com a nova avenida, que parte em diagonal da praça, modificando a percepção do espaço, que não mais seria uma praça fechada. O alargamento de ruas e a destruição do Pátio da Igreja do Paraíso e do Hospital João de Deus têm influência na forma da praça, além de modificar a lógica de sistema de espaços públicos colonial⁶, através da quebra da ligação entre a Praça da Independência e o Pátio do Paraíso ou Praça Barão de Lucena.

3.2.2 Plano de Nestor Figueiredo (1934)

A remodelação de Santo Antônio e São José, proposta no Plano de Nestor Figueiredo apresenta adoção de ideias por vezes antagonistas, representando um contexto mais amplo do urbanismo internacional e a chegada de tais ideias no Brasil, que pode ser associado ao já citado período de transição o qual passava o pensamento urbanístico no século XX. O urbanista, que até a década anterior defendia as ideias de Sitte (1889) e a manutenção da cidade tradicional, agora propunha princípios defendidos pela *Société Française des Urbanistes*⁷, baseados no conceito de remodelação de centros urbanos históricos com vistas ao embelezamento, solução da circulação e tráfego de veículos e criação de monumentalidade através de grandes boulevards e construção de novos edifícios com a mesma escala e destaque dos monumentos preexistentes. No mesmo período, início da década de 1930, os CIAM propagavam as ideias do urbanismo modernista, que propunha a transformação radical dos centros urbanos, também com soluções para o ordenamento do tráfego e liberação do solo, através de edifícios em altura, para áreas verdes e espaços de uso comum. A proposta de Figueiredo apresentava traços racionalistas, principalmente na tipologia dos edifícios, no

⁶ O traçado urbano colonial, com vias estreitas e tortuosas, se apresentava como sistema onde os pátios, largos e edifícios importantes eram ligados pelas ruas, como ressalta Murillo Marx: “a vida urbana tem nas ruas o caminho dos largos, dos edifícios importantes [...]. Confia-lhes, por isso, a feira, a procissão, o pretexto de encontro. Os próprios largos são uma continuação das ruas, um determinado trecho e momento seu diante das construções mais significativas, seu clímax.” (MARX, 1980, p. 43).

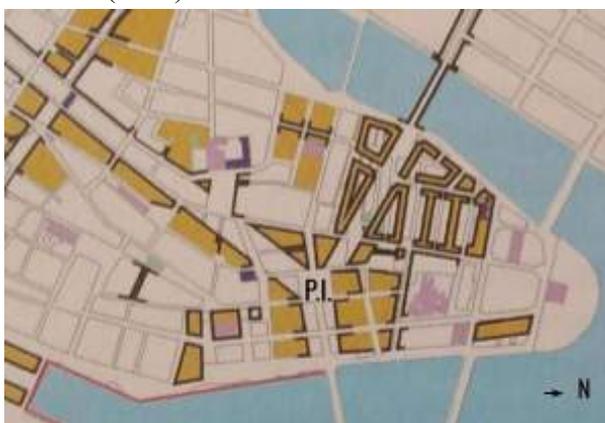
⁷ “Em 1912, teve início na França um movimento liderado por técnicos vinculados ao tema urbano, o que levou à fundação da *Société Française des Urbanistes*. Essa associação agrupava, no período entre-guerras, grande parte dos urbanistas que se especializaram na remodelação de cidades.” (REYNALDO, 2017, p. 203).

entanto, o tecido urbano existente foi considerado, apesar da reconstrução de várias quadras. Como principal artifício estético da modernização, foram propostas fachadas monumentais para conjuntos de edifícios com altura entre 8 e 10 pavimentos, que, ao margear grandes avenidas, formariam a fisionomia da cidade.

O plano para remodelação de Santo Antônio e São José foi parte do Plano de Remodelação e Extensão da Cidade do Recife e, desta forma, propunha um sistema de avenidas radiais e perimetrais que tinham a Praça da Independência como centro. Mais uma vez, a centralidade do bairro de Santo Antônio e da Praça da Independência é evidenciada, como mostra Pontual (1999), ao citar um pronunciamento de Figueiredo em jornal local:

Sem um plano coordenador da logica do seu desenvolvimento a cidade expandia-se de acordo com a vontade izolada de cada indivíduo. Grandes obras publicas foram executadas, estudando-se apenas os detalhes, sem conexão com o resto urbano. Edifícios publicos foram erguidos nos locais menos indicados. Várias ruas particulares foram projetadas e executadas isoladamente, sem se pensar no conjunto edificado, resultando dessa anomalia a criação de um verdadeiro labirinto de vias de comunicação defeituosas e comprometendo seriamente o ponto de vista estético da cidade. O grande centro distribuidor da cidade, a sua verdadeira sala de visita, que é a Praça da Independência ... é hoje um logradouro mesquinho pelas suas dimensões reduzidas, sem nenhuma concepção de equilibrio na composição das massas arquitetônicas e constituindo com as ruas que estão nas suas imediações, verdadeiro centro de atropelo e congestionamento de transito geral ... No entanto, estabelecido o plano geral de remodelação, este centro será transformado numa das mais belas recepções da cidade, que dificilmente encontraremos outras semelhantes. (Diário da Manhã, de 3/9/1931, conferência de Nestor de Figueiredo apud PONTUAL, 1999, p. 90)

Figura 11 – Plano de Nestor Figueiredo para Santo Antônio (1934) Figura 12 – Traçado de Santo Antônio em 1932



Fonte: REYNALDO, [1998] 2017, p. 236.



Fonte: REYNALDO, [1998] 2017, p. 213.

No projeto, a Praça da Independência, apesar de ser mantida como centralidade, perde completamente as feições que possuía desde a ocupação holandesa: é planejada a demolição

de parte das quadras que a margeavam, construção de conjuntos de edifícios monumentais e a ligação direta com a frente d'água ao leste. Além da ampliação das dimensões da praça, a criação das avenidas radiais reforçam a perspectiva monumental da nova praça, que assume papel duplo de boulevard e avenida para circulação de automóveis. Na proposta, as igrejas do Rosário dos Homens Pretos e Matriz de Santo Antônio são desconsideradas e a ligação entre seus espaços públicos urbanos frontais e a praça deixam de existir. O mesmo acontece com a Igreja e Pátio do Paraíso, sendo apagada, assim como no plano de Domingos Ferreira, a lógica de conexão dos espaços públicos coloniais.

3.2.3 Plano de Atílio Correia Lima (1936) e Comissão do Plano da Cidade (1938)

Em 1937, a Comissão do Plano da Cidade⁸ fez diversas alterações no plano de Nestor Figueiredo que foi aprovado em 1934, no entanto, segundo Reynaldo (2017[1998], p. 252) “apesar de perder parte do desenho original, pode ser considerado ainda um projeto de Figueiredo”. Em 1935, o projeto teve sua aprovação revogada pelo decreto municipal nº 283 de 11 de março de 1935. Desta forma, o urbanista Atílio Correia Lima foi contratado para fazer um parecer sobre o plano de Figueiredo e um novo plano para a remodelação de Santo Antônio e São José. Como o plano foi apresentado apenas até a etapa de anteprojeto, apenas foi proposto o zoneamento da área e estudo do sistema viário. Segundo Pontual (1999):

Entre as propostas para o Bairro de Santo Antônio, cabe destacar a do sistema viário na Praça da Independência, por diferir daquelas apresentadas nos planos anteriores. O sistema viário proposto desviava o tráfego da Praça da Independência, substituindo a grande avenida de ligação entre essa praça e a Praça Duarte Coelho, prevista nos planos de Domingos Ferreira e Nestor de Figueiredo. (PONTUAL, 1999, p.92)

Tendo em vista a falta de consenso entre os projetos apresentados, a Comissão do Plano da Cidade faz uma revisão das propostas de Domingos Ferreira, Nestor Figueiredo e Corrêa Lima, que foi aprovada em 1938 e executada no início dos anos 1940. A proposta priorizou o desenho do Plano de Domingos Ferreira, com a manutenção da proposta da Av. 10 de novembro (atual Av. Guararapes), ênfase na centralidade da Praça da Independência e preservação de edifícios singulares desconsiderados nas outras propostas (a Matriz de Santo

⁸ “Diante das divergências entre os planos de Figueiredo e de Corrêa Lima, foi nomeada uma Comissão do Plano da Cidade pelo prefeito Novaes Filho, em 1937, para realizar uma revisão técnica das duas idéias e a indicação de procedimentos para a continuidade dos trabalhos, com o aproveitamento máximo do realizado.” (PONTUAL, 1999, p.93)

Antônio e Igreja do Rosário dos Homens Pretos são mantidas, apesar da remodelação das quadras adjacentes à Matriz).

Figura 13 – Plano da Comissão da Cidade para Santo Antônio, de 1938



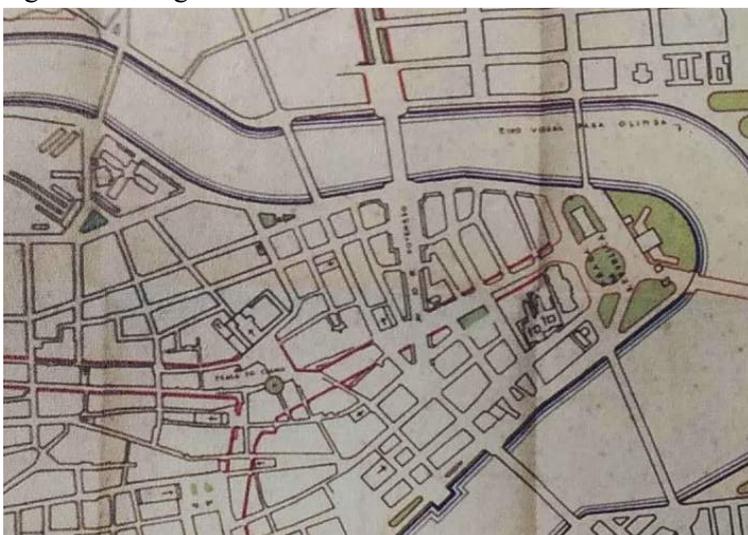
Fonte: REYNALDO, [1998] 2017, p. 259. [Edição da autora]

3.2.4 Sugestões de Ulhôa Cintra (1943)

Em 1943, Ulhôa Cintra, engenheiro que ocupava o cargo de diretor de obras da prefeitura de São Paulo, foi contratado para tecer sugestões sobre o plano da Comissão, aprovado em 1938. As sugestões resultaram num estudo fundamentado nos princípios do urbanismo francês do início do século XX, apoiado sobre as ideias do arquiteto francês Eugène Hénard, que, além da preservação de edifícios históricos singulares, defendia a identificação de um circuito de distribuição do tráfego através da irradiação de vias a partir de vários núcleos, chamado pelo arquiteto de “*périmètre de rayonnement*”, como ressalta Reynaldo (2017[1998], p. 262). Desta forma, segundo a autora:

Finalmente, a intervenção no centro antigo e as bases de expansão urbana no Recife fundamentaram-se na importância do traçado antigo, na permanência dos edifícios singulares, na criação de vias e no critério de reformar o entorno dos edifícios singulares a manter, como meio de valorizá-los no novo traçado. (REYNALDO, 2017[1998], p. 270)

Figura 14 – Sugestões de Ulhôa Cintra



Fonte: REYNALDO, [1998] 2017, p. 266.

A Praça da Independência continua como ponto de irradiação do tráfego, porém outros dois núcleos são propostos: nas imediações do Pátio do Carmo e da praça Sérgio Loreto. Nesta proposta, apesar da abertura da Av. 10 de Novembro a partir da Praça da independência, é mantida uma pequena quadra triangular que faz a manutenção da forma quadrada da praça, assim como o Plano da Comissão.

3.2.5 Reações às reformas e propostas de legislação urbanística

A execução da remodelação dos bairros foi feita de forma fragmentária, no período entre as décadas de 1940 e 1970, podendo ser dividida em 02 etapas, que giraram em torno da destruição de extenso tecido urbano de características coloniais para a construção das Avenidas 10 de Novembro (atual Avenida Guararapes), Norte-Sul (atual Dantas Barreto) e Nossa Senhora do Carmo, bem como da inserção novas tipologias de edifícios.

A primeira etapa tem como marco a abertura da atual Avenida Guararapes, no início da década de 1940, que então foi chamada de Avenida 10 de Novembro⁹. Novaes Filho, prefeito nomeado por Agamenon Magalhães, que era governador do estado de Pernambuco e estava alinhado com o regime do Estado Novo, colocou a execução da remodelação de Santo antônio e São José como prioridade em seu governo, além de ter realizado várias obras de intervenção urbanística na cidade, representando o estado centralizador, interventor e

⁹ Data do golpe que marcou a instauração do regime ditatorial do Estado Novo, presidido por Getúlio Vargas e com duração entre 1937 e 1945.

modernizador presidido por Getúlio Vargas. Segundo Moreira (2016), sobre o então prefeito do Recife:

Em sua busca por um símbolo para o Estado Novo, ele exigiu a rápida conclusão da remodelação. A mensagem era muito clara: era necessário parar a interminável discussão e o planejamento e fornecer uma imagem apropriada da cidade moderna, particularmente uma avenida principal alinhada com altos edifícios. Urbanismo tornou-se uma característica de representação. (MOREIRA, 2016, p. 301)

No mesmo período, inicialmente sob a gestão dos prefeitos Novais Filho e posteriormente de Pelópidas Silveira, o primeiro trecho da Avenida Dantas Barreto foi construído, localizado entre a Praça da República e a Matriz de Santo Antônio, resultando na destruição da Igreja e Pátio do Paraíso e na alteração do traçado urbano do entorno da Praça da Independência.

Durante as primeiras intervenções para a abertura da Avenida Guararapes e Dantas Barreto, com a demolição de uma quadra que separava a Matriz de Santo Antônio da Praça da Independência, houve uma interligação física direta do edifício com o espaço público urbano. Atualmente percebe-se que os dois elementos são extensão um do outro, formando uma única paisagem e sendo usados por frequentadores em comum, mesmo com a separação pela Avenida Dantas Barreto.

Figura 15 – Degraus da Matriz de Santo Antônio



Fonte: Acervo da autora.

A atual Avenida Guararapes foi construída em linha reta diagonal ligando diretamente a Praça da Independência à atual Ponte Duarte Coelho. As largas dimensões transversais da avenida (que varia de 60m a 20m nos seus 400m de extensão) acentuaram o contraste com o

tecido urbano existente, caracterizado por quadras de menor dimensão e mais densas, cortadas por ruas estreitas. Além disso, as demolições de conjuntos de sobrados e alguns monumentos deram lugar a edifícios em altura (em média 08 pavimentos) que seguiam o estilo modernista.

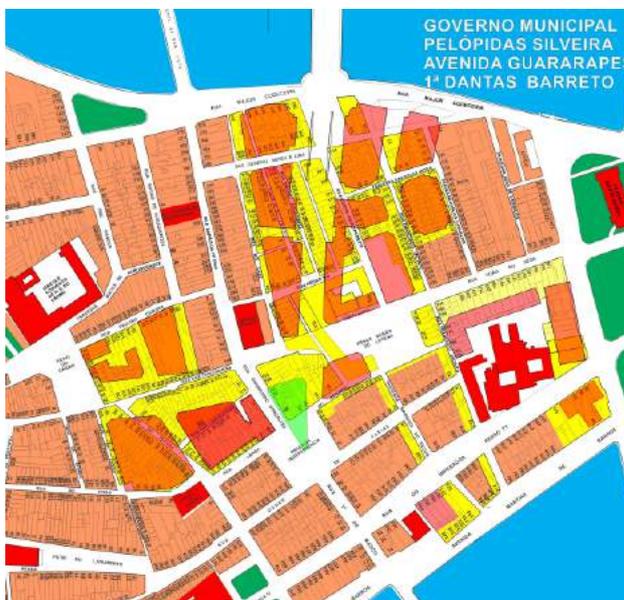
Figura 16 – Cartão postal da década de 1940 - Avenida Guararapes



Fonte: Acervo Benício Dias, Fundaj.

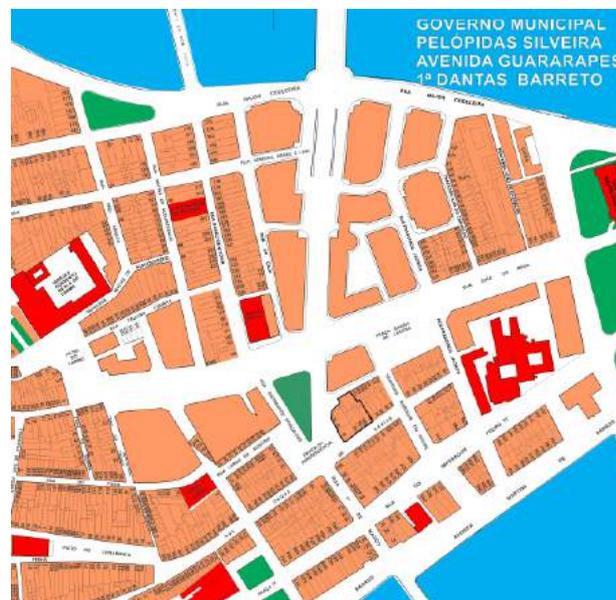
A abertura das duas avenidas resultou na demolição de quadras inteiras, além de monumentos isolados. Segundo Moreira (2016), “os edifícios mais importantes destruídos nesta empresa foram a Hospital São João de Deus, o Regimento de Artilharia, e a Igreja Paraíso, construídos nos séculos XVII e XVIII”. Além disso, os novos edifícios construídos ao longo das avenidas, principalmente o conjunto da Av. Guararapes, introduziram a tipologia das galerias no pavimento térreo, que abrigavam lojas e restaurantes, influenciando as dinâmicas de interação da época e incentivando a prática do já citado *footing*.

Figura 17 – Mapa com demolições (amarelo) para a abertura da Av. Guararapes e trecho da Av. Dantas Barreto



Fonte: MENEZES, 1988.

Figura 18 – Mapa com as intervenções executadas para a abertura da Av. Guararapes e trecho da Av. Dantas Barreto



Fonte: MENEZES, 1988.

Além das mudanças morfotológicas, no entorno da Praça da Independência, a população da área sofreu com a expulsão, devido ao aumento do custo dos edifícios. Apesar do bairro de Santo Antônio ser historicamente caracterizado por edifícios de usos institucionais, comerciais e culturais, os novos lotes ajudaram a incrementar o déficit residencial, mais uma vez consolidando o zoneamento funcional, agora com incremento dos usos para salas de escritórios, bancos e cinemas. A construção das duas avenidas afetou diretamente um trecho do bairro onde ainda havia um núcleo residencial até a década de 1940, como ressalta Piccolo (2008, p. 58): “a área onde estava situada a Igreja do Paraíso, em especial os fundos do templo, passou a ser caracterizada por uma grande densidade habitacional, predominando as casas térreas, e por um grande número de vias estreitas.”

Reynaldo ([1998] 2017), Pontual (1999) e Piccolo (2008) colocam que, ao longo dos anos 1950, com a queda do Estado Novo, a proliferação de ideias preservacionistas entre as correntes urbanísticas e a instalação, no Recife, do 1º Distrito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a abertura de uma avenida que cortasse dois bairros históricos, modificando drasticamente o tecido e a paisagem urbana do lugar, começou a ser questionada. Desta forma, a Av. Dantas Barreto permaneceu com as obras para sua abertura parada na altura do Pátio do Carmo.

A ampliação do ideário preservacionista, na cidade do Recife, se relaciona com a criação, em 1946, do 1º distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (DPHAN), no entanto, apenas na década de 1960 seria criado o primeiro instrumento urbanístico de preservação do patrimônio cultural na cidade. Em 1965, é aprovado o Plano de Gabaritos para os bairros de Santo Antônio e São José, produzido pelo 1º distrito do DPHAN em parceria com a Prefeitura do Recife. O objetivo do plano é conciliar os objetivos preservacionistas com relação à visibilidade dos monumentos tombados e o processo de renovação urbana pelo qual passavam os bairros. Ao observar-se o zoneamento do plano, percebe-se a diretriz de renovação e modernização no entorno da Praça da Independência.

Figura 19 – Plano da Gabaritos de 1965.



Fonte: REYNALDO, [1998] 2017, p. 352. [Edição da autora]

A segunda etapa da remodelação dos bairros aconteceu durante a década de 1970, durante a gestão do prefeito Augusto Lucena, quando a Av. Dantas Barreto teve sua abertura prolongada até a Praça Sérgio Loreto. Vale ressaltar que o prolongamento da avenida resultou na demolição da Igreja dos Martírios, mesmo com o tombamento da mesma pelo DPHAN e forte oposição da população, técnicos da prefeitura, professores universitários e urbanistas locais. Também é necessário contextualizar o momento político em que as obras ocorreram, sob o regime de Ditadura Militar (1964-1985), durante o governo de Médici (1969-1974), um dos mais repressores do regime. Nesse contexto, a avenida projetada para cortar os bairros de norte a sul, arrasou parte do tecido urbano do bairro de São José, marcando o fim das obras de remodelação de Santo Antônio e São José e resultando na demolição da Igreja dos Martírios e várias quadras do bairro, como ressalta Pontual e Piccolo (2008):

Em 1965, o antigo conjunto edificado do entorno do Pátio do Carmo foi destruído. Em 1966, as demolições prosseguiram do Pátio do Carmo até a Rua Tobias Barreto,

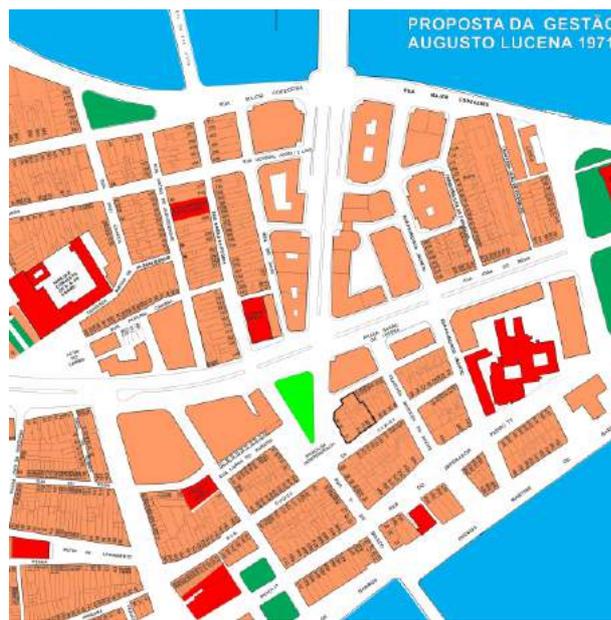
com a demolição completa de ruas e quadras. A Rua Santa Tereza, assim como o início da Rua Coronel Suassuna ou Augusta, onde estava localizada a Igreja dos Martírios, também foi demolida. (PONTUAL; PICCOLO, 2008)

Figura 20 – Mapa com as demolições, (amarelo) para a abertura da continuação da Av. Dantas Barreto e Av. N. Sra. do Carmo.



Fonte: MENEZES, 1988.

Figura 21 – Mapa com as intervenções executadas para a abertura da continuação da Av. Dantas Barreto e Av. N. Sra. do Carmo.



Fonte: MENEZES, 1988.

A continuação da abertura da Av. Dantas Barreto ocorreu em meio a polêmicas que giraram em torno da preservação do patrimônio cultural. Apesar de grande relevância como marco da preservação do patrimônio cultural, o Plano de Gabaritos de 1965, bem como a atuação do 1º distrito do DPHAN durante a abertura da avenida, não foram suficientes para frear as bruscas transformações que vinham ocorrendo no centro histórico. A destruição de grande parte do traçado urbano e a drástica mudança da paisagem, aliados ao processo de metropolização e esvaziamento habitacional das áreas centrais, nos anos 1970, contribuíram para a “deterioração física dos conjuntos urbanos do CHR [Centro Histórico do Recife], bem como na mudança do perfil socioeconômico de seus moradores e de seus usuários.” (MENEZES, 2015, p.88). No Recife, esse quadro proporciona a construção de uma nova lógica de planejamento e regulação urbanísticos da cidade, que vai se consolidar, do ponto de vista normativo, através do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife (1979).

O PPSH (1979), através da Lei nº 13.957/1979, estabelece 31 sítios históricos no município do Recife, estando todo o território do bairro de Santo Antônio dentro do perímetro do Sítio Histórico de Santo Antônio e São José. A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de

1983 (Lei nº 14.511/1983) incorporou as áreas protegidas pelo PPSH, já a LUOS de 1996 (Lei nº 16.176/1996) ampliou o número de zonas, no entanto, alguns SPA são suprimidos ou perdem área, enquanto outros deixam de ter o gabarito como requisito especial, que passa a ser definido pelo zoneamento adjacente. Desta forma, desde 1979, todo o território do bairro de Santo Antônio foi classificado e se manteve como sítio histórico.

Atualmente, através do estabelecido na Lei nº 16.176/1996, o entorno da Praça da Independência faz parte da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural do Sítio histórico de Santo Antônio e São José (ZEPH-10), possuindo Setores de Preservação Rigorosa (SPR) e Setores de preservação Ambiental (SPA)¹⁰. Na Lei nº 16.176/1996, houve a ampliação dos SPR para o conjunto da Av. Guararapes, mostrando uma mudança na visão sobre preservação do patrimônio cultural, ao considerar o valor dos novos traçados e tipologias, bem como a importância de se preservar as coexistências arquitetônicas e urbanísticas do lugar. Além disso, um dos SPA possui um imóvel classificado como Imóvel Especial de Preservação (IEP 58)¹¹, o Edifício Independência, construído em 1936 com feições racionalistas, denotando a importância da tipologia e das intervenções modernistas no local.

Como visto, o processo de remodelação de Santo Antônio e São José foi permeado por demolições de edifícios emblemáticos, além de alterações significativas da malha urbana, transformando completamente o entorno da Praça da Independência, que, apesar de ter sua fisionomia bastante alterada, manteve seu papel de centralidade para o bairro de Santo Antônio e para a cidade do Recife. O objetivo das intervenções foi a modernização do centro histórico, onde a Praça da Independência e seu entorno tiveram papel direto na manutenção e incremento da centralidade e do valor simbólico do bairro de Santo Antônio.

A manutenção e incremento desses atributos foi baseado nos ideais do urbanismo higienista e sanitário, bem como do modernismo, ambos ligados - apesar das diferenças formais - às ideias de progresso através da construção do novo e da destruição do antigo - no caso, a cidade colonial. Assim, em alguns trechos, a lógica de organização dos espaços

¹⁰ O objetivo do SPA é fazer a transição entre a cidade regular e o tecido com preservação rigorosa.

¹¹ “Imóveis Especiais de Preservação - IEP - são edifícios isolados de arquitetura significativa para o patrimônio histórico-cultural do Recife.

públicos coloniais foi quebrada: estes funcionavam como extensão tanto física, como das dinâmicas de interação social atrelados às construções religiosas, sendo interligados pelas ruas de traçado colonial. A abertura de largas avenidas, com criação de perspectiva e construção de conjuntos arquitetônicos monumentais alterou a relação do pedestre com as ruas, bem como a insistência em tratar a Praça da Independência e seu entorno como ponto nodal de tráfego de veículos preteriu a convivência das pessoas no espaço público urbano. Por fim, ressalta-se que as reformas urbanísticas interferiram diretamente na dinâmica social do lugar, como será visto adiante.

3.3 O PROCESSO DE PERDA DE CENTRALIDADE

Pode ser observado um lento processo de perda de centralidade do bairro de Santo Antônio desde o início do século XX, com o processo de expansão urbana do Recife ao longo do Rio Capibaribe e em direção à zona Sul, bem como a partir da década de 1940, com as reformas e expulsão da população local. Até a década de 1970, no entanto, a perda de centralidade estava mais ligada à evasão da população habitante, tendo em vista que o bairro de Santo Antônio se consolidou como centro institucional, de comércio e serviços. Na **tabela 01**, percebe-se uma aceleração da perda de população a partir da década de 1940, nos bairros do centro histórico do Recife.

Tabela 1 – Tabela com evolução populacional do Centro Histórico do Recife

Anos	Localidade					
	Bairro do Recife	Santo Antônio	São José	Boa Vista	Total CHR	Recife
1910 ^[1]	13204	19234	21576	22726	76740	123746
1913 ^[1]	5146	14857	32404	22876	75283	217076
1923 ^[1]	3206	20915	31143	50900	106164	313150
1950 ^[2]	2713	6299	26524	25587	61123	468696
1960 ^[2]	3274	4794	27298	30646	66012	797234
1970 ^[2]	1831	3111	25387	35462	65791	1084459
1980 ^[3]	513	1032	14944	26453	42942	1204738
1991 ^[4]	565	424	2058	10789	13836	1298229
2000 ^[4]	925	539	1567	8775	11806	1422905
2010 ^[4]	602	285	1987	9427	12301	1537704

Fonte: MENEZES, 2015, p. 126.

A grande queda na população residente nos bairros é consequência da especialização funcional sofrida ao longo da formação do centro histórico do Recife que, apesar do déficit habitacional, recebia frequentadores de várias localidades da cidade, até a década de 1970. Na segunda metade da década de 1970, logo após a finalização do polêmico processo de abertura

da Av. Dantas Barreto, a população que frequentava o local sentia as consequências de um planejamento urbano voltado prioritariamente para as questões de tráfego de veículos.

A prefeitura da cidade, na gestão do prefeito Antônio Arruda de Farias, lança um projeto de reurbanização e humanização do centro com foco na melhoria da infraestrutura para os pedestres e com consultoria do urbanista Jaime Lerner¹². Uma matéria do Diário de Pernambuco, em 1976, anuncia as novas intervenções no centro:

EXPULSÃO GRADUAL

Com essa expulsão gradual do automóvel das ruas centrais ganhará não só o pedestre, mas principalmente os comerciantes. [...] A criação de condições para o livre trânsito de pedestres estimulará a valorização dos monumentos e pontos históricos e devolverá à comunidade o “habitat” quase esquecido, com a revitalização de seus vínculos culturais e a identificação com os habitantes.

[...] A revitalização da área central é vista no plano como um grande passeio interligando os pontos tradicionais - igrejas, pátios, praças, edifícios históricos, mercados, terminais, ruas de comércio e os novos pontos a serem criados e valorizados.

LOCALIZAÇÃO DE MORADIAS

Nesse esquema a PMR vai conceder estímulo à realocação de moradias na área central, visando tornar ainda mais humana a aparência do centro e provocar mais animação, mais estímulo ao uso da área revitalizada.

Essa preocupação tem como objetivo evitar que a revitalização seja apenas física e fria. Os bairros centrais são, hoje, os menos habitados - o bairro de Santo Antônio tem pouco mais de mil habitantes, a maioria morando em apartamentos - e mesmo revitalizados terão aspecto desagradável e pouco familiar se a realocação de moradias não for feita.

[...] A implantação dessas áreas revitalizadas com todos equipamentos a serviço do homem, será, sem dúvida, um dos maiores estímulos que se poderá conceder ao turismo no Recife. Uma cidade humanizada atrairá muito mais visitantes externos que o Recife de hoje.

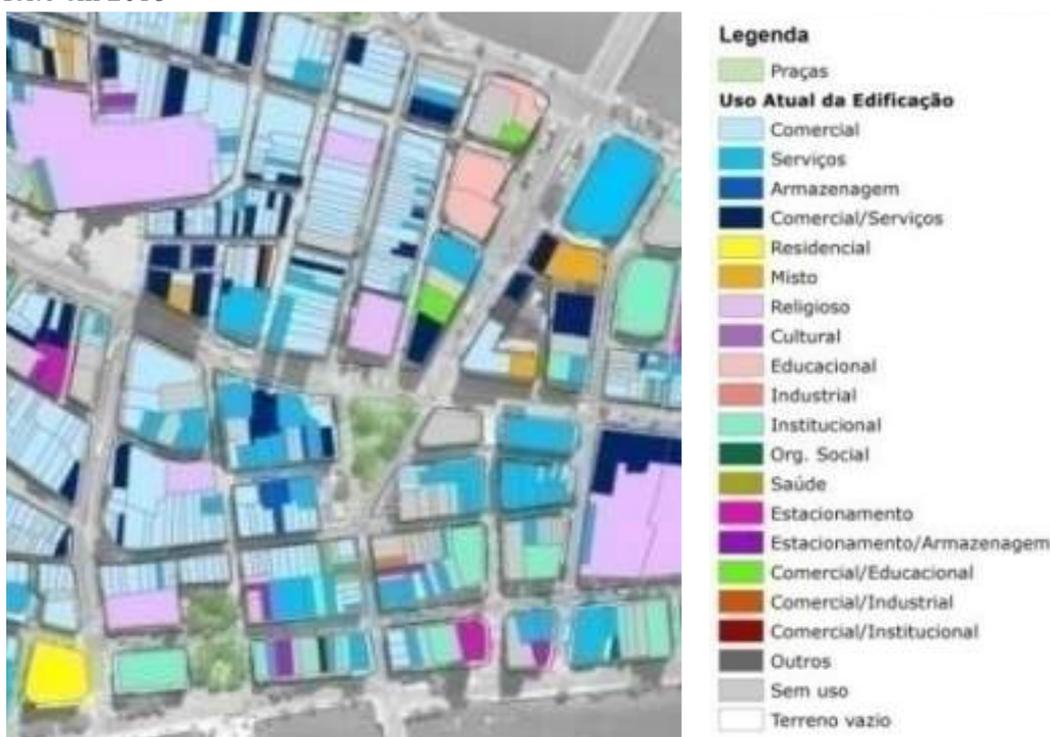
PRIMEIRA ETAPA

Como primeira etapa, receberão esse tipo de tratamento os seguintes locais: Praça do Mercado de São José, Ruas do Rangel, das Calçadas e Direita, Travessa do Arsenal, Pátio de São Pedro, Ruas Felipe Camarão, das Águas Verdes, Duque de Caxias, e Estreita do Rosário, Praça da Independência, Rua Engenheiro Ubaldo Gomes de Matos, trecho da Avenida Dantas Barreto entre a Tobias Barreto e a Marquês do Recife (incluindo o Largo do Carmo), Ruas da Indústria, Frei Caneca, das Flores, Nova, Imperatriz, do Hospício e Floriano Peixoto, Praças Maciel Pinheiro e Joaquim Nabuco, além das adjacências da Casa da Cultura. (Jornal Diário de Pernambuco, 1976, ed. 210)

¹² Relatório do Programa de Circulação Integrado de Transporte. Recife: Prefeitura Municipal do Recife: Empresa de urbanização do Recife. Jaime Lerner Planejamento Urbano, 1977.

ocupado por um setor terciário destinado às demandas das classes mais baixas, com menores condições de manutenção do estoque edificado, e à concentração do comércio informal nas vias públicas” (LACERDA, 2012 apud MENEZES, 2015, p. 105). A falta de manutenção e ocupação do estoque imobiliário, levou à degradação do estado de conservação dos edifícios e contribuiu para a perda de centralidade dos bairros e, conseqüentemente, da Praça da Independência. Atualmente é considerável o número de imóveis desocupados ou apenas parcialmente ocupados no entorno da praça (figura 23).

Figura 23 – Mapa com uso por imóvel no entorno da Praça da Independência, em levantamento feito em 2018



Fonte: Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural - DPPC.

Nóbrega (2008), em estudo urbanístico sobre o comércio de varejo em Santo Antônio e São José, destaca, como influência na mudança do perfil de frequentadores desses bairros, a pedestrianização das principais vias comerciais, realizada no final dos anos 1970, afastando os consumidores que se locomoviam através de automóvel particular. Desta forma, a autora ressalta que “o provável consumidor do comércio dos bairros de Santo Antônio e São José passa a ser o usuário dos transportes coletivos. Assim, o centro do Recife, entre os anos 1970 e 1980, passa a abrigar [...] um comércio popular”.(NÓBREGA, 2008, p. 124)

Houve, portanto, um aumento dos comerciantes de rua em Santo Antônio e São José, durante a década de 1980, tendo como principais influências a transformação do tipo de comércio praticado (agora majoritariamente comércio popular) e, num contexto mais amplo, a crise econômica enfrentada pelo país¹³. Esse tipo de comércio localiza-se onde há fluxo de pedestres, principalmente nos corredores de transporte. A Praça da Independência, juntamente com a Av. Dantas Barreto foi intensamente ocupada pelo comércio de rua, a partir da década de 1980, logo após a finalização da abertura da avenida.

Várias ações da prefeitura buscavam ordenar a ocupação dos comerciantes, até que, durante a segunda gestão de Jarbas Vasconcelos, foi proposto o Calçadão dos Mascates (1994), uma estrutura fixa para abrigar os comerciantes, localizada no canteiro central do último trecho da Av. Dantas Barreto. No mesmo período, foi instalado um pequeno camelódromo na Praça da Independência, para abrigar o comércio de bolsas e sapatos, ainda existente nos dias atuais com as mesmas atividades.

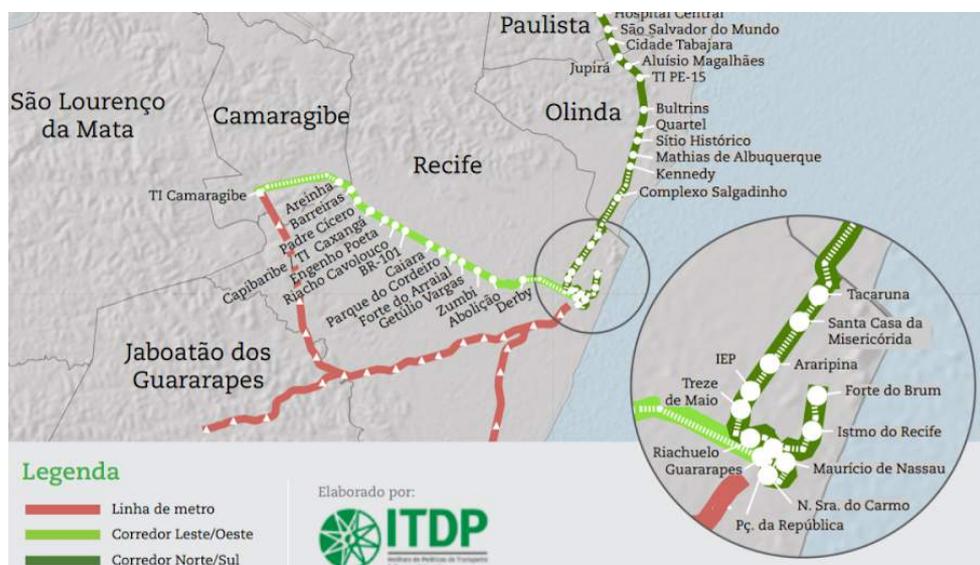
Já em 2002, sob a gestão de João Paulo, um convênio entre a prefeitura e a Câmara de Diretores Lojistas (CDL) executou intervenção em importantes ruas comerciais: Rua Duque de Caxias, Praça da Independência, Rua 1º de Março, Rua Nova e Rua da Imperatriz. A intervenção levou à troca do piso instalado no programa de 1970 e intencionou a padronização de publicidade e tratamento da fachada dos edifícios, apenas parcialmente executada. A proposta de tal intervenção denota a importância do eixo comercial o qual faz parte a Praça da Independência e seu entorno, ao passo que chama a atenção para o uso de intervenções de padronização e modernização dos espaços, como forma de atrair consumidores.

Atualmente a Praça da Independência continua funcionando como ponto de convergência do sistema metropolitano de transporte do Recife. No seu entorno, na Av.

¹³“A década de 1980 foi caracterizada por profundas transformações no cenário econômico internacional e nacional. As justaposições de elementos importantes de natureza conjuntural e estrutural obstaculizaram e até mesmo impediram a possibilidade da economia brasileira continuar funcionando nos moldes até então vigentes. As sucessivas crises econômicas e as mudanças institucionais promovidas visando superá-las também afetaram estruturalmente o mundo do trabalho, precipitando uma série de modificações nas relações trabalhistas e na conformação do MNT [Mercado Nacional de Trabalho].” (VARGAS;SILVA, 2015, p.128)

Guararapes, Av. Dantas Barreto e Av. Martins de Barros foram instaladas estações de BRT¹⁴, em 2013, acentuando a centralidade praça com relação ao transporte público. Seu entorno permanece, no entanto, com altas taxas de imóveis desocupados, subutilizados e/ou em mau estado de conservação, como já mencionado.

Figura 24 – Esquema com corredores de transporte de BRT



Fonte: Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - Brasil (ITDP Brasil). Sistema Via Livre de BRT: Avaliação de resultados e recomendações de melhorias, 2017, p. 21.

Apesar de suprido de infraestrutura de transporte, bem como ampla oferta de postos de trabalho, o centro histórico, ao longo de sua ocupação, não demonstra ser local de interesse de implementação de habitação, tanto pela gestão municipal quanto federal, principalmente quando se trata de habitação social, como ressalta Menezes (2015):

Assim, grande parte das intervenções levadas a cabo para a reabilitação de centros históricos no Brasil primou justamente por não levar em conta a diversificação dos usos e por desconsiderar em especial o uso habitacional, como se pode perceber nas intervenções de maior porte realizadas no Centro Histórico do Recife. Nos últimos anos, o governo federal brasileiro passou a tentar mudar o foco dos investimentos em conservação. O Programa Monumenta (1999-2010) investiu em núcleos urbanos sob proteção federal, contemplando não somente monumentos isolados, mas também espaços públicos, mercados, universidades, casario privado e até mesmo habitação social. No entanto, no geral, apresentou uma concepção semelhante à do PCH, ao concentrar os investimentos em atividades que pudessem gerar recursos

¹⁴O Sistema de BRT (*Bus Rapid Transit* ou Transporte Rápido por Ônibus) faz parte do Sistema Estrutural Integrado (SEI) de transporte da Região Metropolitana do Recife. Foi inaugurado em 2014 e conta com dois corredores: o Norte-Sul e o Leste-Oeste. Ambos os eixos convergem para o entorno da Praça da Independência, nas estações Guararapes, N. Sra. do Carmo e Maurício de Nassau.

para garantir a preservação do patrimônio, com foco no turismo (BONDUKI, 2010). (MENEZES, 2015, p.20)

Sobre os imóveis desocupados, vale ressaltar os instrumentos, previstos pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), de IPTU progressivo no tempo e desapropriação de imóveis que ainda assim não conseguem cumprir sua função social. No entanto, tais ferramentas ainda não foram alvo de interesse do poder público na cidade do Recife.

Tendo em vista esse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto realizou a ocupação de um edifício na Praça da Independência, em 20 de março de 2018. O Edifício Independência, localizado na Av. Dantas Barreto, nº 91 e classificado como IEP nº58, permaneceu ocupado até abril de 2019, quando foi esvaziado, tendo em vista “as más condições estruturais do imóvel e a falta de apoio do poder público” (JC Online, 2019). O imóvel estava subutilizado na época da ocupação, com apenas o térreo e sobreloja com algum uso, e permaneceu assim após a saída do MTST. A ocupação foi nomeada “Ocupação Marielle Franco”, em homenagem à vereadora carioca assassinada no ano anterior e com o intuito de, segundo um dos organizadores do MTST em Recife, “levantar o debate sobre moradia popular no centro e as políticas públicas para mulheres” (JC Online, 2019). Nascimento (2018) ressalta a simbologia da ocupação do edifício para o tema da habitação social no centro histórico:

A escolha do edifício não foi aleatória, muito pelo contrário. Ocupar um prédio vazio há anos e com uma dívida tributária milionária foi o meio encontrado de mostrar o que essa forma de produção da cidade provoca. De uma só vez, são expostas várias feridas. O abandono das edificações, a imensa dívida acumulada pelos imóveis desocupados, a especulação imobiliária e o encorajamento implícito para manutenção do quadro que a inércia do poder público insinua. (NASCIMENTO, 2018)

O autor também chama atenção para a continuidade do planejamento do centro visando a setorização funcional, fazendo alusão à previsão da ocupação do território de Santo Antônio pelo Porto Digital¹⁵:

¹⁵ Segundo Leite (2006, p. 74) “o Porto Digital surgiu no Recife, no ano de 2000, como uma parceria entre o governo local, a iniciativa privada e a universidade, na qual se formou um reconhecido corpo científico engajado na produção de conhecimento na área de tecnologia da informação. A ideia foi desenvolver esse conhecimento localmente e exportar serviços de valor agregado para o mundo, gerando desenvolvimento científico e econômico, agregando investimentos públicos e privados para compor um sistema local de inovação e geração de emprego e renda.”

O poder público insiste na lógica de urbanização setorizada, privilegiando a função trabalhar. O Porto Digital é talvez o exemplo mais emblemático disso. O município concede benefícios fiscais para a instalação e funcionamento das diversas empresas ligadas ao parque tecnológico, inicialmente circunscritas ao bairro do Recife. Todavia o perímetro territorial associado aos benefícios foi ampliado para áreas dos bairros de Santo Antônio, São José e Santo Amaro. A ampliação do espaço territorial do Porto Digital está visceralmente ligada à dinâmica especulativa, beneficiando os proprietários urbanos com a valorização do estoque imobiliário que foi criado nesses territórios. (NASCIMENTO, 2018)

De fato, a Lei nº 18.168/2015, altera a Lei nº 17.244/2006 - que institui o programa de incentivo ao Porto Digital mediante benefícios fiscais - ampliando a área de isenção fiscal para empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ao território dos bairros de Santo Antônio, São José e Santo Amaro. Uma das consequências da ampliação do território para o benefício fiscal foi o concurso de projetos lançados para a nova sede do Porto Digital, a ser localizada no antigo prédio do Diário de Pernambuco, na Praça da Independência.

Tanto o incentivo à ocupação de Santo Antônio por empresas de TIC, como o planejamento de transferência da sede do Porto Digital para a Praça da Independência, demonstram a iminência de novas intervenções no seu entorno, com vistas à recuperação da sua centralidade e valorização imobiliária, nos mesmos moldes das intervenções ocorridas durante o século XX: através da manutenção do zoneamento funcional, com foco no terceiro setor.

3.4 O CONTEXTO URBANÍSTICO DA PRAÇA

Ao fazer uma exploração histórica da Praça da Independência e seu entorno, a partir de um eixo de análise urbanístico com foco na noção de espaço público urbano, foi possível identificar atributos que auxiliam a caracterização do *contexto urbanístico* do espaço público urbano da praça. Pretende-se que o *contexto urbanístico* seja uma síntese das características urbanísticas do lugar, entre permanências e transformações, que continuam exercendo influência no cotidiano da praça atualmente.

Desta forma, a partir do histórico urbanístico traçado sobre a praça, foram identificados cinco atributos que exprimem as ideias por trás das permanências e transformações do lugar e auxiliam a caracterização do seu contexto urbanístico, conforme exposto no quadro 2.

Quadro 2 – Atributos de caracterização do contexto urbanístico da Praça da Independência

ATRIBUTOS URBANÍSTICOS	DESCRIÇÃO
Centralidade	Presente desde a formação da praça, se consolidou através do papel de ponto nodal de circulação, usos de comércio e serviço, presença de monumentos religiosos e edifícios-marco. Atualmente coexiste com a dispersão de centralidade, ao passo que continua sendo um ponto de convergência da cidade, tanto de transporte público, como de pessoas.
Homogeneidade funcional	Presente desde a formação da praça, com o zoneamento funcional do Plano de Pieter Post (1639), reiterada pelas intervenções da Repartição de Obras Públicas (1835), planos de remodelação para Santo Antônio e São José (1940-70), intervenções pontuais (final séc XX) e expansão do território de atuação do Porto Digital (2015).
Coexistências físico-temporais	Representa o acúmulo de transformações sofridas no tecido urbano e nas tipologias de edifícios existentes no lugar, fruto das transformações urbanísticas ao longo de sua história.
Dispersão de centralidade	Dispersão de centralidade da praça, com início desde o início do século XX, como consequência da expansão urbana da cidade. É intensificada durante a década de 1970, logo após a conclusão das reformas que visavam justamente o incremento da sua centralidade.
Valor simbólico	Expresso nos esforços do Estado em criar e manter a centralidade da praça, na distinção buscada através de edifícios como marco, desde o período colonial até as reformas do século XX (mercado, igrejas, sobrados verticais, edifícios racionalistas em altura). Também expresso pelo engajamento da população ao longo de sua história.

Fonte: produzido pela autora.

A centralidade da Praça da Independência com relação à cidade do Recife pode ser identificada desde a sua formação, durante o período de ocupação holandesa (1634-1654), quando o governo holandês impulsionou a ocupação da Ilha de Antônio Vaz, já através de um zoneamento funcional. A Praça da Independência e seu entorno foram planejados e ocupados como lugar de comércio e serviços, além de ponto nodal do eixo de comunicação com o porto do Recife. Essa centralidade foi reforçada pelas reformas empreendidas pelo governo português, durante o século XVIII, após a expulsão dos holandeses, a partir das quais os edifícios religiosos passaram a ocupar a posição de marcos na cidade, como símbolo do poder da igreja católica e do governo português, com influência diretas nas dinâmicas sociais dos espaços públicos urbanos. Já durante o século XIX, o bairro de Santo Antônio foi dotado de vários equipamentos públicos, que passaram a fazer parte da representação de poder e centralidade do bairro, junto às igrejas. Nesse período, a convergência dos meios de

transportes também apontam para a Praça da Independência como ponto nodal, reforçando a alta conexão do bairro de Santo Antônio com o restante da cidade.

Tanto os planos urbanísticos propostos para Santo Antônio e São José, na primeira metade do século XX, como as reformas executadas entre as décadas de 1940 e 1970, apontam para a manutenção e reforço da centralidade da Praça da Independência. Esse cenário, essencial para compreender o contexto urbanístico da praça, foi identificado, nesta pesquisa, como *atributo urbanístico 01- centralidade*.

Relacionado à centralidade, o *atributo urbanístico 02 - homogeneidade funcional* foi identificado como um dos fatores de manutenção da centralidade do lugar, através do zoneamento funcional com ênfase nos usos de comércio e serviços e, com as reformas do século XX, incremento do uso institucional no entorno imediato da praça. Em geral, todas as transformações urbanísticas ocorridas ao longo dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, no entorno da praça, apontam para a manutenção do zoneamento funcional e do papel de referência como centralidade da cidade do Recife. Ambiguamente, as reformas ocorridas entre 1940-1970 contribuíram a para a dispersão dessa centralidade, que será destacada mais adiante.

Já o *atributo urbanístico 03 - coexistências físico-temporais* diz respeito às várias camadas de transformação sofridas no tecido urbano e nas tipologias de edifícios na praça e seu entorno. Como visto, essas transformações acompanharam as contradições do pensamento urbanístico, em movimento de transição durante o século XX. É importante ressaltar que, apesar das drásticas modificações urbanísticas das remodelações, a Praça da Independência sempre manteve seu papel de centralidade nos planos propostos e, em grande medida, nas reformas executadas tanto entre 1940-1970, como nas intervenções pontuais ocorridas posteriormente. Influenciadas diretamente pelo *atributo urbanístico 01 - centralidade*, as transformações formais vão ter rebatimento na paisagem urbana e dinâmicas sociais dos bairros de Santo Antônio e São José, que se relacionam com o *atributo urbanístico 04 - dispersão da centralidade*.

A dispersão de centralidade dos bairros de Santo Antônio e São José é um processo que se inicia desde o início do século XX, com a expansão urbana do Recife ao longo do Rio

Capibaribe e em direção à zona Sul. Contraditoriamente, as reformas empreendidas a partir de 1940, apesar de visarem à manutenção do papel central dos bairros na dinâmica de Recife, estimulam a expulsão da população habitante local, bem como iniciam um processo de transformação do perfil de usos e usuários dos bairros. A partir da década de 1970, como visto, houve uma migração dos comércios de varejo e frequentadores “nobres” dos bairros para o tecido expandido da cidade, ocasionando a perda de capacidade de manutenção, bem como a subutilização ou desocupação de vários edifícios no entorno da Praça da Independência.

Esse cenário, em conjunto com a aceleração do esvaziamento habitacional em São José, resultam em um espaço público urbano com dinâmicas urbanas urbanas contrastantes, de acordo com o recorte temporal: durante os dias de semana e sábado, no horário comercial (8h-18h), a praça possui grande movimentação com diversidade de usuários, enquanto à noite e aos domingos o fluxo de pessoal diminui consideravelmente e/ou com ocupação caracterizada por pouca diversidade social. Apesar do *atributo urbanístico 04* tratar da dispersão de centralidade da Praça da Independência e seu entorno, pode-se dizer que ambigualmente ele coexiste com o *atributo urbanístico 01*, ao passo que a manutenção da convergência das linhas de transporte, a permanência do comércio (de perfil mais popular), a frequência de usuários de várias localidades da cidade e o valor simbólico atribuído ao lugar ainda conferem relativa centralidade ao espaço público urbano.

O *atributo urbanístico 05 - valor simbólico* da praça começa a se formar desde o processo de formação de centralidade dos bairros de Santo Antônio e São José, sendo incrementado ao longo do desenvolvimento histórico do lugar. O esforço do Estado em manter a centralidade da Praça da Independência, as características arquitetônicas de distinção das tipologias do seu entorno, as políticas de preservação do patrimônio cultural e a convergência de frequentadores de várias localidades da cidade, observadas durante a análise da formação e transformações urbanísticas do lugar, denotam sua importância simbólica para a cidade.

Como visto, a população se envolveu, desde o início do século XX, com reivindicações de melhorias de infraestrutura urbana, até os protestos contra as reformas urbanísticas e o envolvimento do corpo técnico das instituições na criação de mecanismos de

preservação cultural. Mais recentemente, o valor simbólico da praça é evidenciado pela Ocupação Marielle Franco e pela permanência do papel político do lugar para os movimentos sociais. Ainda pode-se inferir que, apesar da perda de centralidade, o mercado imobiliário sinaliza interesse no bairro de Santo Antônio, como pode ser observado a partir da expansão da área de atuação do Porto Digital. Mais adiante, será visto no **capítulo 5**, que os usuários da praça demonstram ainda reconhecer valor simbólico no lugar.

4 A INTERAÇÃO SOCIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Michel Agier, no livro “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (2011), ao defender uma forma de conhecimento antropológico da cidade, propõe dois deslocamentos epistemológicos. O primeiro deslocamento seria do ponto de vista da cidade para os cidadãos. O segundo, a transferência da problemática do objeto para o sujeito, considerando a cidade como processo humano e descentrando a problemática da questão “o que é a cidade?” para a questão “o que *faz* a cidade?”.

Em essência, as pessoas - os sujeitos, ou ainda os cidadãos - ao exercerem um *agir urbano*, evidenciam as múltiplas formas de *fazer* a cidade. Daí a pertinência do foco proposto nos cidadãos. A forma de apreensão da cidade, através do olhar antropológico, portanto, se mostra como um saber que emerge da cidade - em processo, constantemente em construção pelos sujeitos, não sendo apreensível como um objeto em sua totalidade.

Esse deslocamento epistemológico já estava presente em Simmel (1992 [1908]), quando o autor questiona “como a sociedade é possível?”. Para Simmel, a sociedade é essencialmente interação entre indivíduos. É através da interação que a dimensão mental (ou individual) torna-se social. Não existe, no entanto, uma ordem ou classificação das dimensões mental e social. A oposição é feita para que se possam analisar esses elementos, que coexistem e se influenciam de forma recíproca, sendo a formação do indivíduo e da sociedade um processo dialético, onde a construção da identidade individual se dá através da socialização.

Ao falar da “pluralidade de seres únicos”, Hannah Arendt também explicita a oposição entre indivíduo e sociedade, criando um contraste para mostrar que os indivíduos se formam através da ação (que pode ser associada à socialização) e nesse processo influenciam e são influenciados pela sociedade. Nesse sentido, a sociologia de Simmel e a teoria da ação de Hannah Arendt se complementam. As duas teorias partem de contrastes: entre interior-exterior (Simmel), indivíduo-sociedade (Arendt), que são articulados através de elementos mediadores, sendo a interação usada por Simmel e a ação por Arendt.

Pode-se considerar, então, a interação como elemento mediador que possibilita a formação da sociedade e, no contexto desta pesquisa, as formas de *agir-com* no espaço público urbano. Nesse sentido, a categoria *interação* será utilizada a fim de caracterizar a dimensão cotidiana do espaço público urbano. Ou, dito de outra forma, busca-se uma aproximação dos múltiplos *fazeres* do espaço público urbano brasileiro, através das interações (*agir-com*) que se desenrolam no seu dia-a-dia.

4.1 AS FORMAS DE INTERAÇÃO EM SIMMEL

Para abordar a categoria de análise da interação social, será usada como ponto de partida a sociologia formal de Georg Simmel, que parte da oposição citada entre indivíduo-sociedade. Para compreender melhor como essa oposição é usada para caracterizar as interações no contexto urbano, serão resgatadas as inquietações do autor sobre o estilo de vida na metrópole moderna, fruto das transformações impostas pelo modo de produção capitalista, e tema das suas primeiras reflexões. Segundo Waizbort (2000, p. 316), ao desenvolver a ideia de estilo de vida moderno, Simmel aponta para o seu lugar histórico: a metrópole ou a cidade grande do início do século XX. Articulando exterior (cidade) e interior (sujeito), o autor faz uma abordagem subjetiva das pessoas na cidade, num período onde mudanças políticas, urbanas, econômicas e ideológicas afetaram o comportamento dos indivíduos e suas relações cotidianas.

Na leitura do ensaio “As grandes cidades e a vida do espírito”¹⁶ Simmel (1903), fica clara sua proposta de identificar as características da vida na metrópole, ao analisar as formas de comportamentos individuais ou coletivos decorrentes do contexto da cidade grande. Assim, pode-se dizer que um dos problemas centrais da vida moderna estaria relacionado à tensão entre indivíduo e sociedade, como explicita o autor na primeira passagem do ensaio:

Os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e a individualidade de sua existência em face das

¹⁶ “‘As grandes cidades e a vida do espírito’ (‘Die Grossstädte und das Geistesleben’) — também conhecido como ‘A metrópole e a vida mental’ — é o texto de uma conferência proferida por Georg Simmel (1858-1918) por ocasião da Exposição das Cidades, ocorrida em Dresden, Alemanha, no inverno de 1902-03. [...] Trata-se, entretanto de um rearranjo de idéias já há tempos divulgadas pelo autor, pelo menos desde o final da década de 1880, e que ele já tivera, àquela altura, oportunidade de apresentar em um de seus livros mais importantes, a ‘Filosofia do dinheiro’, publicado em 1900.” (In: Mana – Estudos de Antropologia Social. V. 11 nº 2, out., p. 580, 2005).

esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida. SIMMEL (2005[1903], p. 577)

Na cidade grande, os estímulos externos são apresentados ao indivíduo numa variedade e velocidade tais que não podem ser compreendidos em sua totalidade pela consciência humana. O intelecto agiria, portanto, como mecanismo de defesa aos fenômenos metropolitanos, preservando o indivíduo da multiplicidade e rapidez dos estímulos metropolitanos.

Para o autor, a metrópole é a sede e onde se desenvolve a economia monetária, lugar de grande concentração de trocas econômicas. Assim, na cidade grande, os meios de troca assumem uma importância tal que as especificidades e qualidades, não apenas dos produtos, mas também dos indivíduos e relações sociais, são reduzidas a uma questão quantitativa, puramente racional:

O dinheiro se refere unicamente ao que é comum a tudo: ele pergunta pelo valor de troca, reduz toda qualidade e individualidade à questão: quanto? Todas as relações emocionais íntimas entre pessoas são fundadas em sua individualidade, ao passo que, nas relações racionais, trabalha-se com o homem como com um número, como um elemento que é em si mesmo indiferente. SIMMEL (2005 [1903], p. 579)

Assim, o domínio do intelecto e a economia monetária, adventos tipicamente metropolitanos, estão ligados de maneira tal a condicionar as interações à racionalidade, cuja objetividade é indiferente às individualidades. Essa indiferença, que resulta em comportamentos de impessoalidade e reserva, segundo Simmel, caracterizam um fenômeno psíquico típico da metrópole: o comportamento *blasé*. Como forma de se proteger dos inúmeros estímulos da cidade grande, o *blasé* é “fatigado, indiferente, insensível, saturado, lasso. [...] A quantidade de estímulos que ele se vê defrontado ao viver na cidade exige-lhe tanto, que ele não é mais capaz de responder adequadamente a eles”. (WAIZBORT, 2005, p.328)

Neste trabalho, considera-se que a atitude *blasé* ou de reserva, configura-se como uma forma de interação que surge como resposta à estranheza do não pertencimento, causado pelo alto contraste entre interior-exterior, consequência dos inúmeros estímulos da grande metrópole. A atitude *blasé* seria essencial para conferir liberdade ao indivíduo, que, ao se configurar como interação social de reserva, permite que o indivíduo participe de círculos sociais mais amplos, tornando-se mais um em meio a muitos e preservando sua liberdade. Por outro lado, como consequência da oposição entre a massa e o sujeito - a proximidade física e

o distanciamento emocional - surge a necessidade de afirmar a individualidade fragilizada, fazendo com que os indivíduos busquem algum tipo de diferenciação na especialização ou na relação entre iguais em um grupo menor. Dessa forma, o aprofundamento das relações é construído entre um grupo restrito de pessoas, geralmente caracterizando relações intraclasse, característica apontada por Simmel sobre os laços de sociabilidade.

O conceito de sociabilidade foi introduzido pelo autor posteriormente às suas primeiras reflexões sobre a vida na cidade moderna, no livro “Questões Fundamentais da Sociologia” (1917). É a partir da conceituação de outra *forma* de interação, a *sociação*, que ele chega ao entendimento de sociabilidade.

Ao decompor o conceito de sociedade para chegar a sua categoria elementar - a interação - Simmel contrasta, além de interior e exterior, outros dois elementos: *forma* e *conteúdo*. Ele associa *conteúdo* aos processos mentais individuais que, no entanto, só passam a existir, de fato, quando são externados. A externalização ou troca dos conteúdos mentais se fazem através de uma *forma* de interação. Mais uma vez, os dois lados da oposição não podem ser separados, apenas existindo mutuamente através da mediação da interação. As interações, portanto, possuem *forma* e *conteúdo*. Para Simmel, o interesse da sociologia está em tratar das *formas* de interação.

O autor denomina *sociação* a *forma* de interação que se dá entre indivíduos que compartilham *conteúdos* específicos: interesses políticos, religiosos, de lazer, etc. Ou seja, são *formas* de interação que agregam indivíduos a partir de *conteúdos* em comum:

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses sensoriais, ideias momentâneas, duradouras [...] se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses [...] formam a base da sociedade humana. (SIMMEL, 2006 [1917], p.60-61)

Quando a *sociação* atinge uma autonomia dos *conteúdos* e os indivíduos interagem pelo prazer ou valor atribuído à *forma* de interação, ela passa a ser sociabilidade. Assim, a sociabilidade seria o valor simbólico atribuído às interações, extraído pelos indivíduos das percepções geradas a partir delas.

Outra forma de interação, para Simmel, seria o conflito. Para o autor, o “conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo

de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio.” (SIMMEL, 2018 [1964], p. 568). Assim como na *sociação*, a interação de conflito também existe a partir de um fim específico, no entanto é a partir da diferença que se chega a um fim comum. Para o autor, a unidade dos indivíduos ou de um grupo social não pode ser atingida apenas através de sucessivas harmonizações, mas pressupõem contradição e conflito para sua construção (SIMMEL, 2018 [1964]). Desta forma, apesar da possibilidade de sobreposição de uma das partes em interação, o conflito não é considerado como uma forma de interação essencialmente negativa “seus aspectos positivos e negativos, no entanto, estão integrados: podem ser separados conceitualmente, porém não empiricamente.” (SIMMEL, 2018 [1964], p. 569).

A exposição das *formas* apresentadas até aqui (quadro 3) não encerram as inúmeras possibilidades de interações e nem há como definir uma correspondência entre as *formas* e os *conteúdos* das mesmas. A oposição é feita para fins de análise e, desta maneira, nem mesmo “a forma pura de *sociação*” - como Simmel caracteriza a sociabilidade - poderia existir na dissociação de *forma* e *conteúdo*. Se o conteúdo está ligado aos processos mentais individuais e apenas passam a existir através de uma *forma* de interação, as percepções geradas por essa interação apenas existem se houver troca de *conteúdo*. Essa troca não supõe *conteúdos* complexos ou *formas* verbais (como a conversação): olhares, toques, cumprimentos e jogos são *formas* que dão existência aos mais diversos *conteúdos*, através do encontro.

Quadro 3 – Síntese das categorias de interação social abordadas por Simmel

FORMAS SOCIAIS DE INTERAÇÃO EM SIMMEL	
Sociação	Forma de interação entre indivíduos que compartilham conteúdos específicos em comum: políticos, religiosos, econômicos, etc.
Conflito	Forma de interação que se dá entre indivíduos que disputam conteúdos específicos: interesses políticos, religiosos, econômicos, etc.
Sociabilidade	Forma de interação sem fins específicos, realizadas a partir do prazer ou valor simbólico atribuído à forma de interagir.
Reserva* *Simmel não explicita esta forma específica de interação, no entanto, a partir de sua abordagem sobre atitude blasé, entende-se que a reserva pode ser considerada como uma forma de interação típica das cidades.	Forma de interação que surge como resposta à estranheza do não pertencimento, causado pelo alto contraste entre interior-exterior, consequência dos inúmeros estímulos da cidade. Através da atitude <i>blasé</i> , confere liberdade ao indivíduo, permitindo este participe de círculos sociais mais amplos.

Fonte: produzido pela autora.

As inquietações de Simmel sobre o modo de vida na cidade moderna, apesar de terem sido desenvolvidas há um século atrás, permanecem atuais: as tensões entre indivíduo e sociedade, a relação entre os estímulos urbanos e o comportamento humano e as formas de interação na cidade permanecem como questões a serem refletidas no contexto contemporâneo dos espaços públicos urbanos.

Ao dar ênfase à dimensão social cotidiana do espaço público urbano, esta pesquisa considera-o como meio (material e simbólico) para que as interações aconteçam na cidade. Portanto pode-se considerá-lo como elemento mediador entre indivíduo-sociedade/ exterior-interior, fundamental para que as diferenças se encontrem no espaço urbano contemporâneo. Desta forma, pretende-se que as formas sociais de interação abordadas acima, juntamente com as abordagens construídas a partir dos seus desdobramentos, auxiliem a caracterização do espaço público urbano da Praça da independência, a partir das suas dinâmicas cotidianas de interação social.

4.2 DESDOBRAMENTOS DO ESTUDO DAS FORMAS DE INTERAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO

O contexto que interessa a essa pesquisa é o do espaço público da cidade contemporânea, chamado aqui de espaço público urbano contemporâneo. Para chegar ao entendimento das interações nesse contexto, será analisado o uso da categoria ao longo do século XX, quando foi reinterpretado por autores que pertenceram à Escola de Chicago e à Escola de Manchester, chegando aos dias atuais com uma diversidade de enfoques frutos do resgate e adaptação ao contexto contemporâneo por autores como Gilberto Velho, Graça Índias Cordeiro, Isaac Joseph, José Guilherme Cantor Magnani e Michel Agier.

Influenciados pelas ideias de Simmel, os autores da Escola de Chicago, entre começo e meados do século XX, conferiram uma visão empírica às formas sociais de interação, muitas vezes “especializadas” em contextos urbanos específicos. A Escola de Chicago também contribuiu para a noção de cultura urbana, a partir da concepção do fenômeno urbano como “variável independente”, cujas principais características seriam as seguintes:

[...] predominância dos papéis secundários [formalizados, contratuais ou institucionais] sobre os primários, isolamento, superficialidade, anonimato, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controle social

direto, diversidade e fugacidade dos envolvimento sociais, afrouxamento dos laços familiares e competição individualista” (OLIVEN apud FRÚGOLI, 2005, p. 137)

Fica clara a aproximação com as características de reserva e racionalidade do modo de vida moderno de Simmel, discutido anteriormente. Pode-se dizer, portanto, que a noção de cultura urbana da Escola de Chicago aproxima-se da concepção do modo de vida moderno trabalhado por Simmel.

Aliada a essas concepções teóricas do fenômeno urbano estava uma visão empírica e um direcionamento intervencionista para lidar com os problemas da metrópole. Seja por meio de práticas etnográficas ou formulações teóricas, os principais autores da corrente, como Robert Park e Louis Wirth, se utilizavam de “uma ideologia pragmática nos chamados ‘problemas urbanos’, na busca de orientação ou respaldo científicos à implementação de políticas públicas nessa direção” (FRÚGOLI, 2005, p. 137). Além disso, os autores também investigaram interfaces entre diversos grupos sociais, verificadas em espaços públicos de confluência.

Influenciados diretamente por Simmel, os autores da Escola de Chicago usaram a etnografia urbana aliada a uma visão sociológica de cidade, que muitas vezes foi problematizada pela excessiva “especialização” das abordagens. Já os estudos da Escola de Manchester, desenvolvidos por antropólogos do Rhodes Livingstone Institute, por volta de meados do século XX, desenvolveram o conceito de *situação*, a partir do qual as análises compunham recortes não apenas localizadas espacialmente, mas através das interações e relações sociais.

A noção de *situação*, utilizada por Gluckman (1958) para analisar a organização social na Zululândia moderna, localizada na África do Sul, a partir dos eventos ocorridos ao redor da inauguração de uma ponte, onde o autor, a partir das interações sociais travadas na situação, faz uma análise das relações hierarquizadas entre brancos e zulus, explicitando a estrutura social do lugar. O autor, portanto, parte de uma situação social ocorrida a partir de um evento específico, e a relaciona com o contexto social mais amplo onde ela se insere. Desta forma, na situação, “[...] é a observação dos fenômenos na escala interacional que deve permitir identificar os constrangimentos reais da ordem social mais vasta.” (AGIER, [2009] 2011, p. 73).

Mitchel (1956), outro autor ligado à Escola de Manchester, sistematizou o método de análise situacional em artigo publicado sobre a dança Kalela na Rodésia do Norte, localizada na atual Zâmbia. Segundo Hannerz, o autor “enfoca, em tais contextos etnográficos, o migrante como um ator social, num sentido ‘destribalizado’ (ao tomar posição numa estrutura urbana de relações sociais) e, noutro, ‘desurbanizado’ (ao retomar continuamente ao sistema tribal [...]).” (HANNERZ *apud* FRÚGOLI, loc. 422). Percebe-se, portanto, o foco situacional, onde os sujeitos assumem posições distintas de acordo com a situação em questão.

A Escola de Manchester, apesar da influência mais direta de outros teóricos, como Durkheim, pode ser incluída no âmbito dos estudos interacionais influenciados pela sociologia formal de Simmel. Segundo Cordeiro (2012), juntamente com a Escola de Chicago, a Escola de Manchester vai influenciar, principalmente a partir das décadas 1970 e 1980, uma abordagem antropológica da cidade, onde as tradições das duas correntes são articuladas com outros campos teóricos. Autores contemporâneos buscaram essa abordagem mais integrada e multidisciplinar da cidade, resgatando o conceito de sociabilidade. No livro *Sociabilidade Urbana* (2007), Heitor Frúgoli - na busca de estabelecer uma lógica ao percurso do conceito de sociabilidade introduzido por Simmel, retomado pela Escola de Chicago e posteriormente reinterpretado por diversos autores - propõe duas tipologias básicas de vertentes contemporâneas:

A primeira leitura adviria das formas de sociabilidade enquanto possibilidades de construção temporária do próprio social entre estranhos ou atores sociais de condições diversas, em que a interação em si constituiria o principal intuito. (FRÚGOLI, 2007, loc. 217)

Uma segunda leitura possível do tema da sociabilidade adviria, por sua vez, de sua já mencionada qualidade “intraclassista”, implícita em Simmel, ligada à ideia de que tais relações seriam praticadas entre “iguais”. (FRÚGOLI, 2007, loc. 281)

A tentativa de Frúgoli em apontar essas tipologias básicas, como ressalta o autor, não é de classificar todas as correntes existentes ou excluir outras abordagens e possibilidades, apesar da decorrente simplificação da categorização. É, no entanto, uma tentativa de estabelecer lógica à trajetória do conceito de sociabilidade, que “ao longo do século XX, [...] passou a ter usos e significados cada vez mais abrangentes, referindo-se a esferas como relações cotidianas ou familiares, costumes, festas e rituais, encontros, etc”. (FRÚGOLI, 2007, loc. 205).

Frúgoli destaca trabalhos que analisaram a co-presença no espaço público, como os de Erving Goffman, Isaac Joseph e Carlos Nelson Ferreira, como representantes da tipologia que aborda as relações sociais entre atores sociais com condições diversas. Já autores como Loïc Wacquant, Michel Agier e Ulf Hannerz têm seus trabalhos voltados para as diferenças e tensões entre grupos sociais distintos, focando no tema da diversidade socioespacial e podem ser considerados representantes da segunda tipologia, das relações intra-classes. Neste trabalho, serão abordadas, de forma geral, as contribuições de Isaac Joseph e Michel Agier.

No texto “A respeito do bom uso da Escola de Chicago” (1998) Isaac Joseph aborda o tema da copresença no espaço público como forma de sociabilidade que acontece a partir do encontro com o outro, o que chama de encontro público. Considerando que os indivíduos na metrópole estão sujeitos a transitar por várias configurações socioespaciais distintas, defende que o espaço público urbano é onde se dá a unidade entre o espaço físico (onde se locomovem as pessoas) e o espaço abstrato de comunicação (relações sociais). Joseph dialoga com Simmel ao destacar a ambiguidade entre proximidade física e distância social no espaço público, o que acarretaria um comportamento defensivo do indivíduo como forma de proteção aos diversos estímulos. Outro ponto de aproximação do autor com Simmel é o tema do estrangeiro, quando busca compreender como esse indivíduo se inclui na esfera pública e cria ou não vínculos na nova realidade onde está inserido.

Em “El transeunte y el espacio urbano”, Joseph (1988 [1984]) se propõe a “inventariar” os enfoques do espaço público trabalhos por Georg Simmel, Gabriel Tarde e Erving Goffman, considerados microsociológicos. O autor identifica que os três enfoques - cada um a seu tempo - tratam de explorar os fenômenos situados no limite do campo da sociologia dominante, ao interrogarem sobre os fundamentos da disciplina e problematizar a noção de relação social. Isso é feito a partir do estudo das formas de interação social, com interesse pelo que Joseph chama de excedente de socialidade, ou seja, o que transborda a civilidade, a cidadania e as instituições. O autor associa esses excedentes à sociabilidade, interação de resistência, trocas e significações do cotidiano.

Fazendo-se um paralelo com a teoria urbana, o olhar antropológico da cidade, no campo do urbanismo, também pode ser considerado uma forma limítrofe de abordagem do espaço urbanístico. Ao focar na dimensão cotidiana do espaço público urbano, percebem-se

situações sociais de interação que o mantém vivo, apesar do discurso dominante de esvaziamento desses espaços. Essas situações, muitas vezes, se dão fora do contexto urbanístico planejado para os espaços urbanos públicos, como ressalta Rogério Proença Leite, em seu estudo sobre a revitalização do espaço urbano histórico do Bairro do Recife:

Pretendo argumentar que, apesar dessas atuais intervenções terem um caráter visivelmente segregador e socialmente asséptico – aspectos que poderiam concorrer para um esvaziamento do sentido público desses espaços urbanos –, os usos e contra-usos que neles se estruturam concorrem, inversamente, para sua reativação como espaços públicos. (LEITE, 2002, p.116)

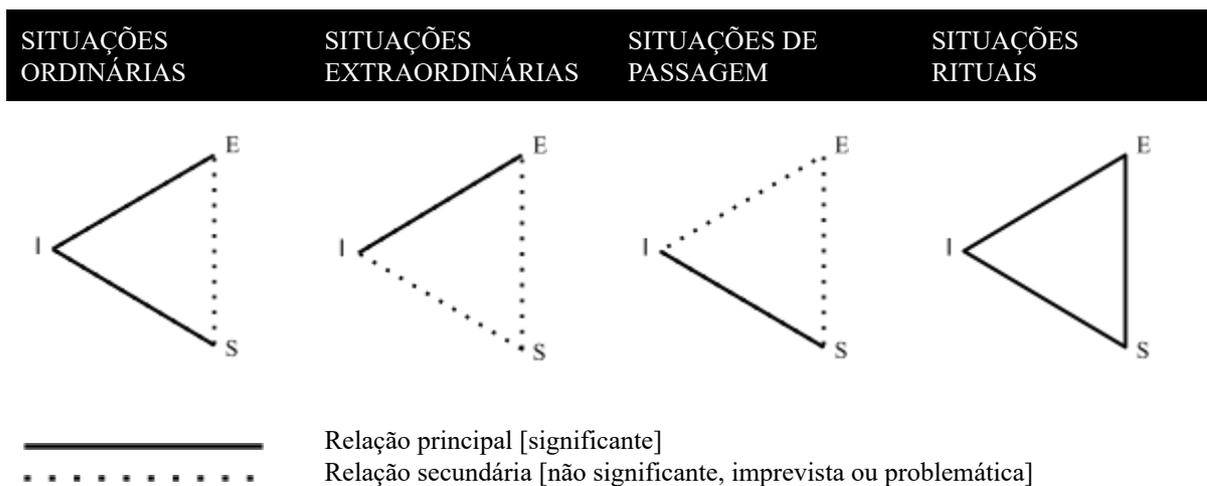
O excedente de socialidade, assim como os contra-usos, contribuem para conferir a qualidade de público aos espaços urbanos, à medida que não tratam apenas de interações intersubjetivas isoladas ou sem sentido social mais amplo. Assim, Joseph ressalta o cunho existencial desse tipo de abordagem, onde “no se trata ya de pensar en el individuo, sino que se trata de pensar en el ‘siempre’ del mundo, el siempre de la no coincidencia y de la relación” (JOSEPH, 1988 [1984], p. 14).

Michel Agier também fala da importância do não fechamento da abordagem em interações localizadas ou sem sentido social mais amplo. Para isso, o autor traz os conceitos de *situação* e *contexto*, sistematizados desde os estudos da Escola de Manchester. A *situação*, considerada como um evento onde se pode identificar interações com sentido compartilhado e relacionadas entre si, pode ser analisada do ponto de vista do *conteúdo* (situações familiares, religiosas, de trabalho, etc). Nessa tipologia, o que caracteriza a *situação* seria o *conteúdo* predominante das interações. No entanto, esses conteúdos sofrem grande variação de acordo com o contexto urbano e, segundo Agier, essa classificação substancial corre o risco de se tornar obsoleta quando se passa de um caso a outro, de uma cidade a outra.

Por isso, assim como Simmel, Tarde, Goffman e Joseph, o autor prefere dar enfoque às *formas* de interação. Assim, diz que “há algo de mais profundo que a matéria das interações (*conteúdo*), que pode ser menos consciente ou à qual os atores dão menos atenção: é a forma de cidadinidade que se estende em relação à cidade e em relação aos outros na cidade”. (AGIER, 2011, p. 91). Dito de outra forma, o autor se interessa mais pela *forma* como os cidadãos se relacionam entre si e com a cidade (levando-se em conta seu contexto social e espacial). Seguindo esse raciocínio, Agier identifica a existência de quatro formas ou tipos de *situação*, com base na descrição da relação dos cidadãos entre si e com a cidade. Para

isso, ele analisa as relações estabelecidas, nas *situações*, entre indivíduo (I) , espaço (E) e sociedade (S).

Figura 25 – Esquema das situações descritas por Michel Agier.



Fonte: Produzido pela autora com base no esquema do livro “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (AGIER, 2011, p.92)

As situações ordinárias dizem respeito às interações regulares e por vezes necessárias, geralmente localizadas. São as interações que ocorrem, por exemplo, nos espaços de trabalho, nas áreas comuns dos espaços residenciais, mercados, etc. Percebe-se, portanto, uma relação mais sólida entre indivíduo-espaço e indivíduo-sociedade.

Já as situações extraordinárias são acidentais, imprevistas, raras e, desta forma, não possuem uma relação estável com o espaço. Estão relacionadas a eventos de violência pontual, desastres naturais, doenças, etc. Em sentido oposto, nas situações de passagem, os indivíduos estão fortemente ligados ao contexto espacial, através da presença indireta das estruturas: anúncios de publicidade, sinalização de trânsito, passagem de automóveis, ambiente do quarto de hotel, etc. Elas são marcadas por uma baixa eficácia do laço social e pela atitude de reserva frente aos diversos estímulos da cidade.

As situações rituais possuem as três ligações significantes, pois elas ocorrem através da ligação entre um indivíduo e um coletivo, num espaço apropriado e delimitado. São exemplos as festas e danças tradicionais, manifestações políticas, ritos religiosos, etc. Elas representam uma distância do cotidiano regrado, ao assumir formas liminares de interação, como o travestimento, transgressão e criação de um mundo imaginário.

O tripé indivíduo-espaco-sociedade, proposto por Michel Agier no livro “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (2011 [2009]) explicita o esforço do autor em estabelecer uma transversalidade entre a situação local e uma escala mais ampla. Esse movimento é feito a partir do conceito de *contexto*, que seria o quadro mais amplo ou estrutural, onde as *situações* estão localizadas. O *contexto* é o “conjunto de restrições globais [...] densidade residencial da cidade, heterogeneidade étnica e regional, etc.” (AGIER, 2011 [2009], p. 74). O autor ainda chama atenção para o fato de que “o que é interessante na situação é conseguir mostrar em que o contexto é inerente à situação; é estabelecendo a relação situação-contexto que se pode atingir certo nível de compreensão” (AGIER, 2011 [2009], p.57).

Em publicação anterior - *L’Invention de la ville* (1999) - Agier também defende o ponto de vista da vida cotidiana, principalmente em contextos urbanos definidos pela informalidade (como no caso de cidades brasileiras e africanas, objetos de estudos do autor), considerando também um contexto mais amplo (relações de trabalho, institucionais). Ao considerar esses dois contextos, o autor dialoga com Simmel, resgatando a ideia do indivíduo na metrópole como ponto de interseção entre vários círculos sociais.

A partir da revisão bibliográfica sobre interação social, fica evidente a relação entre as formas de interação sistematizadas por Simmel e as abordagens dos autores revisados. As abordagens vistas, se inserem no contexto de um olhar antropológico sobre a cidade, onde o espaço público urbano é visto como lugar de sociabilidade e encontro público, civilidade, co-presença entre diferentes, ponto de tensão entre grupos sociais distintos, excedente de socialidade e contra-usos. A partir da revisão feita, foram sistematizadas categorias de interação, relacionadas com a abordagens dos autores vistos (quadro 4).

Quadro 4 – Síntese das categorias de interação social abordadas

INTERAÇÃO SOCIAL	ABORDAGEM	REFERÊNCIA
Co-presença	Abordagem sobre as interações no espaço urbano, entre atores sociais com condições socioeconômicas e culturais diversas.	Ferreira (1981); Joseph (1998); Frúgoli (2005)
Encontro público	Comunicação com o outro, com o diferente, entre co-presentes. Presupõe	Joseph (1998)
Excedente de socialidade	Interações que transbordam a civilidade, a cidadania, as instituições. Pode ser associada às trocas com significações.	Joseph (1988 [1984])
Contra-usos	Interações que vão de encontro ao contexto urbanístico planejado para os espaços públicos urbanos. Associados à contestação, resistência, contravenção.	Leite (2002)
...	...	

Fonte: produzido pela autora.

No começo deste capítulo, ao falar da abordagem antropológica da cidade, tomamos como ponto de partida os dois deslocamentos epistemológicos propostos por Agier: o primeiro do ponto de vista da cidade ao cidadão e o segundo da problemática do objeto ao sujeito. Tanto esses movimentos da forma de apreender a cidade, como as categorias de interação social explicitadas a partir desta abordagem, foram possíveis através da pesquisa etnográfica. A fim de apreender o que não é possível sem a aproximação com a realidade do cotidiano das pessoas e o desprendimento das definições normativas e hegemônicas, Agier propõe:

Face a um objeto a priori ‘não identificável’, o antropólogo pode reconstruir uma representação, necessariamente ‘construída’ de um modo indutivo - da observação à interpretação, da etnografia à análise. Assim, por método, o antropólogo tem necessidade de se emancipar de qualquer definição normativa e a priori de cidade para poder procurar a sua possibilidade por toda parte, trabalhando para descrever o processo.. (AGIER, 2011 [2009], p. 37)

Desta forma, esta pesquisa buscou abordar o espaço público urbano da Praça da Independência através da etnografia, utilizando-a como forma de observar, descrever e interpretar as interações sociais e os vínculos travados entre os sujeitos que fazem parte do cotidiano do lugar.

4.3 A ETNOGRAFIA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DAS DINÂMICAS COTIDIANAS DE INTERAÇÃO

A revisão bibliográfica, feita nas seções 4.1 e 4.2 com o objetivo de construir uma abordagem antropológica da cidade e especificamente a partir do ponto de vista das interações sociais no espaço público urbano, mostrou que o método etnográfico está intimamente ligado a esta forma de apreensão da cidade contemporânea. Como ressaltam alguns autores (MAGNANI, 2002; URIARTE, 2013) o método é próprio da antropologia, no entanto entende-se que sua apropriação por outras disciplinas, como o urbanismo, proporciona importantes contribuições no que diz respeito à apreensão do espaço público urbano à partir de suas dinâmicas de interação social.

Cordeiro (2010) ressalta que a etnografia urbana tem suas origens nas pesquisas da Escola de Chicago, no início do século XX e destaca três momentos da história da pesquisa urbana etnográfica. O primeiro seria a fundação das suas bases, através da já citada Escola de Chicago que, através da “discriminação de lugares intermédios de vida social e cultural, a meio caminho entre o indivíduo solitário e a cidade-total” (CORDEIRO, 2010, p. 113) permitiu a interpretação dos fenômenos urbanos a partir dos sujeitos.

O segundo tem como referência os estudos da Escola de Manchester que, já chegando a meados do século XX, desenvolve noções que contribuem para a delimitação dos recortes etnográficos não apenas pelo território, mas através do alcance das interações e relações sociais. A noção de situação mostra como é feita essa “desespacialização” da abordagem. Segundo Agier ([2009] 2011), a noção de situação foi sistematizada por Mitchel (1956) e “[...] abstém-se, por escolha metodológica, de fazer intervir o caráter estrutural/institucional das relações observadas. É a observação dos fenômenos na escala interacional que deve permitir identificar os constrangimentos reais da ordem social mais vasta.” (AGIER, [2009] 2011, p. 73).

O terceiro momento destacado por Cordeiro (2010) se insere no contexto das décadas de 1970 e 1980 é caracterizado pela articulação entre as tradições da Escola de Chicago e Escola de Manchester com outras áreas que possuem a cidade como recorte de estudo, como a geografia ou as ciências políticas. A autora destaca os trabalhos de Eames e Goode (1977),

Hannerz (1980) e Gulick (1989), que desenvolvem pesquisas que podem ser conectadas pela forma de delimitação etnográfica dos objetos de estudos, onde a complexidade das dimensões da cidade são levadas em conta através da incorporação de “vectores e planos de complexificação, sob várias escalas de observação e de análise (temporais, espaciais, sociais) no ‘olhar’ sobre essa entidade inacessível empiricamente - a cidade.” (CORDEIRO, 2010, p. 115).

De fato, pode-se afirmar que a etnografia urbana - como método de apreensão dos múltiplos sujeitos, práticas e realidades da cidade contemporânea - enfrenta o desafio de conciliar a multiplicidade posta pela complexidade da cidade sem cair na fragmentação ou totalização. Magnani (2002) sugere “para identificar essas práticas e seus agentes, foi proposta uma estratégia que recebeu a denominação de um olhar *de perto e de dentro*, em contraste com visões que foram classificadas como *de fora e de longe*.” (MAGNANI, 2002, p. 25). Esse olhar de *de perto e de dentro*, que caracteriza a etnografia, no entanto, exige um movimento entre a situação e o contexto mais geral, o particular e o universal, como ressalta o autor:

No entanto, cabe reafirmar, por fim, que a meta é seguir em busca de uma lógica mais geral. Do olhar de perto e de dentro, próprio da etnografia, para um olhar distanciado, em direção, aí sim, a uma antropologia da cidade, procurando desvelar a presença de princípios mais abrangentes e estruturas de mais longa duração. É somente por referência a planos e modelos mais amplos que se pode transcender, incorporando-o, o domínio em que se movem os atores sociais, imersos em seus próprios arranjos, ainda que coletivos. (MAGNANI, 2002, p. 26)

O movimento entre o particular e o geral pode ser associado ao movimento contínuo entre a teoria e a prática, estando presente em todas as etapas percorridas numa pesquisa etnográfica, como ressalta Uriarte (2013):

A teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria. Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiado, moldado e disciplinado pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa. (URIARTE, 2013, p. 01)

Uriarte (2013) ainda destaca que teoria e prática percorrem juntas todas as etapas do fazer etnográfico: desde a pesquisa bibliográfica, onde busca-se respaldo e apropriação das considerações já produzidas sobre o tema; passando pela pesquisa de campo propriamente dita, caracterizada por uma imersão a fim de relacionar-se com as pessoas, o lugar e as

práticas do recorte etnográfico; até o exercício de escrita sobre as experiências vividas em campo, através da articulação da teoria e da prática.

Pretende-se, no **capítulo 5**, transcrever as apreensões feitas sobre o espaço público urbano da Praça da Independência, através da descrição, interpretação e análise das interações sociais e vínculos observados entre as pessoas que fazem o cotidiano do lugar.

5 AS DINÂMICAS DE INTERAÇÃO SOCIAL DA PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA

5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

A relação entre as diversas pessoas, atividades e o contexto urbanístico da Praça da Independência conformam uma infinidade de situações sociais que caracterizam o espaço público urbano da praça. Segundo Gluckman (1987 [1958], p. 228) “a partir das *situações sociais* e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc”. No caso deste trabalho, as situações sociais não dizem respeito a uma sociedade particular, mas sim a um espaço público urbano onde vários grupos sociais convivem, através de diversas formas de interação social. Portanto, com o objetivo de apreender essas formas de interação, serão descritas 04 situações sociais da Praça da Independência, a partir das quais pretende-se identificar formas de interação que caracterizam o cotidiano do lugar e que, por sua vez, serão analisadas em relação ao contexto urbanístico da praça (delineado no **capítulo 3**) na análise que será feita no **capítulo 6**.

A etnografia foi usada como método, através da imersão no cotidiano da praça, a fim de entender os arranjos e dinâmicas cotidianas de interação social do lugar, de acordo com o que destaca, ao falar sobre a etnografia urbana, o antropólogo José Guilherme Magnani:

“Ao partir dos próprios arranjos desenvolvidos pelos atores sociais em seus múltiplos contextos de atuação e uso do espaço e das estruturas urbanas, este olhar vai além da fragmentação que, à primeira vista, parece caracterizar a dinâmica das grandes cidades e procura identificar as regularidades, os padrões que presidem o comportamento dos atores sociais.” (MAGNANI, 2002, p. 25)

Desta forma, buscou-se uma aproximação da realidade plural da Praça da Independência, onde, a partir da observação participante e aplicação de entrevistas semi-estruturadas, foram identificados alguns grupos sociais, que interagem entre si e com o espaço urbano em situações diversas, chamadas de situações sociais da Praça da Independência.

Num primeiro momento, as visitas de campo aconteceram na forma de caminhadas sem um percurso, tempo ou local de permanência definidos. Os horários em que essas visitas aconteceram, no entanto, foram limitados pela disponibilidade da pesquisadora, que realizou as visitas sempre nos intervalos semanais de segunda-feira a sábado, entre 8h-9h, 12h-14h e

17h-19h. Contemplar a praça e as pessoas que circulavam ou paravam, por ali, foi a primeira forma de aproximação do campo. Durante esses passeios, aconteceram conversas espontâneas, cuja troca permitiu a formação de uma primeira impressão sobre os sujeitos que frequentam o lugar. Esta aproximação preliminar do campo aconteceu entre os meses de janeiro, fevereiro e março de 2019 e, durante o período, foram feitas fotografias e anotações em diário de campo.

As observações feitas a partir do campo, durante a aproximação preliminar, permitiram a identificação dos sujeitos que usam a praça e algumas situações começaram a se delinear. Como foi observada uma grande diversidade de grupos sociais no espaço público urbano, decidiu-se aplicar entrevistas semi-estruturadas com as pessoas que demonstraram abertura para tal durante a aproximação preliminar. Com os dados coletados e a identificação dos sujeitos, foi montado um roteiro para guiar as entrevistas semi-estruturadas (ver Apêndice). Esse roteiro serviu de parâmetro para iniciar e guiar as conversas com os entrevistados, no entanto, o curso e o conteúdo variaram de acordo com a história de vida e visão de cada entrevistado.

Entre os meses de abril, maio e junho foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 10 usuários da praça (01 zelador de um edifício localizado na praça - gênero masculino; 01 funcionária de uma casa lotérica localizada na praça - gênero feminino; 03 comerciantes estabelecidos em quiosques na praça - 01 gênero feminino e 02 masculino; 01 comerciante ambulante - gênero masculino; 01 jovem que frequenta a praça para encontrar antigos colegas de trabalho - gênero masculino; 01 voluntário da comunidade da Igreja do Rosário dos Homens Pretos - gênero masculino). Durante as entrevistas foram feitas anotações pontuais, que em seguida eram complementadas no caderno de campo. Sentiu-se a necessidade, no entanto, de analisar a fala dos entrevistados de forma mais detalhada.

Desta forma, entre junho e novembro de 2019, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, gravadas e depois transcritas, com 12 usuários da praça (01 comerciante estabelecido em fiteiro - gênero masculino; 03 aposentados que frequentam o lugar diariamente - gênero masculino; 01 comerciário que trabalha no entorno - gênero masculino; 01 proprietário de depósito localizado na praça - gênero masculino; 01 funcionário da Assembleia de Deus localizada na praça - gênero masculino; 02 trabalhadoras sexuais que

trabalham na praça - gênero feminino; 03 pessoas em situação de rua - 02 gênero feminino e 01 gênero masculino; 01 comerciante ambulante - gênero masculino). No mesmo período também foram realizadas outras 03 entrevistas, nas quais os entrevistados preferiram não serem gravados (03 transeuntes - 02 gênero feminino e 01 gênero masculino).

Foram realizadas, portanto, 25 entrevistas semi-estruturadas na área delimitada de estudo. Quando as entrevistas são citadas neste documento, optou-se por trocar o nome dos entrevistados, a fim de preservar suas identidades. Portanto, os nomes de entrevistados, citados principalmente na descrição das situações sociais da praça, são fictícios.

5.2 IDENTIFICANDO OS SUJEITOS DA PRAÇA

Como visto no contexto urbanístico da Praça da Independência (**capítulo 3**), os *atributos urbanísticos 02 - homogeneidade funcional, 03 - coexistências físico-temporais e 04 - dispersão*, se relacionam à perda de centralidade, evasão da populacional, predomínio dos usos comerciais e de serviço¹⁷ e transformação do perfil de frequentadores dos bairros de Santo Antônio e São José. Essas características do *contexto urbanístico* da praça são percebidas nas suas dinâmicas cotidianas através da diferença de intensidade do fluxo de pessoas entre o horário comercial e o período noturno; presença de edifícios parcialmente ou totalmente desocupados; estado de conservação regular ou precário dos imóveis; frequentadores, comércio e serviços com perfil popular.

Apesar dos indicadores de déficit habitacional e homogeneização socioeconômica e funcional, observou-se, na pesquisa de campo, diversidade de frequentadores da praça, que permanece como um lugar de referência da cidade do Recife, fato que relaciona-se com os *atributos urbanísticos 01 - centralidade e 05- valor simbólico* também referentes ao *contexto urbanístico* da praça, como visto no **capítulo 3**.

Abaixo, a figura 26, mostra o recorte empírico, que foi delineado a partir do *contexto urbanístico* estudado e das situações sociais que serão abordadas na seção 5.3. Também foi destacado um trecho do caderno de campo desta pesquisa, que contém as impressões iniciais

¹⁷ Esses usos são predominantes no bairro de São José e praticamente únicos usos do bairro de Santo Antônio. No levantamento feito pela pesquisa, foi identificado apenas um edifício habitacional em Santo Antônio, o Edifício Inconfidência.

sobre a Praça da Independência e onde fica evidente a diversidade de sujeitos presentes no cotidiano do lugar.

Figura 26 – Mapa com localização do recorte empírico da pesquisa



Fonte: produzido pela autora.

[14.01.2019 | 12h30-13h20]

A visada a partir da esquina da Rua Larga do Rosário com a Praça da Independência permite perceber uma grande diversidade de sujeitos que ocupam a praça: à direita, um pequeno camelódromo, cujos quiosques vendem unicamente bolsas; dois fiteiros; idosos ao redor de uma pequena mesa de madeira jogando dominó; à esquerda, o Edifício Independência, onde existe a ocupação Marielle Franco¹⁸; em frente ao edifício, os canteiros centrais, delimitados por bancos de concreto, onde idosos e mulheres estão sentados, enquanto alguns moradores de rua deitam na grama; e, à frente, no centro da praça, um container da Secretaria de Defesa Social do Governo do Estado de Pernambuco com várias câmeras para fazer a vigilância do local.

Esse cenário me remeteu aos conflitos que poderiam existir entre essa diversidade de usuários, somando-se a eles ainda os comerciantes ambulantes, transeuntes e frequentadores das igrejas do entorno. No entorno imediato da praça, estavam tanto a igreja católica Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, como a Assembleia de Deus, na Rua Larga do Rosário. A Matriz de Santo Antônio também estava próxima, na Av. Dantas Barreto.

¹⁸ A ocupação permaneceu no local até abril de 2019.

Se a Defesa Social tinha instalado um posto policial móvel no local, os conflitos certamente tomavam proporções físicas, corporais. No entanto, havia uma forte sensação de que o lugar também era habitado por diversos conflitos tácitos (manifestados também através dos corpos), que existiam através das interações sociais entre os vários sujeitos que habitam o cotidiano da praça. Pensei, com base no percurso teórico que já havia traçado até o momento, que a identificação das características implícitas nas relações cotidianas seriam, além de um grande desafio, a contribuição que uma visão antropológica poderia dar ao estudo do espaço público urbano da Praça da Independência.

(Trecho do caderno de campo produzido pela autora)

O relato narra as impressões de uma visita feita à praça por volta das 13h e é um retrato do intenso fluxo de pessoas, que passam ou permanecem no lugar, durante o horário comercial (entre 8h e 18h). Apesar do intenso fluxo de usuários durante esse período, muitas das pessoas entrevistadas, nesta pesquisa, identificam a praça como esvaziada tanto de pessoas como de atrativos. Além disso, ela é estigmatizada como local perigoso por ser frequentada por sujeitos marginalizados, como ladrões, trabalhadoras sexuais e ex-presidiários.

Essas duas características - esvaziamento e lugar de população marginalizada - foram identificadas na fala dos entrevistados como elementos complementares, o que enfatiza a invisibilidade da maioria dos sujeitos que usam a Praça da Independência. Esse discurso pode ser considerado paradoxal, tendo em vista que os próprios usuários da praça reproduzem-no. Desta forma, o enfoque antropológico dos espaços públicos urbanos foi usado como fio condutor desta pesquisa, a fim de considerar o ponto de vista das pessoas que usam o espaço da praça, buscando entender as lógicas das dinâmicas cotidianas de interação que existem no lugar e que contribuem para esse discurso, por vezes contraditório.

Os dois deslocamentos da forma de conhecimento da cidade, propostos por Michel Agier e já discutidos neste trabalho, foram essenciais para um distanciamento da visão estigmatizada da Praça da Independência e, conseqüentemente, para dar visibilidade aos sujeitos que fazem o seu cotidiano e a mantêm viva.

Os sujeitos que *fazem* a Praça da Independência são diversos e, para fins de contextualização e análise das situações sociais do lugar, foram classificados em grupos. Apesar de considerar que cada sujeito possui uma relação própria com o lugar e as pessoas que o habitam, os grupos foram divididos com base na aproximação das experiências e trocas

sociais descritas pelos sujeitos ou observadas no momento da pesquisa - seja devido a semelhanças da situação social, econômica, etária, de gênero, etc.

5.2.1 Comerciantes

Nesse grupo, foram incluídos tanto os comerciantes com ponto fixo licenciado (camelôs, fiteiro, banca de revista e quiosque de coco), como os ambulantes que transitam ou se fixam informalmente no local. Observou-se uma concentração de comerciantes nas proximidades das esquinas com a Rua Duque de Caxias, Rua Larga do Rosário e margeando a Av. Dantas Barreto. Também há grande presença de ambulantes na Rua Primeiro de Março, próximo às paradas de ônibus. Desta forma, percebe-se que o comércio forma um cinturão na praça, localizando-se de forma complementar aos estabelecimentos de serviço nas lojas térreas dos edifícios circundantes.

A partir das entrevistas, constatou-se o estabelecimento da maioria dos comerciantes, no local, há pelo menos cinco anos. Também observou-se que as relações travadas com outros usuários vão além das trocas comerciais, tendo sido identificados laços de amizade, trocas de solidariedade e acordos de civilidade, como será visto na **situação 01**. Dentre os grupos sociais identificados, os comerciantes foram considerados os que interagem com a maior diversidade de usuários da praça, tendo sido uma fonte de extrema importância para a visão global das dinâmicas de interação e facilitadores de acesso aos outros grupos.

Figura 27 – Localização dos comerciantes da praça (8h-18h)



Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em: <https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

5.2.2 Aposentados

Há um grande número de aposentados do gênero masculino que frequentam a Praça da Independência para passar o tempo livre, cujo tipo de atividade exercida varia entre: conversar, seja com antigos colegas de trabalho, comerciantes ou com as trabalhadoras sexuais que fazem ponto no lugar; jogar dominó com antigos colegas de trabalho; ver o movimento sentado nos bancos dos canteiros centrais ou nos degraus da Matriz de Santo Antônio e busca por programas sexuais.

A localização dos aposentados varia de acordo com a atividade exercida, havendo grupos de amigos que se acomodam sempre nos mesmos lugares, indivíduos que normalmente ficam sozinhos nos mesmos lugares e os que transitam de acordo com a atividade exercida. Foi identificada uma relação de amizade entre aposentados e comerciantes, que será descrito na **situação 01**, bem como um vínculo com as trabalhadoras sexuais, mantido por conversações diárias e programas sexuais esporádicos, que será tratado na **situação 02**.

Figura 28 – Localização dos aposentados da praça (8h-18h)



Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em: <https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

5.2.3 Trabalhadoras sexuais

A Praça da Independência é conhecida por ser um ponto de prostituição, onde existem trabalhadoras sexuais que trabalham no local há pelo menos 10 anos. Elas ocupam principalmente os bancos dos canteiros centrais da praça, onde sentam-se sozinhas à espera de cliente ou, mais comum, em duplas ou trios. Assim, elas interagem principalmente com outras trabalhadoras sexuais, com quem normalmente conversam ou apenas fazem companhia (como forma de proteção mútua) e com os aposentados ou outros clientes potenciais. Também existe uma interação de conflito entre as trabalhadoras sexuais e os usuários de drogas, como será visto na **situação 02**.

Figura 29 – Localização das trabalhadoras sexuais da praça (8h-18h)



Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em:

<https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

5.2.4 Pessoas em situação de rua

Várias pessoas em situação de rua frequentam a Praça da Independência, mas, dentre os entrevistados nesta pesquisa, o local normalmente não é uma escolha para passar a noite. Durante o dia (entre 8h e 18h), percebe-se várias pessoas em situação de rua ocupando os bancos ou gramados dos canteiros centrais, as fontes de água ou transitando pela praça. Essa ocupação é continuada durante a noite, entre 19h e 00h, quando acontecem várias ações comunitárias na praça, onde ONGs e instituições religiosas distribuem alimentação e produtos de higiene pessoal. Por isso, existe uma intensa ocupação da praça durante a noite, onde grande parte dos usuários são pessoas em situação de rua ou moradores de bairros pobres próximos. Além da interação com voluntários das ações comunitárias, as principais interações do grupo foram identificadas como de conflito: com os comerciantes, com a polícia e com os usuários de drogas. O tema será tratado nas **situações 01, 02 e 03**.

Figura 30 – Localização das pessoas em situação de rua da praça (8h-00h). A partir de 00h, se deslocam para as ruas do entorno, como a Rua Diário de Pernambuco e Rua do Imperador



Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em:

<https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

5.2.5 Usuários de drogas

Os usuários de drogas também se concentram nos bancos, canteiros centrais e fontes da praça durante o dia, no entanto eles também usam o local durante a noite e madrugada. A maioria dos indivíduos desse grupo social também estão em situação de rua, no entanto preferiu-se separar os dois grupos sociais, devido às diferenças percebidas nos tipos de interação e das atividades exercidas pelas pessoas em situação de rua que são usuárias de drogas. A maioria das interações também foi identificada como de conflito, no entanto, aqui a forma do conflito é delineada por atos de violência ou contravenção, como será visto principalmente nas **situações 02 e 03**.

Figura 31 – Localização dos usuários de drogas da praça (sem restrição de horários)



Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em:

<https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

5.2.6 Voluntários

A presença das instituições religiosas é marcante no cotidiano da Praça da Independência. As igrejas católicas exercem influência tanto na paisagem construída, quanto nas dinâmicas de interação do lugar. Já as igrejas neopentecostais vêm ganhando território na praça, seja através da instalação de sede da Assembleia de Deus na Rua Larga do Rosário, seja pelos cultos itinerantes feitos no espaço central da praça. Além disso, igrejas que não estão localizadas fisicamente no entorno da praça, se fazem presentes, através da distribuição de comida no horário do jantar (os conhecidos “sopões”) e da distribuição de materiais de higiene pessoal. A igreja católica também encabeça ações de caridade no mesmo formato. Os voluntários que participam das ações comunitárias, independente da ordem religiosa, se relacionam principalmente com as pessoas em situação de rua, usuários de drogas ou moradores de bairros pobres das proximidades. As interações percebidas são caracterizadas por vínculos frouxos e temporários, já que existe grande rotatividade de voluntários e a maioria interage de forma objetiva, a fim de organizar a distribuição de donativos. Essas interações serão aprofundadas na **situação 03**.

Figura 32 – Localização dos voluntários da praça (05h-08h e 18h-00h). Domingos à tarde



Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em:

<https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

5.2.7 Policiais

A Secretaria de Defesa Social do Governo do Estado de Pernambuco possui um *trailer* instalado permanentemente no centro da Praça da Independência. A localização e dimensões do *trailer* causa um grande impacto na paisagem do lugar, prejudicando a permeabilidade visual e funcionando paradoxalmente como sinalizador de segurança e perigo no local. O relato de alguns transeuntes entrevistados mostra que as pessoas se sentem mais seguras com a presença dos policiais ali. Já quando os comerciantes e pessoas em situação de rua foram interpelados, sua resposta foi que os policiais não participam de fato do cotidiano da praça, sendo mais efetiva a intimidação causada pelo *trailer* do que a ação dos policiais. Os assaltos foram descritos como frequentes, porém com certa diminuição desde que a polícia se instalou ali, já o tráfico de drogas não teve seu curso alterado pela presença policial, segundo os entrevistados. Do ponto de vista das interações, observou-se um grande distanciamento entre os policiais e os outros usuários da praça, com exceção dos comerciantes. Já com as pessoas em situação de rua e usuários de drogas, esporadicamente existem interações de conflito violentas, com o intuito de afastar esses da praça. O mesmo acontece com os comerciantes ambulantes, quando são feitas ações de fiscalização com o suporte da polícia militar.

Figura 33 – Localização dos policiais da praça (sem restrição de horário)



Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em:

<https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

5.2.8 Trabalhadores do entorno

Apesar da presença de muitos edifícios desocupados no entorno da praça, o local ainda concentra um grande número de estabelecimentos comerciais e de serviços, cujos funcionários utilizam a praça para descansar no horário de almoço, tomar café ou água de coco com colegas e esperar o transporte para casa. Muitos desses trabalhadores interagem entre si e com os comerciantes e aposentados, praticando a conversação nos períodos de folga.

Figura 34 – Localização dos trabalhadores do entorno da praça (08h-18h)



Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em:

<https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

5.2.9 Transeuntes

Existe um grande fluxo de pessoas na Praça da Independência, durante o horário comercial, devido à grande concentração de linhas de ônibus, lojas e serviços. A maioria dos transeuntes passa o mais rápido possível pelo local, com atitudes que remetem à atitude *blasé* (SIMMEL, 2005 [1903]). Quando interpelados, a maioria dos transeuntes diziam ter medo da praça e não frequentar o lugar, a não ser para chegar até a parada de ônibus ou esperar o ônibus sentado nos canteiros centrais ou ainda nos degraus da Matriz de Santo Antônio.

Figura 35 – Fluxo de transeuntes no entorno da praça (08h-18h)

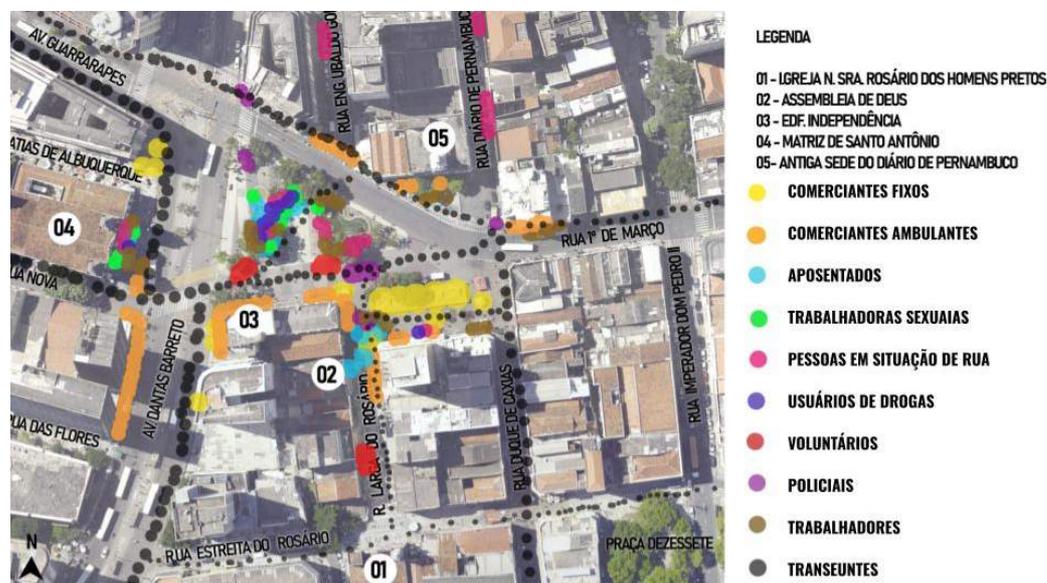


Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em: <https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

5.3 IDENTIFICANDO AS SITUAÇÕES SOCIAIS DA PRAÇA

No cotidiano da praça, os sujeitos apresentados compartilham o espaço público urbano e participam de situações sociais, onde ocorrem interações entre os diversos grupos sociais (figura 36). A seguir, essas situações serão descritas.

Figura 36 – Localização dos usuários da praça (horários variados)



Fonte: produzido pela autora. Foto base retirada do Esig. Disponível em:

<https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 29/01/2020.

5.3.1 Situação 01

Há 30 anos, João é dono de um fiteiro localizado na esquina da Praça da Independência com a Rua do Rosário. Ele fala, com orgulho, que trabalha na praça há metade de seu tempo de vida. Tempo suficiente para aprender a conviver com a diversidade de pessoas que frequentam o local, sem criar problemas e estabelecendo várias relações de amizade. Segundo o comerciante, essa diversidade de pessoas inclui tanto as identificadas por ele como “gente boa”, como os chamados de “marginais”.

Ele identifica como “gente boa” grande parte dos seus clientes fiéis, que seriam funcionários das lojas e profissionais que ocupam as salas dos edifícios comerciais do entorno, como advogados, médicos e empresários. Segundo o comerciante, seus clientes mais importantes vão ali para desopilar e conversar com ele sobre o que acontece na praça, ambiente muito agitado.

No dia 15/06/2019, durante trinta minutos, foi feita entrevista com João em frente a seu fiteiro e, enquanto ele contava seu cotidiano na Praça da Independência, atendeu mais de quinze clientes. A maioria dos clientes observados parecia frequentar o local habitualmente e

conhecer tanto os outros frequentadores, como o comerciante, chamando-o pelo nome. Vários deles possuíam conta no fiteiro e já tinham pedidos conhecidos por João.

No discurso do comerciante, os clientes explicitados como “mais fiéis” e “gente boa” fazem parte de uma faixa socioeconômica, onde o nível de escolaridade e de renda dos frequentadores (médicos, advogados, empresários ou “gente importante”) conferem prestígio ao estabelecimento. No entanto, através da observação da dinâmica comercial do fiteiro, foi identificado que os frequentadores cotidianos fazem parte de outra faixa socioeconômica, com renda mais baixa e menor nível de escolaridade. Durante a entrevista percebeu-se que os clientes mais populares não deixam de ser classificados como “gente boa” pelo comerciante, apenas o primeiro grupo foi explicitado, a princípio, como forma de conferir prestígio ao estabelecimento.

As marcas e o fracionamento dos produtos comercializados, bem como a prática de vender “fiado” ou mesmo as doações a alguns pedintes, mostram o baixo nível de renda dos usuários da praça. O espaço do fiteiro possui pequenas dimensões, ocupando um pequeno espaço com aproximadamente 1,00m de largura, 2,50m de altura e 0,50m de profundidade, sendo coberto por uma marquise com projeção sobre o piso de cerca de 1,00m. Todo o espaço do fiteiro é para exposição de produtos em prateleiras ou em uma grelha metálica com pequenos artigos pendurados. Ao lado da estrutura, existe um filtro e garrafão de 20 L de água instalados sobre um banquinho de madeira. No canto de uma das prateleiras exppositoras, existe uma cafeteira industrial de alumínio.

O tipo de varejo do fiteiro é fracionado: a água é retirada do garrafão de 20 L e vendida em porções de 150mL em copos plásticos; o café e o leite da mesma forma, no entanto existem porções de 150mL e 50mL; os pacotes de biscoitos são abertos e vendidos por sachê; cigarros são vendidos a carteira ou a unidade. Essa forma de varejo fracionado também explicita o baixo poder aquisitivo dos clientes, que não deixam de comprar, no entanto consomem pequenas quantidades e, quando as compras excedem o valor em dinheiro disponível, deixam o débito na conta.

O primeiro cliente que apareceu, durante a entrevista, pediu um sachê de biscoito maizena e, encorajado pela oferta de levar também um cafézinho, saiu com dois sachês de biscoito, um copo de café com leite e um débito de 50 centavos.

[Chega um cliente e pede um biscoito Maizena]

João: E você vai levar um cafézinho?

Cliente 01: Não, eu vou levar outro [biscoito] e vou ficar no débito

João: Quer outro biscoito?

Cliente 01: É. Aí eu vou ficar no débito de 50 [centavos].

João: Quer o café? Quer o café também? [o cliente acena com a cabeça que sim] Com leite? Leite à parte? [como não tem resposta, João coloca o Leite em outro copo]

Cliente 01: Não, eu não tenho nem como levar isso [ele estava de bicicleta].

João: Então pronto, eu vou misturar.

[João derrama o leite no copo de café e entrega ao cliente, que sai se equilibrando com os pacotes de biscoito mais o copo de café com leite.]

O segundo cliente, um adolescente, pede um café com leite e especifica que o leite deve ser separado em outro copo, pois é para seu avô. O “cliente 02” paga, agradece carinhosamente e diz que João fique com Deus. Fica claro que eles se conhecem bem, assim como o avô do rapaz também é familiar ao comerciante. Além do “cliente 02”, vários outros trataram João com intimidade e perguntaram por conhecidos em comum, demonstrando que as relações travadas não são apenas comerciais. Essas interações de proximidade e as vendas “fiadas” ou doações demonstram que existe uma rede de relações sociais na Praça da Independência, onde os frequentadores participantes exercem trocas de solidariedade.

Assim como o “cliente 01”, mais três pessoas levaram algum produto sem pagar na hora da compra. Um deles foi o “cliente 04”, um aposentado de 80 anos chamado Márcio, que pediu uma carteira de cigarro e um café com leite. Ele disse frequentar o local diariamente, com exceção dos domingos, e se identificou como amigo de João e de vários aposentados que frequentam a praça também diariamente, muitos dos quais haviam trabalhado com ele nas docas do porto do Bairro do Recife, há 35 anos. Ao ser questionado sobre o porquê ele gostava de ir à praça passar o tempo, ele respondeu que “venho somente conversar com eles

[seus amigos], mas eu *tenho* que vir todo dia. Se eu não vir...”. Ao descrever sua rotina diária, disse acordar às 4h, chegar à praça por volta das 7h e sair por volta das 13h, quando pegava o ônibus de volta para casa, onde sua próxima atividade seria comer algo e depois dormir.

Tanto a afirmação “*tenho* que vir todo dia”, como a breve descrição de suas atividades cotidianas, demonstram o papel central que a Praça da Independência desempenha na vida de Márcio. Pelas observações feitas durante as visitas de campo, bem como pelas descrições feitas pelos entrevistados, percebe-se que outras pessoas, em situação similar à dele, também travam o mesmo tipo de relação com o espaço público urbano da praça.

Alberto também é aposentado e frequenta a praça desde 1970, quando começou a trabalhar numa antiga loja de departamentos que se localizava na Rua Nova. Ele e João se conheceram nessa época, antes do comerciante possuir o fiteiro, quando também trabalhava numa loja que se localizava na Av. Nossa Senhora do Carmo. Alberto só trabalhou no centro durante 05 anos, depois trabalhou como taxista, mas permaneceu frequentando o lugar assiduamente, apesar do seu ponto de táxi não se localizar nas redondezas. Atualmente, já aposentado, vai à Praça da Independência diariamente, sendo um usuário do lugar há 49 anos.

O senhor gosta de vir aqui?

Alberto: Eu venho aqui por amor à praça do Diário de Pernambuco. Essa é que é a verdade. E os amigos que a gente encontra aqui, relembra do passado, né? Eu vim agora de onde? eu vim de Jaboatão, do shopping Guararapes. Mas eu venho pra cidade, almoço na cidade e fico por aqui, até 15h tô por aqui.

O senhor vem todos os dias?

Alberto: Todos os dias, de segunda a sábado.

Qual o horário que o senhor vem?

Alberto: Eu chego 10h/11h e saio umas 15h.

E o senhor vem pra ficar conversando?

Alberto: Venho pra ficar conversando. Pra mim não é uma válvula de escape, é um complemento do meu dia a dia, que eu hoje em dia não tenho nada pra fazer, nem pra me preocupar, aí eu venho ver os amigos. Se eu jogasse ainda o dominó, seria mais um tempinho que eu ficaria aqui.

Alberto diz sentir amor pela praça e, em seguida, fala das suas relações de amizade no lugar, do vínculo que a praça possui com seu passado. Tanto pelo seu depoimento, como pelo de Márcio, fica clara a relação dos aposentados com o espaço público urbano da praça, o que

não significa que os vínculos criados sejam meramente físicos ou espaciais. O espaço físico da praça participa de uma situação, onde o que liga as pessoas ao espaço público urbano é o estreitamento de laços sociais, que acontecem através de interações cotidianas de conversa (entre os amigos aposentados), jogo (grupos de aposentados jogando dominó) e mesmo comerciais (entre alguns clientes e João).

Figura 37 – Aposentados jogando



Fonte: Acervo da autora.

Figura 38 – Aposentados conversando



Fonte: Acervo da autora.

A sociabilidade, como a forma social de interação que transborda as relações de civilidade e se mostram como resistência dos laços sociais, é o que dá significado e mantém os vínculos sociais observados entre os aposentados que frequentam a praça. Pode-se dizer que, tanto do ponto de vista urbanístico, como sociológico, tais vínculos não seriam explicitados como uma característica da Praça da Independência, se não houvesse o esforço de olhar a cidade através das pessoas que a *fazem* (AGIER, 2011). Essas observações levam a uma questão relacionada tanto ao contexto urbanístico da praça, como ao contexto social dos seus usuários. Tendo em vista que a maioria dos aposentados observados não trabalham ou não residem próximos ao local, *o que faz eles exercerem cotidianamente a sociabilidade na Praça da Independência e não em outro espaço público urbano?*

A Praça da Independência, além de ter sido o espaço que propiciou o encontro, funciona como espaço mediador da permanência dos vínculos criados entre os usuários em questão. Carminha (comerciante de bolsas do camelódromo), Dilson (proprietário de um depósito de carroças e vendedor de mercadoria para ambulantes) e Saulo (comerciário de uma loja do entorno) também foram entrevistados e descreveram interações de sociabilidade que

exercem na praça. Esses 03 frequentadores possuem uma relação de frequência “obrigatória” com o lugar, através das atividades econômicas que praticam. As relações sociais que eles estabelecem, no entanto, ultrapassam as transações comerciais, como pode ser observado no depoimento de Dilson:

E tu gosta da praça?

Dilson: É. O meu dia a dia é aqui, né? com meus amigos, a maioria é tudo negociante e são todos meus amigos, né? o dia a dia, em tempo de trabalho ou de problema é tudo entre a gente aqui. É um vínculo muito grande aqui.

Mas o que é que tu mais gosta aqui?

Dilson: Rapaz, o que eu mais gosto aqui é o dia a dia com os meus amigos, a gente fica conversando, eu me distraio... a gente tem um problema familiar em casa e chega aqui esquece, entendeu?

E tu encontra os teus amigos só aqui ou fora daqui também?

Dilson: Não, fora daqui também. Às vezes a gente vai para casa de praia, para um show, vai para uma praia aqui mesmo no Pina ou em Boa Viagem.

Diz o nome de um amigo teu aqui.

Dilson: João do Café, Moisés ali da bolsa, que é mesmo que ser um irmão meu. Tem Carminha ali também, aquela ali que fica nas bolsas, é gente boa também, entendeu?

E tu conversa com eles onde?

Dilson: A gente conversa por aqui mesmo [na esquina da Rua Larga do Rosário com a Praça da Independência], a gente sai para almoçar junto ou fica ali no fiteiro de João. Vem os amigos de escritório, de banco, os policiais... a gente sempre fica ali conversando, tem os meninos que vendem bolsa e sapato aqui também.

Outros vínculos, protagonizados por outros grupos sociais identificados, também fazem parte da dinâmica de interação da praça. Voltando à classificação feita por João para seus clientes, além dos identificados pelo comerciante como “gente boa”, ele fala que também atende muita “gente ruim”, os “marginais”:

João, você tava falando que aqui tem todo tipo de gente. Gente boa e gente ruim. Quando você diz “gente ruim”, como é, é ruim por que?

João: Gente ruim é... marginal, né? Tem muito ladrão. A gente que já é conhecido aqui, eles não mexem com a gente não. Mas tava de um jeito aqui que se você tivesse com esse celular aqui, eles tomavam e vinham com faca, com tudo. Mas agora diminuiu mais, tem essa delegacia aqui, aí diminuiu um pouco. Hoje melhorou muito. Tem essa delegacia aí, os celulares são rastreados... Aí não tem mais onde ele vender, certo? Mas ele roubava ali e vendia aqui, tinha gente pra comprar.

E você convive com eles então?

João: Eu convivo. Eu não gosto não, mas não tem o que fazer, tem que ser isso. Quer queira, quer não, mas tem que conviver. Olhe, você chega aqui, aí tem você e

tem ele, eu vou dar atenção logo a ele. Tem cliente que não entende, acha que eu tô deixando você. Tem pessoa que não entende isso.

A questão da violência e dos assaltos, na Praça da Independência, foi levantada frequentemente nas conversas com usuários da praça durante a pesquisa. Em conversa com outro comerciante local, chamado Francisco e dono de um quiosque há 14 anos, foi feito um alerta para se ter muito cuidado ao circular pela praça, pois havia muitos ladrões por ali, identificados por ele como “raul”. Francisco disse já ter presenciado muitos eventos de violência, a maioria relacionados a assaltos. Disse, no entanto, que os “raul” frequentadores da praça não assaltavam seu quiosque, tampouco o de colegas seus, pois eles ficariam marcados entre os comerciantes e a polícia, que desde setembro de 2018 estava instalada no local. Segundo ele, os assaltos que aconteciam na praça eram feitos por pessoas “de fora”, sendo repreendidos pelos próprios assaltantes que conheciam os comerciantes e frequentavam o local.

Figura 39 – Trailer com delegacia móvel



Fonte: Acervo da autora.

Figura 40 – Trailer com delegacia móvel



Fonte: Acervo da autora.

Fica implícito, portanto, tanto nas informações dadas por Francisco, quanto no relato de João, que existe um tipo de acordo de convivência entre comerciantes e assaltantes. O objetivo do acordo seria resguardar os clientes do comércio local - interesse dos próprios comerciantes, mas também dos frequentadores da praça que praticam assaltos em outras áreas menos policiadas do entorno. Para estes, o objetivo seria não chamar a atenção dos policiais instalados na praça.

O tipo de interação entre comerciantes e assaltantes se aproxima da civilidade, ao passo em que são adotados tratamentos mútuos para demonstração de respeito, como fica

explícito no relato de João, ao falar que precisa conviver com os ladrões e inclusive lhes dar atenção especial no atendimento. Essa civilidade, no entanto, pode ser chamada de civilidade contraventora, tendo em vista que condena a prática no espaço público urbano da praça, mas entram em acordo com os assaltantes.

Francisco identificou como assaltantes as pessoas em situação de rua e pedintes que frequentam a praça, assim como os moradores do Edifício Independência, ocupado pelo movimento MTST na época da entrevista. Ele não soube precisar se realmente havia presenciado a prática de roubo entre esses grupos de pessoas, mas assegurou que estes também eram “rauls”. Já João, demonstrou outra visão sobre os pedintes e pessoas em situação de rua que frequentam a praça.

E os moradores, tem gente que mora aqui, né?

João: Mora, mas tudo tem casa. Tá vendo aquele pessoal ali sentado? Tudo tem casa. Aí vem pra cá porque não quer fazer nada em casa. Os meninos vem aqui e pedem biscoito. Aí você faz o quê? Tem que ter cuidado pra não aviciar. Você tem que fazer o quê? Tem pessoa aqui que dá alimentação a eles, tem muita pessoa de bem aqui: estudante, pessoa da alta que vem aqui dar comida a eles. Não é que não é pra dar, mas é que eles tão aviciando [...] Ninguém ali trabalha, só vive de pedir.

O comerciante disse isso, mas, enquanto conversávamos, deu um café com leite e um pacote de salgadinho a um dos meninos da família a qual ele estava se referindo. Também deu cigarros para uma mulher em situação de rua que interrompeu nossa conversa. Segundo Alberto, um dos aposentados entrevistados, João está sempre doando seus produtos para quem não pode pagar. Desta forma, percebe-se que ele mantém uma relação de solidariedade com a população em situação de rua, pedintes e usuários de drogas que frequentam a praça. No entanto, muitas vezes essa solidariedade tem o intuito de afastá-los do fiteiros, a fim de não causarem incômodo aos clientes, tendo em vista que esses grupos sociais, junto com as trabalhadoras sexuais, são bastante estigmatizados. A **situação 02**, tratada adiante, gira em torno principalmente das interações travadas por esses grupos sociais, as quais são permeadas pelo conflito.

5.3.2 Situação 02

A cobertura vegetal da Praça da Independência está localizada em dois canteiros centrais, onde existem árvores plantadas nos gramados delimitados por bancos curvos de concreto. Normalmente os bancos ficam cheios de pessoas, principalmente pela manhã (entre

8h e 10h), no horário de almoço (entre 12h e 14h) e final da tarde (entre 16h e 18h). Como eles são sombreados e os únicos locais de estar da praça, a uma primeira vista, pode-se inferir que por isso as pessoas se aglomeram ali, sentadas umas do lados das outras, muitas vezes mesmo sem interagir entre si.

Outro lugar identificado como de estar são os degraus da Matriz de Santo Antônio. Nos degraus da igreja, a maior frequência de pessoas é no final da tarde. Mais uma vez, fatores ambientais, como o sombreamento da área no final da tarde, contribuem para a aglomeração de pessoas no local. Além disso, o horário de maior aglomeração coincide com o final do expediente de trabalho, quando percebe-se que as pessoas permanecem nos degraus para esperar o transporte (existe uma parada de ônibus em frente à igreja), conversar ou apenas descansar ao final do dia. Também pode-se inferir que o grande número de pessoas que circulam ou permanecem no local, no horário entre 16h e 18h, torna-o mais seguro para o uso por população em situação de rua, que usam o espaço para dormir durante esse período.

Figura 41 – Ocupação canteiro no fim de tarde



Fonte: Acervo da autora.

Figura 42– Ocupação degraus da Matriz de Santo Antônio



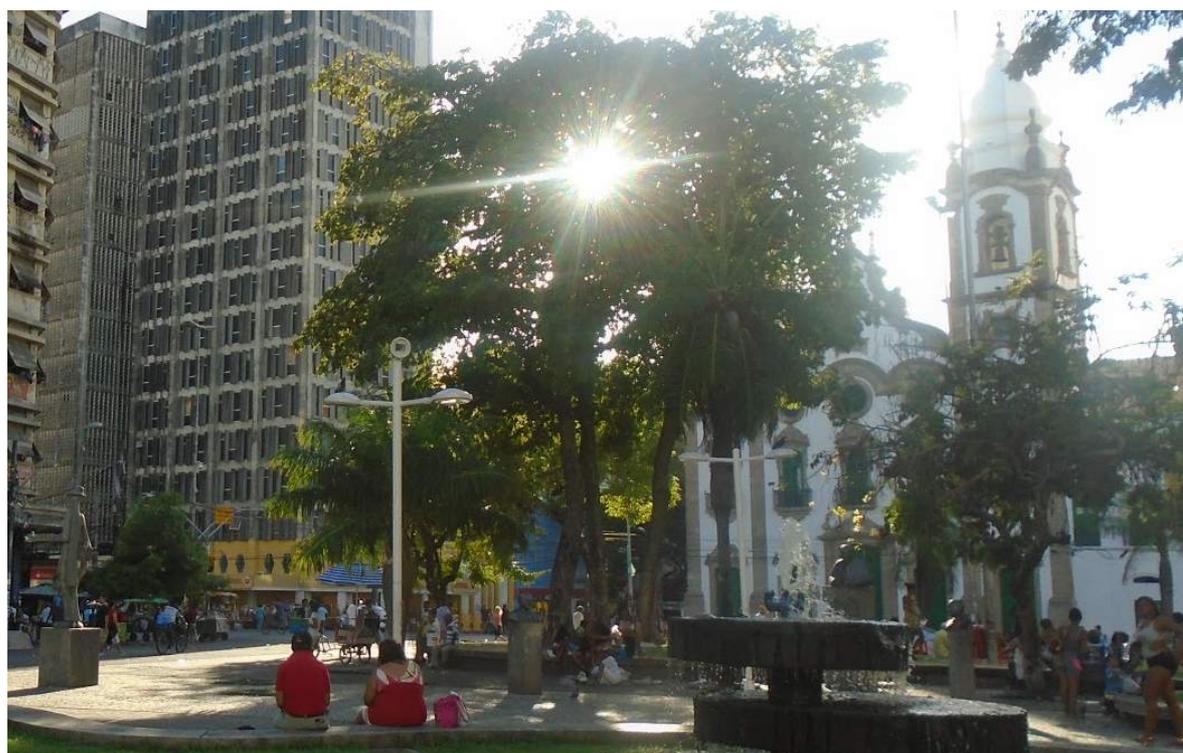
Fonte: Acervo da autora.

Outro grupo de pessoas que foi identificado usando os degraus da Matriz de Santo Antônio como ambiente de estar, foram aposentados do gênero masculino. Esse mesmo grupo

utiliza os canteiros da Praça da Independência durante a manhã até o final da tarde, quando migram para os degraus. Esse fluxo também é seguido pelo grupo das trabalhadoras sexuais.

Ao longo das visitas de campo, foi percebido uma situação que se repete de segunda a sábado no entorno dos canteiros da Praça da Independência e dos degraus da Matriz de Santo Antônio, e que contribui para a ocupação constante dos locais. Por ser um ponto de prostituição feminina, o lugar está sempre ocupado pelas trabalhadoras sexuais e potenciais clientes.

Figura 43 – Ocupação dos canteiros da praça no fim de tarde



Fonte: Acervo da autora.

Dulce tem 33 anos e, quando entrevistada em junho de 2019, disse frequentar a praça para fazer trabalhos sexuais há três meses. Desempregada, ela cria sozinha seu filho de 03 anos, com quem mora em Nova Descoberta. Ela também tem outras duas filhas que são casadas e moram com suas famílias, cada uma tem um filho. Dulce conta que o horário da creche que seu filho frequenta não permite que ela vá trabalhar na Praça da Independência todos os dias. Assim, há três meses, quando ela precisa complementar a renda, vem à praça nas quintas, sextas e/ou sábados, quando sua mãe pode ficar responsável por levar e buscar seu filho na creche. Nos outros dias da semana, Dulce pede ajuda financeira, e outras doações,

nas redondezas de Nova Descoberta. Para o transporte de lá até a praça, segundo a entrevistada, “eu arrumo passagem e venho”.

Dulce diz que não tem o que reclamar da praça, mas ressalta que à noite ela não fica mais ali, normalmente vai embora às 18h e seu horário limite é 22h, porque o ambiente fica muito perigoso. Segundo ela, “o lugar é muito misturado, tem todo tipo de gente”, dos quais ela ressalta os usuários de crack, que tendem a assaltar ou furtar em momentos de abstinência. Quando questionada sobre o que acha dessa mistura de pessoas, ela respondeu o seguinte:

Tudo misturado, todo tipo de gente... mas tu acha isso bom ou ruim?

Dulce: Aqui é cada um por si. Tem todo tipo de gente aqui, né? Noiado que usa droga. Eu não uso droga não, mas aqui é tudo misturado. É... gente que rouba, gente que saiu da cadeia, ex-presidiário [...]. Assim, a pessoa tem que se dar, né? Tá nessa vida e tem que se dar com todo tipo de gente. Só é não se misturar.

Dois pontos chamam atenção na fala de Dulce. O primeiro é que mesmo mencionando uma mistura de pessoas, ela só cita basicamente dois grupos: o dos usuários de drogas e o dos que praticam ou já praticaram algum crime. O segundo é que ela diz ter que conviver de forma harmônica com essas pessoas, mas procura não criar vínculos, “não se misturar”. Essas duas observações enfatizam como o trabalho sexual feminino media a relação que ela estabelece com o ambiente da Praça da Independência, já que os usuários da praça identificados por ela são as pessoas que podem atrapalhar o seu trabalho, sendo uma ameaça tanto para ela e suas colegas, como para seus clientes. Ao mesmo tempo, essas pessoas possuem um território estabelecido na praça, sendo necessário manter uma boa convivência, mas sem se envolver de forma mais próxima, assumindo interações de civilidade.

Esse tipo de acordo de civilidade também acontece entre Dulce e as outras trabalhadoras sexuais, já que ela diz não ter amigas entre as colegas de profissão. Patrícia, que faz programa na praça há mais de 10 anos, diz que não faz amizade com as outras trabalhadoras sexuais, porque muitas delas são usuárias de drogas e também roubam as colegas. Ela disse que, para se proteger, é preciso se associar aos “bandidos” que tomam conta do local, no entanto, quando questionadas se o ponto era gerenciado por alguém, tanto ela quanto Dulce disseram que as trabalhadoras sexuais do lugar eram autônomas. Ainda assim, o depoimento de Patrícia sugere um serviço de proteção oferecido por alguns homens: “eu conheço bandido aqui há muito tempo. O pessoal que saiu da cadeia, entendeu? Aí eu fiz

amizade com bandido, que você pra fazer programa tem que fazer amizade com bandido, que aí eles protegem.” Esse tipo de relação também pode ser considerada uma civilidade contraventora, como já observado na **situação 01**, ao passo que existe uma espécie de prestação de serviço de segurança, que acontece às bordas do estado e provavelmente com uso de práticas ilícitas.

Durante as observações de campo, notou-se que muitos aposentados sentam-se próximos às trabalhadoras sexuais, tanto nos canteiros da praça, como nos degraus da Matriz de Santo Antônio. Muitas vezes, os aposentados e trabalhadoras sexuais conversam, tiram brincadeiras e exercem uma interação que se aproxima da sociabilidade. Ao ser questionada sobre quem era a maioria dos seus clientes, Dulce disse serem os aposentados, no entanto, ela também enfatizou que eles são o único grupo com quem ela trava alguma relação de amizade.

E, estando há três meses aqui, tu já fez alguma amizade, já conheceu as pessoas?

Dulce: Conheço, converso... Embora que não vá pro quarto, mas é bom a pessoa fazer amizade. Porque aí não quer hoje, mas outro dia quando vier, aí “opa, tem aquela menina, né?”. É tão bom a pessoa fazer amizade.

E tu fez alguma amizade aqui?

Dulce:: Fiz.

Com quem?

Dulce:: Com os coroa [aposentados].

A relação de amizade da qual fala Dulce, no entanto, é motivada pela possibilidade de conseguir um cliente. Não foi possível deduzir pelas entrevistas, nem pela observação de campo, se existe a criação de vínculos mais significativos entre as trabalhadoras sexuais e os aposentados, no entanto é evidente a prática de conversação entre eles. Observou-se também, que a periodicidade com que os aposentados contratam programas sexuais coincide com o início de cada mês, quando eles recebem pensão e quando os canteiros ficam com maior movimento de trabalhadoras sexuais e aposentados. No entorno da Praça da Independência, existem corretoras financeiras e casas lotéricas onde eles fazem o resgate da aposentadoria ou pensão.

Outros grupos sociais que frequentam os canteiros da praça e os degraus da igreja são pessoas em situação de rua e os usuários de drogas, cujas interações praticadas serão aprofundadas na **situação 03**.

5.3.3 Situação 03

Durante a noite, a paisagem da Praça da Independência é bastante diferente do período diurno. A partir das 19h, a maioria dos trabalhadores já pegou o transporte para deixar o lugar e o fluxo de pessoas circulando ou esperando o ônibus nas paradas do entorno diminui consideravelmente. Como o número de moradias é muito pequeno em Santo Antônio e São José, não existe contra-fluxo de pessoas voltando do trabalho para a residência.

A partir das 19h, de segunda a sexta-feira, acontecem ações de assistência social diariamente na praça. Nos finais de semana, as ações acontecem também durante a tarde. Na **situação 03**, que gira em torno das ações comunitárias, será descrita a situação social que gira em torno dos “sopões” oferecidos, a partir das 18h30, principalmente por comunidades religiosas, além de outros grupos que promovem ações sociais de apoio aos grupos de pessoas em situação de rua.

O “sopão” distribuído pela comunidade da Igreja do Rosário dos Homens Pretos acontece normalmente na Rua Larga do Rosário ou na parte central da praça, em frente ao Edifício Louvre, nº 15 da Praça da Independência. Em entrevista a um dos voluntários, realizada em 26/02/2019, por volta das 19h30, foi informado que a comunidade religiosa oferece jantar durante a semana e almoço aos domingos durante todo o ano, no entanto, durante o período de festejos natalinos, a distribuição dos jantares passa a não ser diária, tendo em vista a grande quantidade de ações feitas por outras comunidades religiosas ou sociais.

Figura 44 – Fila para receber sopa, em ação comunitária na praça, por volta das 19h



Fonte: Acervo da autora.

Figura 45 – População em situação de rua com comida doada pela ação comunitária



Fonte: Acervo da autora.

Em entrevista à Mayara, mulher em situação de rua há aproximadamente um ano, foi enfatizada a presença de vários grupos que distribuem alimentos, produtos de higiene pessoal e roupas na Praça da Independência no período noturno dos dias de semana e aos domingos. Segundo Mayara, que foi entrevistada em 11/11/2019 por volta das 18h30, no período de festas de fim de ano, o lugar recebe visita de grupos, vindos de várias localidades, com donativos diariamente entre 18h30 e 01h30.

Mayara: Chega comunidade de todo canto, de Abreu e Lima... Aí vem guaraná, pão, cuscuz com ovo, cuscuz com salsichinha, roupa, vem muita mesmo [ela descreve as ações que acontecem no final de semana]. Agora só vem mais a a partir de quinta. Aí dá água, kit de higiene, lençol... Agora tem semana que é fraco. Pronto, essa [se refere a uma distribuição de sopa que acabara de começar] começou agora, só vai parar lá pra 1h30. Às vezes a gente tá dormindo e eles acordam a gente pra dar comida.

E quem vem pegar a sopa é quem mora por aqui ou tem gente de fora também?

Mayara: Vem também gente de fora. às vezes vem de Cajueiro, Peixinhos e fica por aqui e pega as comunidades também.

A fala de Mayara deixa clara a concentração de ações de assistência social no lugar, inclusive por grupos que não possuem relação de convívio cotidiano com as pessoas e com o território da praça. Da mesma forma, ela fala que os que frequentam as ações em busca de donativos vêm de diversos bairros da cidade. Essa mesma informação foi dada pelo voluntário da comunidade da Igreja do Rosário dos Homens Pretos, destacando, através da sua observação prática, que em média 80% dos frequentadores do “sopão” não estavam em

situação de rua e vinham de outros bairros, como Coelhos e Coque. A Praça da Independência, a exemplo do que acontece nos bairros de Santo Antônio e São José,¹⁹ representa um ponto de convergência de práticas de caridade.

As relações sociais de solidariedade estabelecidas através dessas práticas, não significa, no entanto, que as interações travadas entre os voluntários e recebedores de doações estabelecem vínculos significativos ou duradouros. A intermitência da maioria das ações, bem como a rotatividade de voluntários e frequentadores dos sopões contribui para uma interação que será chamada de solidariedade impessoal. Desta forma, as ações estão muito mais ligadas à uma cultura cristã de caridade, do que a um vínculos das pessoas que participam das comunidades religiosas com o lugar. Quando Mayara diz que chega a ser acordada para receber comida, mesmo com várias distribuição de alimentos durante a noite, essa impessoalidade identificada nas interações de solidariedade fica evidente, assim como a “invisibilização” da população de rua. A solidariedade impessoal está ligada ao cumprimento de uma tradição religiosa de caridade.

Nas observações de campo feitas sobre o “sopão” distribuído pela comunidade da Igreja do Rosário dos Homens Pretos (com visitas de campos nos dias 17/01/2019, 26/02/2019, 14/05/2019 e 11/11/2019) observou-se, com exceção da visita ocorrida em novembro, que a maioria das pessoas saiu do lugar logo após tomar a sopa. Com exceção de alguns grupos de população de rua, que mantém uma relação de proximidade entre si e praticavam conversação enquanto tomavam a sopa distribuída, as outras pessoas pegavam a sopa e iam para a parada de ônibus ou aguardavam o transporte nos canteiros da praça ou nos degraus da Matriz de Santo Antônio. Apesar de usarem o espaço da praça, não observou-se entre os transeuntes que paravam para pegar a sopa, interações de sociabilidade, mesmo com grande proximidade física dos outros frequentadores da praça (principalmente quando sentados nos canteiros ou degraus da Matriz de Santo Antônio). Podemos dizer, portanto, que a interação travada por esses transeuntes é de reserva.

¹⁹ Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e analisados pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural - DPPC, a média de pessoas em situação de rua que fazem duas refeições por dia é maior 6,47% em Santo Antônio e São José em comparação com os outros bairros da cidade do Recife. O mesmo acontece com a média de pessoas em situação de rua que fazem 03 refeições por dia, cuja variação em Santo Antônio e São José é de 3,59% a mais do que no resto da cidade.

Pedro tem 28 anos, é comerciante ambulante e frequenta os “sopões” da praça esporadicamente, a caminho do transporte de volta para sua residência em Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes. Ele diz que normalmente está ali de passagem e senta nos canteiros centrais só até o ônibus que pega chegar, quando ele corre para a parada. Além do horário para pegar o transporte, ele alega que a praça pode ficar perigosa quando os usuários de drogas entram em conflito entre si ou assaltam algum transeunte. Mesmo assim, ele diz que o lugar é agradável, mas prefere não demorar ali, porque acha perigoso.

Aparecida era carroceira e está em situação de rua há mais de 01 ano. Ela frequenta o “sopão” diariamente para jantar, geralmente ela vai na companhia de Mayara e outros amigos que atualmente dormem com elas na Rua do Imperador. Aparecida diz que durante o dia ela, Mayara e outros amigos andam pela cidade, entre os bairros de Afogados, Santo Antônio, São José, Santo Amaro e Boa Vista em busca de alimentação e outras doações. À noite eles vão para a Praça da Independência para comer ou receber outros donativos, mas não gostam de passar a noite ali.

[um amigo de Mayara e Aparecida pede para Mayara ficar de olho nos pertences do grupo, porque ele vai pegar sopa com Aparecida e os outros]

E tu se sente segura aqui?

Mayara: eu já to acostumada, porque tem as áreas dos homens ficarem violentos, mas eles só mexem com eles [apontando para um grupo que está no outro canteiro].

Amigo de Mayara: Aqui eles só não levam essa praça aqui porque não podem, é muito ladrão. Até os policiais moram aí [se referindo ao trailer da SDS], porque se sair, são pegos, não pode botar os pés pra fora não. Eles que são pra prender e ficam presos [...]. Eles não podem sair daí não, eles ficam com medo e sair.

Por que vocês não gostam de dormir aqui na praça?

Mayara: Porque aqui, quando é tarde da noite, os que usam droga ficam aqui onde a gente tá. Aí ficam usando maconha, crack, aí a gente não fica junto não, porque eles ficam brigando, aí começa a confusão e às vezes a polícia chega. A gente fica ali no lugar da gente [apontando para a direção da Rua do Imperador] que eles já sabem e ninguém mexe com a gente não.

A população em situação de rua não é homogênea, havendo conflito entre os grupos que dividem um mesmo território. Nas entrevistas e observação de campo, ficou evidente a divisão entre a população de rua usuária de drogas e as não usuárias. Por isso, quando foram identificados os sujeitos da praça, os dois grupos foram divididos, para fins de análise das interações travadas a partir do espaço público urbano da Praça da Independência, tendo em

vista que elas são distintas entre os dois grupos. O conflito entre a população de rua não usuária de drogas e a usuária é evidente, no entanto existem algumas regras tácitas de convivência. A que fica clara na fala de Mayara é a divisão do território: quem dorme na praça geralmente são os usuários de drogas, que não saem dali para perturbar os outros em situação de rua fora do seu território. No entanto, se estes permanecerem na praça além do horário, estão sujeitos a assaltos, furtos ou outras violências praticadas pelos usuários de drogas.

A queixa de Mayara não é exclusiva das pessoas em situação de rua, nem se limita ao horário noturno. Dilson, comerciante e dono de um depósito na Rua Larga do Rosário, também evita interação com os usuários de drogas e, mesmo a maioria deles passando a maior parte do dia e dormindo na praça, ele não os identifica como “moradores do local” e sim como “maloqueiros”. Pode-se inferir, pelo seu comentário, que a população de rua que não usa drogas é reconhecida como “moradora do local” e tem uma convivência mais harmônica com os outros frequentadores da praça, ao passo que os usuários de drogas não são reconhecidos como moradores, mas pelo vício ou como assaltantes.

Tem algum lugar que tu não gosta na praça?

Dilson: Rapaz, o que eu não gosto, às vezes, é que tem certos moradores de rua que não são moradores de rua, são maloqueiros. Esse pessoal que é dependente de produto químico, de drogas, aí eu não gosto, eu evito.

Mas eles causam algum problema?

Dilson: Causam problema. Assim, às vezes arengam, aí assaltam, um mete a faca no outro... é muito entre si, mas às vezes assaltam um pedestre, aí quando tá perto de mim assim eu não deixo, né? porque eu conheço tudinho, mas quando não tá...

A principal interação observada entre os usuários de drogas - e descrita pelos frequentadores da praça - é a briga, seja a discussão ou agressão física. Os laços formados entre eles, maioria usuários de crack, segundo os frequentadores da praça, são constantemente permeados por ações de violência mútua, que muitas vezes pode envolver algum transeunte ou quem esteja próximo ao evento da briga. Por isso, os usuários de drogas são o grupo de frequentadores da praça que recebem maior queixa dos entrevistados. O conflito marcado pela violência também marca a interação dos usuários de drogas com a polícia, que geralmente intervém com violência verbal ou física. Junto com as trabalhadoras sexuais e, em menor

medida, com a população de rua não usuária de drogas, os usuários de drogas são o grupo mais estigmatizado na fala dos entrevistados.

Figura 46 – Ocupação dos canteiros por usuários de drogas



Fonte: Acervo da autora.

5.3.4 Situação 04

A situação 04 gira em torno dos transeuntes, trabalhadores do entorno e ambulantes e está ligada ao deslocamento, visto que ocorre em torno das paradas de ônibus ou dos fluxos que levam até elas. As observações de campo foram feitas entre 17h e 18h30, que corresponde ao final do expediente comercial e sendo, portanto, horário de intenso fluxo de pedestres e veículos, particulares e coletivos. A maioria das inferências foram feitas a partir da observação não participante, no entanto foram realizadas 03 entrevistas não estruturadas e 01 entrevista semi-estruturada.

A primeira constatação feita a partir da observação dos fluxos de pedestres, é que, apesar deles se ramificaram em direção às paradas de ônibus, os fluxos que perpassam a Praça da Independência foram considerados menos intensos do que o esperado. Notou-se que os fluxos que contornam a praça são mais intensos, ora porque as ruas do entorno são corredores comerciais ou de transporte, ora porque as pessoas preferem evitar a passagem pelos canteiros centrais da praça, onde ficam as trabalhadoras sexuais, população em situação de rua e usuários de drogas. Desta forma, os transeuntes passam pela praça de forma apressada, notadamente em postura de reserva e, por vezes, medo.

Quanto às paradas de ônibus, essas aglomeram grande número de pessoas, as quais, à primeira vista, não interagem de forma significativa com as pessoas ao redor, apesar da proximidade física. De fato, a maioria das interações observadas nesses locais são de reserva. No entanto, notou-se, especialmente nos degraus da Matriz de Santo Antônio, a prática de conversação durante a espera do transporte para a casa. Ricardo tem 19 anos e já trabalhou como carregador de mercadorias nos arredores da praça. Em 24/01/2019, quando entrevistado, disse frequentar a praça no final do seu expediente para tomar sopa e reencontrar colegas da época em que trabalhava por ali. Após um tempo conversando com Ricardo, dois amigos vêm ao seu encontro, oferecem um copo de café e sentam-se ao nosso lado nos degraus da igreja. Os dois trabalham no entorno e disseram ficar sentados ali diariamente aguardando o ônibus e conversando com colegas.

Figura 47 – Fluxo de transeuntes passando pela praça



Fonte: Acervo da autora.

Figura 48 – Ponto de ônibus (Av. Dantas Barreto) próx. à Matriz de Santo Antônio



Fonte: Acervo da autora.

Alguns ambulantes que também aguardam o ônibus aproveitam para vender as últimas mercadorias e também para conversar com colegas. Já nas paradas de ônibus localizadas na Rua Primeiro de Março, a principal interação identificada foi a de reserva. No entanto, algumas pessoas aguardam os ônibus dessas paradas sentadas nos canteiros da Praça da Independência, do outro lado da rua. Algumas dessas pessoas interagem entre si conversando, ao que parece, com colegas de trabalho que aguardam o ônibus no mesmo local ou com

alguma companhia com quem se foi ao centro para fazer compras. Muitas pessoas se sentam nos canteiros sozinhas, sem interação significativa com as pessoas que estão sentadas ao lado.

Desta forma, foi observado o predomínio das interações de reserva, apesar da proximidade física, principalmente nos horários de pico. A reserva e a atitude *blasé* (Simmel, 1903) são praticadas entre estranhos, no entanto, também observou-se a prática de conversação entre colegas ou amigos que aguardam o transporte juntos, principalmente nos degraus da Matriz de Santo Antônio, como nos canteiros da praça voltados para a Rua Primeiro de Março.

5.4 AS INTERAÇÕES SOCIAIS DA PRAÇA

A partir da análise das situações sociais, foi possível identificar formas de interação social presentes no cotidiano da Praça da Independência. As 08 formas de interação identificadas não abarcam todas as formas de interação que convivem no lugar - e nem se pretende aqui tal tarefa - mas são uma síntese das identificadas como mais representativas da dinâmica cotidiana de interação da praça, dentro da abordagem e objetivos desta pesquisa. Espera-se que o esforço de identificação dessas interações possam auxiliar e incentivar outras pesquisas sobre o tema.

As primeiras aproximações ao espaço público urbano da Praça da Independência, durante a pesquisa de campo, causaram impressões que corroboram com algumas abordagens vistas no **capítulo 2** e no **capítulo 4** (SIMMEL, 1903; SENNET, 1988; FRÚGOLI, 1995; JOSEPH, 1998), através da identificação de interações caracterizadas pela copresença com comportamento de reserva pelos sujeitos. A *reserva* foi observada principalmente entre os transeuntes, como visto na *situação 04*, podendo estar associada ao medo (pela presença de população marginalizada e possibilidade de sofrer furto/assalto), à resposta ao alto número de estímulos causados pela diversidade de situações e usuários da praça e à racionalização da vida na cidade (SIMMEL, 1903) e dos espaços públicos urbanos (FRÚGOLI, 1995).

Apesar da possível dedução de que não existiria maior complexidade de formas de interação travadas no espaço público urbano da praça, observou-se - também durante as primeiras aproximações - uma grande diversidade de sujeitos que fazem o cotidiano do lugar, denotando a existência de outras formas de interação que necessitam um olhar mais atento aos cidadãos, como já visto sobre o olhar antropológico da cidade (AGIER, 2011). Assim, através da etnografia, escolheu-se o percurso metodológico de analisar situações sociais do cotidiano da praça, a fim de se aproximar da visão dos sujeitos que a frequentam.

A **situação 01**, ao evidenciar a criação de vínculos significativos e duradouros entre participantes do grupo de aposentados e comerciantes, mostra a presença da *sociabilidade* como forma de interação da praça. Como já visto, a *sociabilidade* pode ser abordada, a partir de Simmel ([1917] 2006), como o valor simbólico extraído pelos indivíduos das interações, assim como, a partir de Joseph (1998), as trocas e significações do cotidiano, que extrapolam

as interações de civilidade. Desta forma, o vínculo criado entre os aposentados, que frequentam a praça diariamente pelo prazer da companhia dos amigos (seja através da conversação ou do jogo), confere um valor simbólico às trocas do cotidiano da praça, ao passo que ela funciona como elo de manutenção desses vínculos. Além da interação de *sociabilidade* dos aposentados entre si, também observou-se a criação de vínculo entre aposentados, comerciantes e trabalhadores do entorno, o que mostra a renovação desses vínculos.

Também observou-se a *sociabilidade* como forma de interação presente na conversação exercida entre os comerciantes da praça. Segundo o relato de Dilson, a relação que mantém com seus colegas de trabalho é considerada amizade e extrapola o espaço da Praça da Independência, apesar de acontecer principalmente em seu cotidiano.

Ainda na **situação 01**, foi possível observar uma forma de interação que ocorre entre os comerciantes e as pessoas em situação de rua, usuários de drogas e pedintes da praça. A *solidariedade prática* é exercida pelos comerciantes, em forma de ajuda a esses grupos sociais, no entanto nem sempre pode ser considerada como fruto de uma significação do vínculo criado entre eles. Ela possui um sentido prático, estando mais associada ao conflito, ao passo que existe uma tensão entre esses grupos e os clientes dos comerciantes, que praticam a solidariedade, ao doar alimentos e outros produtos - sendo um dos objetivos da prática, evitar constrangimento aos clientes.

Também com o intuito de proteger o comércio, alguns comerciantes exercem a *civilidade contraventora*, como visto na **situação 01**, quando são feitos acordos de civilidade com os assaltantes, visando a manutenção do respeito mútuo e da preservação dos clientes que frequentam o lugar. Considerou-se que, nesse tipo de civilidade, existe um equilíbrio entre as partes envolvidas, já nas **situações 02 e 03**, observou-se que também é exercida um tipo de civilidade entre as trabalhadoras sexuais e os usuários de drogas, assim como entre a população em situação de rua e os usuários de drogas. Esse acordo, no entanto, não foi considerado equilibrado, sendo chamado de *civilidade díspar*, já que tanto as trabalhadoras sexuais quanto a população em situação de rua descrevem medo e a possibilidade constante de quebra do acordo.

Tanto a *civilidade contraventora*, quanto a *civilidade dispar* estão associadas ao conflito, tendo em vista que são formas de resolver disputas entre os envolvidos. A *civilidade dispar*, no entanto, demonstra que o vínculo criado para respeito mútuo é frágil e, apesar da situação de vulnerabilidade dos usuários de drogas, possui as trabalhadoras sexuais e moradores de rua como os participantes mais fracos do conflito, que emerge em forma de violência contra os participantes mais frágeis quando o acordo é quebrado. Foram relatados, pelas trabalhadoras sexuais e moradores de rua, assaltos e agressões físicas por parte dos usuários de drogas.

Também foi observada outra forma de interação que envolve violência e ocorre principalmente entre os usuários de drogas. O *conflito violento* foi descrito pelos usuários da praça como interação cotidiana entre os usuários de drogas e é caracterizado por brigas com violência física e discussões.

Ainda na **situação 02** foi observada a prática de conversação entre as trabalhadoras sexuais e os aposentados, insinuando a criação de laços de sociabilidade. Não foi possível, no entanto, constatar se os vínculos formados a partir dessas interações possuem significados para as partes ou se a sociabilidade exercida é apenas forjada. Foi observado, no entanto, um sentido prático nesta forma de interação, que abre possibilidades de manutenção/ampliação da clientela para as trabalhadoras sexuais e de negociação para os aposentados. Por isso, esta forma de interação foi chamada de *sociabilidade prática*.

A **situação 03** mostra a convergência das ações comunitárias, ligadas principalmente a instituições religiosas, no bairro de Santo Antônio e na Praça da Independência. Os grupos comunitários vêm não apenas das comunidades religiosas do entorno da praça, mas de várias localidades da cidade. No decorrer do calendário anual, existem ações de distribuição de alimentos e produtos de higiene pessoal que acontecem regularmente, fazendo com que sejam parte do cotidiano da praça. Nas épocas festivas, no entanto, principalmente no período natalino, o número de comunidades religiosas presentes no local aumenta bastante. A forma de interação identificada entre os voluntários e os grupos sociais aos quais são direcionadas as doações foi a *solidariedade impessoal*, como vista na **situação 03**, tendo em vista que foi percebida a formação de vínculos frágeis e impessoais entre os envolvidos na interação. Como já citado, o relato de que as pessoas em situação de rua chegam a ser lembradas para

receber doações, mesmo com várias ações de caridade durante a noite, essa impessoalidade identificada fica evidente, estando a *solidariedade impessoal* mais ligada ao cumprimento de tradições religiosas do que com as pessoas a serem assistidas ou o lugar onde ocorrem.

Ao identificar diversas formas de interação a partir da análise das situações sociais da praça, espera-se que tenha sido possível “ir além da fragmentação que, à primeira vista, parece caracterizar a dinâmica das grandes cidades e [...] identificar as regularidades, os padrões que presidem o comportamento dos atores sociais” (MAGNANI, 2002, p. 25). Constatou-se, através da identificação das formas de interação, que elas são permeadas pelo conflito, sociabilidade, solidariedade e reserva, assumindo características que permitiram a divisão em categorias de formas de interação apreendidas a partir do contexto próprio do espaço público urbano da Praça da Independência (ver quadro 5). Espera-se, no entanto, que elas possam ser extrapoladas para outras situações e contextos.

Quadro 5 – Formas de interação identificadas na Praça da Independência

FORMA DE INTERAÇÃO	SUJEITOS	DESCRIÇÃO
Sociabilidade	Aposentados; comerciantes; transeuntes; pessoas em situação de rua	Interações com vínculos significativos, que transbordam a civilidade cotidiana e mantém laços criados e mantidos no espaço público urbano da praça.
Solidariedade prática	Comerciantes; pessoas em situação de rua; pedintes	Interações de solidariedade com vistas a afastar o incômodo do contato com pessoas marginalizadas.
Civilidade contraventora	Comerciantes; assaltantes; traficantes; usuários de drogas	Acordos que pressupõem a aceitação de atividades ilícitas para manutenção da civilidade no lugar.
Sociabilidade prática	trabalhadoras sexuais; aposentados	Interações com objetivos práticos com possibilidade de criação de vínculos significativos (dados não confirmados, inferência). Exercida através da conversação.
Civilidade díspar	trabalhadoras sexuais; pessoas em situação de rua; usuários de drogas	Acordos para manutenção da civilidade no lugar, onde uma das partes é mais frágil e suscetível a prejuízos quando da quebra da civilidade.
Solidariedade impessoal	Voluntários; pessoas em situação de rua; pedintes; usuários de drogas	Práticas de caridade, majoritariamente exercidas por instituições religiosas. Foi considerada impessoal pela baixa criação de vínculos entre as pessoas. Os vínculos são mais evidentes com o espaço público urbano da praça.
Conflito violento	Usuários de drogas	Interações que visam a resolução de disputas ou diferenças através da violência (discussões e brigas). Por vezes a violência atinge partes não envolvidas na interação.
Reserva	Transeuntes	Forma de interação mínima, com vistas a evitar o contato com as pessoas e/ou estímulos da praça e seu entorno.

Fonte: produzido pela autora.

6 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO DA PRAÇA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO URBANÍSTICO E DAS INTERAÇÕES SOCIAIS

Com o objetivo de caracterizar o espaço público urbano da Praça da Independência através das suas formas de interação social cotidianas, esta pesquisa buscou mostrar que estas formam complexas dinâmicas sociais cuja análise auxilia a compreensão das lógicas de organização do espaço público urbano da cidade de Recife. Para tal, no **capítulo 6** desta dissertação, as formas de interação social da praça serão relacionadas ao seu *contexto urbanístico* e atributos correspondentes. Pretende-se, desta forma, estabelecer uma transversalidade entre as *situações sociais*, caracterizadas pelas formas de interação da praça, com uma escala mais ampla, através do *contexto urbanístico* da praça.

O atributo urbanístico de centralidade, forjado desde a formação da praça e seu entorno, sempre esteve ligado à presença das interações relacionadas ao comércio: o Mercado Grande, durante a ocupação holandesa (meados do século XVII) e, posteriormente, durante a reconstrução da Ilha de Antônio Vaz, feita pelos portugueses (segunda metade do século XVII e século XVIII), a manutenção dos edifícios comerciais e de serviço, no entorno da praça. O fato da praça funcionar como ponto nodal de circulação facilitou o desenvolvimento do lugar como centro comercial e de serviços, além do contexto de homogeneização funcional, sofrendo manutenção até os dias atuais, como visto.

Esse panorama se relaciona diretamente com a sociabilidade observada na praça. Na **situação 01**, observou-se que um dos principais grupos sociais praticantes da forma de interação são os comerciantes. As interações observadas não se restringiram a relações ou transações comerciais, mas à criação de vínculos de amizade entre comerciantes e até entre comerciantes e clientes. Muitos desses clientes fazem parte do grupo social dos aposentados, que também exercem interações de sociabilidade no lugar. No caso dos aposentados, foi possível constatar que os mesmos passaram a frequentar a praça no início da intensificação da dispersão da sua centralidade (durante as décadas de 1970 e 1980), mas mantiveram a praça como elo dos vínculos criados, tendo em vista o valor simbólico que a mesma representa para eles.

Desta forma, percebe-se que a construção e permanência das interações de sociabilidade na Praça da Independência estão ligadas aos seus atributos urbanísticos de

centralidade, homogeneidade funcional e valor simbólico. Também estão diretamente relacionadas aos atributos de centralidade e valor simbólico as interações de solidariedade, exercidas pelos grupos voluntários cotidianamente na praça. Como visto, no **capítulo 3**, a igreja católica exerceu papel central na formação da cidade colonial e consolidação do centro histórico, contribuindo inclusive para a formação do papel simbólico da praça para a cidade, tendo em vista que seu entorno possui grande concentração de edifícios religiosos e tem seu cotidiano influenciado pela presença de instituições religiosas.

A relação entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa, durante o período colonial, marcou a retomada do território ocupado pelos holandeses e permitiu a consolidação da ação das irmandades no centro urbano do Recife. Atualmente o bairro de Santo Antônio permanece marcado pela influência da Igreja Católica. Com a popularização e ascensão das Igrejas Protestantes, principalmente as Neopentecostais, elas também passaram a ocupar o território do entorno da Praça da Independência, principalmente através das ações de caridade, como as relatadas na **situação 02**.

O papel simbólico e a centralidade exercida pela Igreja no entorno da Praça da Independência, atrelados ao atributo urbanístico de dispersão de centralidade, delinearam o cenário de convergência das ações comunitárias no lugar, a partir das quais as interações de solidariedade são exercidas. Como descrito no **capítulo 5**, as interações de solidariedade acontecem, muitas vezes, sem a criação de vínculos significativos e, por vezes, contribuindo para a invisibilização da população em situação de rua que frequenta a praça e seu entorno. As ações são coordenadas por comunidades religiosas e formada por voluntários que não participam da vida cotidiana do lugar. Desta forma, essas interações de solidariedade foram chamadas de solidariedade impessoal.

Assim como as interações de solidariedade impessoal, a forma de interação de reserva são influenciadas pelos atributos de centralidade e dispersão, ainda se relacionando com os de homogeneidade funcional e coexistências formais. A centralidade, ainda exercida pelos bairros de Santo Antônio e São José, atrelados à concentração de estabelecimentos comerciais, continua atraindo um grande número de frequentadores que trabalham ou vão ao lugar fazer compras, fazendo com que o local seja bastante movimentado entre 8h e 18h, de segunda a sábado. Por outro lado, a intensificação da dispersão de centralidade, a partir do

final da década de 1970, tendo como uma de suas influências direta as reformas urbanas do século XX, contribuíram para a transformação do perfil do comércio (mais popular a partir de então) e decadência da estrutura física de imóveis do entorno da praça. Atrelada à proximidade do bairro de comunidades de baixa renda, ao esvaziamento noturno e à possibilidade de conseguir doações, o entorno da Praça da Independência possui grande presença de pedintes e de pessoas em situação de rua.

A presença desses grupos sociais, como pôde ser constatado através de observação e entrevista a frequentadores do lugar, gera sensação de insegurança, medo e incômodo nos transeuntes da praça, que reagem buscando evitar o contato com as pessoas e/ou estímulos da praça e seu entorno. Essa forma mínima de interação foi identificada como reserva, tendo como referência a atitude *blasé* descrita por Simmel (1903), visto que ela busca minimizar os efeitos dos estímulos da cidade. No caso da Praça da Independência e seu entorno, esses estímulos se referem principalmente à grande quantidade de informações (visuais e sonoras) decorrentes da grande concentração de lojas e comércio ambulantes, bem como do tráfego de transporte, mas também do medo (relacionado à grande ocorrência de assaltos e furtos) e o incômodo causado pelo contato com o “outro” (pedintes, pessoas em situação de rua, usuários de drogas).

Tendo em vista evitar o medo e o incômodo dos seus clientes, os comerciantes travam, como visto, acordos de civilidade com os assaltantes que frequentam os bairros de Santo Antônio e São José, praticando a forma de interação chamada de civilidade contraventora, que objetiva a manutenção da ordem geral na praça. Outra forma de interação praticada entre comerciantes e os grupos sociais marginalizados da praça é a solidariedade prática, onde os comerciantes ajudam pedintes, moradores de rua e usuário de drogas com doações de comida ou produtos para mantê-los afastados dos clientes.

Também se relacionam com a dispersão, homogeneidade funcional e coexistências físico-temporais (atributos do *contexto urbanístico* da praça) as interações travadas entre grupos sociais identificados como marginalizados: os usuários de drogas, as pessoas em situação de rua e as trabalhadoras sexuais. As formas de interação de civilidade dispar e conflito violento são praticadas entre esses grupos sociais e são caracterizadas pela

demarcação de territórios. A marcação territorial também fica explícita na sociabilidade prática, praticada entre trabalhadoras sexuais e aposentados.

Como visto, a civilidade díspar ocorre dos acordos entre os moradores de rua e trabalhadoras sexuais com os usuários de drogas. Tal acordo supõe o “controle” do território dos canteiros da praça, no período da noite, pelos usuários de drogas. Já o conflito violento acontece normalmente dentro desse território (o dos canteiros) e, segundo os relatos, principalmente durante o período noturno. Já a sociabilidade prática é exercida nos canteiros da praça ou nos degraus da Matriz de Santo Antônio, no período diurno.

A análise das dinâmicas de interação social da Praça da Independência mostraram que o cotidiano do espaço público urbano da praça é marcado por um intenso uso, que, quando observado “de perto”, permite a identificação de grupos sociais diversos, exercendo a criação e manutenção de vínculos (mais ou menos estreitos), através das interações sociais praticadas. Por outro lado, fica clara a presença do conflito dentre essas interações, que não necessariamente possui conotação negativa, no entanto, no cotidiano da praça, a maioria das interações permeadas pelo conflito são marcadas ou pela desigualdade entre as partes ou pela violência.

Ao delinear o *contexto urbanístico* da praça, percebe-se que alguns dos seus atributos, construídos ao longo da história urbanística de formação e transformações do lugar, se relacionam com a formação e manutenção das dinâmicas de interação social observadas, bem como com a sua organização espacial. Desta forma, a transversalidade entre as ideias que moldaram o *contexto urbanístico* da praça e as *formas de interação* observadas mostra que o espaço público urbano da Praça da Independência é marcado por alguns aspectos:

- Pensamento e intervenções urbanísticas que priorizam questões de circulação e representação de ideais de modernização, universalidade e higienismo (baseados nos contextos europeu e estadunidense) em detrimento da organização espacial e dinâmicas de interação social próprias do lugar;
- Distanciamento da classe média das dinâmicas de interação do espaço público urbano rebatido na difusão da noção de esvaziamento desses lugares e consequente invisibilização das classes populares e população marginalizada;

- Lógicas de interação social presentes no espaço público urbano marcadas pelo conflito, territorialidade e práticas limiars, que fogem dos usos planejados para esses lugares;
- Presença de sociabilidade no espaço público urbano, com criação de vínculos significantes e duradouros, que vão além do que o pensamento e intervenções urbanísticas propõe para tais lugares.

Por fim, percebeu-se - através do cruzamento das dinâmicas de interação da praça com seu contexto urbanístico - de fato, um distanciamento entre o conceito de espaço público urbano e sua realidade cotidiana, no caso da Praça da Independência. A transposição de ideias advindas da filosofia, sociologia e ciências políticas para o conceito de espaço público urbano sem a mediação de uma teoria urbana (ABRAHÃO, 2009), associada à experiência da metrópole moderna ocidental dos séculos XIX e XX (atrelada a um modelo de cidade eminentemente europeu e estadunidense) e a complexificação dos processos de segregação socioespacial na cidade brasileira (CALDEIRA, 1997) a partir das três últimas décadas do século XX, culminaram no discurso de esvaziamento do espaço público urbano brasileiro e na “invisibilização” das pessoas que usam esses espaços.

Pôde-se constatar, através do percurso teórico, metodológico e empírico, a existência de encontros múltiplos, no espaço público urbano da Praça da Independência, que refuta a ideia de esvaziamento e evidencia a invisibilização das pessoas que fazem o seu cotidiano, marcado por formas de interações que fogem do ideal já citado. A experiência de caracterização da praça em questão aponta para uma realidade que mostra os espaços públicos urbanos brasileiros como lugares tanto de criação de consensos e vínculos significativos, através da sociabilidade, como de interações de civilidade, solidariedade e reserva - marcadas pelo conflito, por vezes violentos, contra-usos e territorialidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do desenvolvimento desta pesquisa, considera-se que seu objetivo geral, de caracterizar o espaço público urbano contemporâneo da Praça da Independência, a partir do seu contexto urbanístico e das suas dinâmicas cotidianas de interação social, foi alcançado através das análises feitas em cada seção deste documento, que representam o percurso percorrido para atingir cada um dos três objetivos específicos. A contextualização do conceito de espaço público e sua inserção no campo teórico do urbanismo auxiliaram a caracterização do contexto urbanístico da Praça da Independência, no **capítulo 2** e no **capítulo 3**, como proposto no primeiro objetivo específico. Já o **capítulo 4** e o **capítulo 5**, referentes ao segundo objetivo específico, ao abordarem a categoria interação social como chave de análise do espaço público urbano, bem como a etnografia como método escolhido para apreendê-las, possibilitou a caracterização das dinâmicas cotidianas de interação social da praça. Por fim, o cruzamento das duas análises, proposto no terceiro objetivo específico, foi apresentado no **capítulo 6**.

Perpassando a construção dos aspectos abordados na pesquisa, o olhar antropológico da cidade, através dos deslocamentos epistemológicos propostos por Agier (2011), buscou, além da caracterização ligada ao desenvolvimento de um pensamento urbanístico de escala mais geral, uma aproximação dos sujeitos que fazem o espaço público urbano no cotidiano da cidade. Desta forma, constatou-se que o percurso teórico-metodológico seguido, auxiliou a desenvolver as questões derivadas do problema que deu início à pesquisa, sobre o distanciamento do conceito de espaço público e sua realidade cotidiana. No entanto, considera-se que parte do referencial teórico ainda encontra-se distante da realidade brasileira contemporânea, além de ter sido observada uma lacuna com relação às problemáticas de classe, raça e gênero.

Constatou-se, como visto, que o espaço público urbano da Praça da Independência possui tanto diversidade de sujeitos, quanto de interações no seu cotidiano, o que refutou a ideia de esvaziamento dos espaços públicos urbanos e evidencia a invisibilização das pessoas que fazem o lugar. O contexto urbanístico da praça, marcado por transformações e permanências ligadas à representação de ideais de modernização, universalidade e

higienismo, também se mostra permeado por contra-usos e dinâmicas que fogem do ideal planejado.

Desta forma, pretende-se que a relação entre a caracterização das dinâmicas de interação, que representam a realidade cotidiana da praça, e o processo de formação do seu contexto urbanístico, auxiliem outras formas de pensar e construir o espaço público urbano da cidade contemporânea brasileira, sob suas próprias lógicas e não através da sua negação por falta de similaridade com um modelo idealizado. Para tal, é necessário que o planejamento e projeto urbanos se voltem para quem *faz* esses espaços cotidianamente - no caso estudado, com forte presença de população com baixo poder sócio-econômico e marginalizada. Notadamente esse exercício exige um esforço transdisciplinar, tanto no que diz respeito à construção de um pensamento sobre o espaço público urbano brasileiro, quanto a políticas públicas que fogem ao âmbito urbanístico.

Na pesquisa, apesar do esforço para construir uma caracterização do espaço público urbano a partir das pessoas que o fazem, observou-se uma lacuna em relação à realidade desses sujeitos, principalmente do que diz respeito ao contexto socioeconômico mais amplo em que se inserem. O uso de dados qualitativos, apreendidos através da etnografia, mostrou-se efetivo para a imersão no cotidiano da Praça da Independência e as suas dinâmicas de interação social, no entanto, a ausência de um levantamento quantitativo sobre o perfil socioeconômico dos usuários, apesar de não ter sido o foco da pesquisa, poderia complementar a compreensão das lógicas que regem o espaço.

Também observou-se uma limitação no que diz respeito à construção de um modelo de espaço público contemporâneo das cidades brasileiras, tendo em vista o recorte escolhido, delimitado pelo espaço físico da praça em conjunto com a irradiação das interações sociais. A análise feita não se pretende única e definitiva e, portanto, requer que outros recortes empíricos sejam objetos das reflexões feitas na pesquisa, a fim de ampliar a caracterização de para um modelo ou conceito geral sobre o espaço públicos urbano brasileiro e contemporâneo. Espera-se, desta forma, que esta pesquisa possa auxiliar a análise de outros contextos empíricos, bem como contribuir com o enfoque antropológico de compreensão do espaço público urbano contemporâneo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, S. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- AGIER, M. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro nome, 2011.
- AGIER, M. **L'Invention de la ville: Banlieue, township, invasions et favelas**. Paris: Éditions des Archives contemporaines, 1999.
- ARANTES, A. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. São Paulo: Editora da Unicamp/ Imprensa Oficial, 2000.
- ARANTES, O. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Edusp, 2000 [1993].
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017 [1958].
- CALDEIRA, T. P. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. Revista Novos Estudos, São Paulo, n. 47, p. 155-176, 1997.
- CORDEIRO, G. I. **As cidades fazem-se por dentro: Desafios de etnografia urbana**. Revista Cidades- Comunidades e Territórios, 2010, n.20/21, p. 111-121.
- COSTA, L. S. **Práticas cotidianas nos espaços públicos do Recife: 1920-1940**. Architecton Revista de Arquitetura e Urbanismo, Recife, v. 3, n. 4, 2013, p. 23-37.
- CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1961].
- FRÚGOLI, H. **Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- FRÚGOLI, H. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. Edição Kindle.
- GLUCKMAN, M. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: UNESP, 1987 [1958], p. 227-344.
- GORDON, C. **Paisagem urbana**. São Paulo: Almedina, Edições 70, 2008 [1961].
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1962].
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992 [1989].
- JOSEPH, I. **A respeito do bom uso da Escola de Chicago**. In: VALLADARES, L.P. (org.).

A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro, Ed. UFMG/ IUPERJ, 2005 [1998].

JOSEPH, I. **El transeúnte y el espacio urbano**, Barcelona: Gedisa, 1988.

LEITÃO, L. **Quando o ambiente é hostil**: uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos. Recife: Editora da UFPE, 2014 [2009].

LEITE, J. M. V. **O ciberespaço público: a virtualização do espaço público nos projetos da cidade digital**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LEITE, R. P. **Contra-usos e espaço público**: notas sobre a construção social dos lugares na mangue-town. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.17, n. 49, 2002, p. 115-172.

LEITE, R. P. **Espaços públicos na pós-modernidade**. In: FORTUNA, C.; LEITE, R.P. (org.) Plural de cidade : léxicos e culturas urbanas. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

LUDERMIR, I. ; LACERDA, N. **Centros históricos brasileiros**: tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas espacialidades. In: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 17, n. 1(online), p. 61-74, 2015.

LYNCH, K. **A boa forma da cidade**. São Paulo: Almedina, Edições 70, 2007 [1981].

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1960].

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009 [1979].

MAGNANI, J. G. C. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n.49, 2002, p. 11-29.

MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 1989.

MENEZES, J. L. **Atlas histórico cartográfico do Recife**. Recife: Massangana, 1988.

MENEZES, L. R. **Habitar no centro histórico**: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MITCHELL, J. Clyde. **The Kalela Dance**. Rhodes Livingstone Paper, n. 27. Manchester: Manchester University Press, 1956.

MOREIRA, F. **A transformação do bairro de Santo Antônio no Recife (1938-1949)**. In: XIV Seminário de história da cidade e do urbanismo. São Carlos, 2016. Anais (on-line). Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/31.pdf>. Acesso em: 25/01/2019.

MOREIRA, F. D. **A aventura do urbanismo moderno na Cidade do Recife, 1900-1965**. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/ FAUUSP/ FUPAM, 1999.

MOREIRA, F. D. **As transformações do bairro de Santo Antônio no Recife (1938-1949)**. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 14, 2016, São Carlos, SP. Anais [online] São Carlos: IAU/USP, 2016.

NASCIMENTO, B. G. S. **Santo Antônio rogai por nós**. Sobre o debate sobre moradia social na área central de Recife. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 19, n. 217.03, Vitruvius, ago. 2018 Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19.217/7081>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

NÓBREGA, L. **Um estudo sobre as formas de apropriação do espaço público urbano pelos comerciantes de rua da cidade do Recife**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

OUTTES, J. **O Recife pregado à cruz das grandes avenidas**. Recife: MDU/ UFPE, 1991.

PICCOLO, R. **Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

PLANO de urbanização assegura domínio da rua aos pedestres. *Jornal Diário de Pernambuco*, Recife, 1976, ed. 210, p. 12, 06 de agosto de 1976.

PONTUAL, V. ; PEREIRA, J. M. **As práticas do urbanismo modernista e da conservação urbana na cidade do Recife: Dilemas, Confrontos e o Plano de Gabaritos de 1965**. *Oculum Ensaios (PUCCAMP)* , v. 13, p. 98-111, 2011.

PONTUAL, V. ; PICCOLO, R. **A demolição e a conservação das áreas centrais: planos, leis e transformações morfológicas no Recife, Brasil**. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2008. Anais (on-line). Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/124.htm>. Acesso em: 30/01/2019.

PONTUAL, V. **Cidade moderna: perspectivas interpretativas**. Recife: MDU, 1999.

PONTUAL, Virginia . **O urbanismo no Recife: entre idéias e representações**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)* , Recife, p. 89-108, 2000.

POR falta de estrutura, ocupação Marielle Franco é desfeita. *JC Online*, Recife, 08 de abril de 2019. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/04/08/por-falta-de-estrut>

ura-ocupacao-marielle-franco-e-desfeita-375729.php. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

RAMOS, C., A. **Hannah Arendt e os elementos constitutivos de um conceito não liberal de cidadania**. Aurora Revista de Filosofia, Curitiba, v. 22, n. 30, p. 267-296, jan./jun. 2010.

Relatório do Programa de Circulação Integrado de Transporte. Recife: Prefeitura Municipal do Recife: Empresa de urbanização do Recife. Jaime Lerner Planejamento Urbano, 1977.

REYNALDO, A. **As catedrais continuam brancas**. Recife: Cepe, 2017.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1966].

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, C. N. F. **Quando a rua vira casa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2015 [2000].

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMMEL, G. **As grandes cidades e a vida do espírito**. In: Mana – Estudos de Antropologia Social. v. 11 n. 2, out., 2005 [1903], p. 577-591.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006 [1917].

SITTE, C. **A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos**. São Paulo: Ática, 1992 [1889].

URIARTE, U. M. **Olhar a Cidade: contribuições para a Etnografia dos Espaços Urbanos**, Ponto Urbe [Online], n. 13, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/774> ;DOI : 10.4000/pontourbe.774. Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

VAINSENER, S. A. **Praça da Independência**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em: 07 de julho de 2019.

VARGAS, J.; FELIPE, E. S. **Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país**. Revista de Economia, Curitiba, v. 41, n. 3 (ano 39), 2015, p. 127-148.

WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: USP, Curso de pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2000.

APÊNDICE A - GUIA PARA ENTREVISTAS

01. Qual o seu nome?
02. Quantos anos você tem?
03. Com que frequência você vem à Praça?
04. Quais os horários que você vem à Praça e quanto tempo permanece aqui?
05. O que você faz quando vem à Praça?
06. Você interage com alguém na Praça? Se sim, com quem?
07. Você vem à Praça para encontrar alguém ou algum grupo de pessoas?
08. Existe alguém ou algum grupo de pessoas que você não gosta de interagir?
09. O que você gosta na Praça?
10. O que você não gosta na Praça?
11. Por que você vem à Praça?
12. Como você se sente quando está na Praça?
13. Quando você vem à Praça, onde você permanece?
14. Onde você mora?
15. Você vem da sua residência até a Praça?
16. Qual o meio de transporte que você usa para chegar até a Praça?
17. Você tem alguma profissão?
18. Qual sua faixa de renda?
19. Qual seu nível de escolaridade?